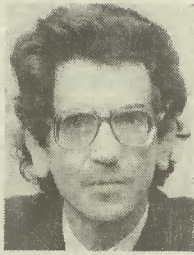


# Mistérios da pré-campanha

Decididamente, esta pré-campanha eleitoral para o Parlamento Europeu parece povoada de mistérios. Mas todos podem ser facilmente decifrados.



■ Vítor Dias

Pág. 20

# A pirueta do PS no «caso Champalimaud»

O PS juntou os seus votos aos do PSD para que o inquérito parlamentar ao caso da aquisição do Totta e da Mundial Confiança por António Champalimaud ficasse sem relatório final.

■ António Filipe

Pág. 21

# Guerra nos Balcãs

# A história escondida das

# «negociações» de paz (1)

Págs. 24 e 25

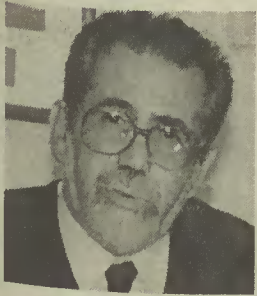
# DIA NACIONAL CONTRA A GUERRA

Manifestação 24 de Maio (seg.-feira) 18,30 horas

Largo Camões (Concentração) - Residência oficial do Primeiro Ministro

Pág. 32

# O falecimento de Manuel Lopes



Pág. 11

Na morte deste fundador e dirigente da CGTP/Intersindical Nacional, o PCP, através do Secretariado do seu Comité Central, manifestou o profundo pesar que o acontecimento suscitou entre os comunistas.

# Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 20 de Maio de 1999 • Preço: 180\$00 (IVA Incluído) • N.º 1329 • Director: José Casanova

# Semana da CGTP culmina dia 26

# UNIDOS EM LUTA

Continua a greve dos pescadores de arrasto, estão marcadas para amanhã greves dos ferroviários e dos trabalhadores da Administração Pública, na próxima quarta-feira vão ter lugar acções públicas em Lisboa, Porto e Setúbal.

Pág. 5

Em 13 Junho no Parlamento Europeu

# Mais CDU



Mais Esquerda, melhor Portugal

# PCP e CDU em pré-campanha

Encontros, debates, comícios, contactos com as populações

Págs. 7 a 10

Trabalhadores da ex-Mundet indignados com o Estado

# Só não há morosidade para contentar os patrões

Centrais



## EDITORIAL

## 13 de Junho: votar CDU

**A** três semanas da realização das eleições para o Parlamento Europeu, torna-se indispensável dar um novo e forte impulso à intervenção da CDU na campanha. Intensificar e ampliar o esforço de esclarecimento sobre o que está em jogo nesta batalha eleitoral é uma questão essencial para que a CDU obtenha, no próximo dia 13 de Junho, o bom resultado que está ao seu alcance.

Como se sabe, as anteriores eleições para o Parlamento Europeu traduziram-se num acentuado alheamento do eleitorado e em altos índices de abstenção, inclusive entre o eleitorado da CDU. Combater essa tendência deverá ser, na situação actual, uma preocupação prioritária para todas as organizações do Partido. Além disso, e como era de esperar, à medida que se aproxima o dia das eleições acentua-se na comunicação social dominante a linha discriminatória em relação à candidatura da CDU. Assim: se, onde estão (ou até onde não estão) os irmãos Portas, é coisa sobre a qual toda a gente é cuidadosamente informada; se o cabeça de lista do PSD tem atrás de si, sempre, um batalhão de órgãos de comunicação social que dispõem ainda de tempo e espaço para dar notícia sobre o que diz e o que faz o presidente do mesmo partido; se do cabeça de lista do PS chegamos a saber, até, que está na Rússia e, para confirmar que é o próprio, é-nos facultado vê-lo e ouvi-lo, durante minutos, a dizer banalidades sobre tudo; se 1.º Ministro, ministros e secretários de Estado desfilam todos os dias pelas *passerelles* dos vários telejornais em mal disfarçada actividade eleitoralista; se o próprio Presidente da República, lamentavelmente, não consegue abstrair-se da sua condição de militante do PS e toma atitudes de deslocada valorização do governo do seu partido - o mesmo não se passa em relação à cabeça de lista da CDU, cuja actividade é, com frequência, silenciada ou menorizada. Talvez, entre outras e conhecidas razões, porque o bom acolhimento popular às iniciativas em que participa Ilda Figueiredo desperta receios...

**P**or parte do PS, prossegue a fraude em torno da qualidade e do objectivo do seu cabeça de lista. Mário Soares continua a apresentar-se ou, na melhor das hipóteses, a deixar que o apresentem como um candidato suprapartidário que concorre ao lugar de presidente do Parlamento Europeu. Importa, por isso, desmascarar essa dupla falsidade e deixar claro que Soares é candidato do PS, tanto como, por exemplo, Ilda Figueiredo o é da CDU, Pacheco Pereira do PSD e Paulo Portas do CDS/PP. Por outro lado, é necessário dizer aos portugueses que, ao contrário do que o PS e Soares lhes andam a dizer, o eleitorado português não vai eleger o presidente do PE e que, assim sendo, Soares é, tão-somente, como qualquer dos restantes candidatos de qualquer das restantes forças políticas, um simples candidato a deputado. Tudo o resto são meros truques eleitoralistas cuja utilização evidencia a falta de respeito do PS e do seu cabeça de lista pelo direito à verdade e pela inteligência dos portugueses.

**N**a campanha eleitoral em curso, a guerra da Jugoslávia constitui, naturalmente, um tema não só incontornável como de primeiro plano. E é de sublinhar o facto de o PS, o PSD e o PP apoiarem e aplaudirem a barbárie que, às ordens dos EUA, a Nato está a levar a cabo naquele país. O PS tem, obviamente, maiores responsabilidades na medida em que, sendo governo, se torna cúmplice directo do genocídio. Dir-se-á que, no entanto, Mário Soares, tal como Pacheco Pereira, se têm manifestado contra os bombardeamentos - o que, sendo verdade, não altera em nada a questão central, cuja é: independentemente das posições pessoais dos seus cabeças de lista, o PS e o PSD estão e vão continuar a favor da guerra e pela continuação dos bombardeamentos. E no dia 13 de Junho, quando os eleitores portugueses forem votar, os que optarem pelo PS ou pelo PSD não estarão a votar nos candidatos que se opõem aos bombardeamentos mas nos partidos que apoiam e aplaudem esses bombardeamentos. Assim, nas próximas eleições, com consciência disso ou sem ela, os eleitores vão votar também contra ou a favor dos bombardeamentos.

E, também neste caso, votar PS é sensivelmente o mesmo que votar PSD. Na verdade, cada voto no PS ou no PSD será utilizado, queiram ou não queiram os eleitores respectivos, no estímulo à continuação dos bombardeamentos sobre a Jugoslávia.

Por tudo isto, a luta pela paz, na qual o PCP e a CDU estão profundamente empenhados - e que no próximo dia 24 terá expressão num vasto conjunto de iniciativas em todo o País - trava-se, também, votando: votando contra a guerra, votando

CDU. A luta pela paz é, igualmente, parte integrante da luta contra a política de direita e por uma política de esquerda.

**E**leger mais deputados da CDU para o Parlamento Europeu é, no momento actual, o caminho que melhor conduz à construção de uma política de esquerda. E esta é uma batalha que vale a pena travar com determinação, entusiasmo e confiança; uma batalha que exige um grande esforço de esclarecimento sério e inteligente para o qual é necessária a mobilização de todo o Partido e de todos os activistas e apoiantes da CDU; uma batalha em que todos os votos contam e cada voto vale tanto como qualquer outro, em que tanto conta um voto nas zonas onde a CDU tem forte expressão eleitoral como naquelas em que essa expressão é diminuta - na medida em que os deputados da CDU serão eleitos pela soma dos votos na CDU obtidos em todo o País e, assim, o número de deputados eleitos será tanto maior quanto maior for o resultado dessa soma.

Nos últimos meses têm sido concretizadas importantes lutas sociais envolvendo muitos milhares de trabalhadores de praticamente todos os sectores de actividade e, ainda neste mês de Maio, novas e significativas lutas estão anunciadas pela CGTP. Mas é indispensável que, no dia 13 de Junho, a luta continue, que o dia das eleições seja visto como uma jornada de luta em que a arma essencial dos trabalhadores e das populações na defesa dos seus direitos é o voto - o voto em quem, todos os dias, no Parlamento Europeu, na Assembleia da República, nas Autarquias, nos Sindicatos e CT's..., está ao lado dos trabalhadores, do povo e do País - o voto na CDU.

12  
Quarta-feira

Deputados do PCP, do PSD e do PP exigem que o Governo esclareça as razões do afastamento de Portugal da operação humanitária da Aliança Atlântica ■ António Guterres alerta membros do Secretariado Nacional do PS para a importância de o partido conseguir alcançar maioria absoluta nas próximas legislativas ■ No colóquio sobre política externa promovido pela FLAD, Durão Barroso prevê «cenário de tragédia» caso os europeus se dividam face à intervenção da NATO na Jugoslávia ■ Ansumane Mané exige que o ex-presidente Nino Vieira seja devolvido às autoridades judiciais da Guiné-Bissau.

13  
Quinta-feira

Ilda Figueiredo, cabeça de lista da CDU ao Parlamento Europeu, defende em Portalegre mais recursos para as regiões menos desenvolvidas ■ Na Assembleia da República, Jaime Gama e Veiga Simão respondem a dúvidas sobre o novo conceito estratégico da NATO ■ Congregações católicas juntam-se numa procissão pela paz em Díli ■ A NATO duvida de retirada das forças jugoslavas estacionadas no Kosovo ■ Carlo Azeglio Ciampi é eleito Presidente da Itália.

14  
Sexta-feira

Ali Alatas reúne-se com os comandantes das milícias e líderes independentistas para explicar o acordo de Nova Iorque assinado com Portugal ■ O governador Rocha Vieira afirma em Lisboa que as autoridades portuguesas estão dispostas a dar prioridade aos trabalhos de apoio e cooperação com os responsáveis da futura Região Administrativa Especial de Macau ■ Belgrado acusa a NATO de ter bombardeado uma aldeia do Kosovo, provocando pelos menos 56 mortos ■ Malam Bacai Sanhá sucede a Nino Vieira na presidência da Guiné-Bissau e aponta como prioridades a reconciliação nacional, a competência da justiça e o desenvolvimento.

15  
Sábado

Realiza-se a primeira Assembleia do Litoral Alentejano do PCP ■ Num jantar promovido pela CDU em Lagos, Carlos Carvalhas critica EUA e NATO pela tragédia na sequência dos «erros técnicos» provocados pela intervenção militar na Jugoslávia ■ António Guterres afirma que é normal que a taxa de inflação média tenha atingido os três por cento em Abril ■ O banqueiro Edmund Ho Hau Wah é eleito para chefe do Executivo da Região

Administrativa Especial de Macau a ser criada a 20 de Dezembro ■ Morre Manuel Lopes, membro da Comissão Executiva e fundador da CGTP-IN ■ Igor Ivanov, ministro dos Negócios Estrangeiros russo, afirma que a Rússia vai rever a sua posição na discussão sobre a solução do problema do Kosovo se os bombardeamentos da NATO não cessarem ■ Tornado no sul da China faz 13 mortos e 51 feridos.

16  
Domingo

No VII Encontro Nacional da Juventude, em Tróia, jovens portugueses apelam à paz na Jugoslávia e debatem problemas de Timor e Guiné-Bissau ■ O delegado da Comissão de Narcóticos da ONU, Peter Vamos, defende no Porto que a legalização das drogas não resolve o problema ■ A NATO defende a ideia de que os jugoslavos estão a utilizar albaneses como escudos humanos para justificar dezenas de vítimas na aldeia de Korisa ■ O exército jugoslavo instala postos de controlo na fronteira entre o Montenegro e a Bósnia a fim de impedir a fuga de recrutas e reservistas refractários ■ O Conselho de Ministros do Kuwait aprova um decreto-lei que concede às mulheres o direito de votar e ser eleita em eleições legislativas e municipais.

17  
Segunda-feira

As Nações Unidas responsabilizam elementos de uma milícia pro-integracionista pela morte de pelo menos cinco pessoas na aldeia de Atara, em Timor-Leste ■ Ramos Horta defende que pelo menos metade dos elementos que constituem as milícias são provenientes de Timor-Ocidental e estão a ser coagidos, tendo as suas famílias como reféns ■ Num colóquio no CCB em Lisboa, Pacheco Pereira critica «vazio» de ideias soaristas ■ A Grã-Bretanha pressiona a NATO a desencadear uma operação terrestre no Kosovo ■ As forças jugoslavas impedem centenas de albaneses de desembarcar num comboio e entrar na Macedónia.

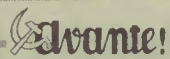
18  
Terça-feira

Ilda Figueiredo defende nos Açores a necessidade de dar um novo rumo à Europa ■ Presidência alemã divulga declaração, em nome da União Europeia, em que condena a destituição de Nino Vieira ■ Ehud Barak, líder trabalhista, é o novo chefe do Governo de Israel ■ Segundo a agência jugoslava Tanjug, ataques da NATO a Valjevo provocam a morte de uma mulher e ferimentos em mais doze pessoas ■ Banco Mundial defende aumento do preço dos cigarros para dissuadir fumadores e evitar que os mais novos comecem a fumar.



Realiza-se a primeira Assembleia do Litoral Alentejano do PCP

## RESUMO



Proletários de todos os países: UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Souto Pereira Gomes, 3  
- 1600 - 196 Lisboa - Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Souto Pereira Gomes, 3 - 1600 - 196 Lisboa  
Tel. 796 97 25/796 97 22 - Telex 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,  
- 1169-161 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000/500. CRC matriculada: 47058.  
NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,  
- 1169-161 Lisboa  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira.  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Capa Rota - Linhi - 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1169-161 Lisboa  
- Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1169-161 Lisboa  
- Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

Composição e impressão  
Heska Portuguesa, SA  
Campo Raso  
2710 - 139 Sintra  
Depósito legal nº 205/85

## TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 30 600\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 21 850\$00	50 números: 23 000\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Telef. \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!», acompanhado de cheque ou vale de correio.



## O gene da violência

O massacre na escola do Colorado e a espiral de violência juvenil nos Estados Unidos da América lançaram a inquietação na sociedade americana. Entre a surpresa e o choque sucederam-se as reacções e a busca das razões para explicar o fenómeno. Até Clinton, na linha da sua invulgar capacidade de representação, se apresentou ao país com aquele ar sofrido que a circunstância exige e as sondagens recomendam.

Francamente não se compreende a surpresa. Para usar um termo que lhe é tão caro o que ali naquela escola se passou não é mais que um mero "efeito colateral" da política de violência que norteia e anima a administração norte-americana.

É uso dizer que o hábito faz o monge. Seguramente, no plano social pode-se afirmar que o meio molda o ser. O que desde logo coloca à cabeça a questão de saber se uma sociedade dominada e conduzida por personalidades com o formato genético de Madeleine Albright, Jamie Shea e Bill Clinton pode contribuir para a formação de cidadãos socialmente equilibrados. A resposta é óbvia.

A violência gera violência. Não é possível reduzir os sucessivos massacres cometidos por adolescentes ou a morte violenta de uma criança em cada duas horas naquele país a meros actos isolados, à margem dos valores que são veiculados e dos critérios que prevalecem na sociedade. Os níveis de violência gratuita e chocante que invadem e inquietam a sociedade americana são não apenas uma decorrência normal e dramática de uma política insana num país onde os principais responsáveis sublimam as suas frustrações e resolvem os seus problemas internos através de actos de agressão e violência contra países terceiros mas sobretudo um libelo acusatório aos que tranquilamente a promovem.

Uma acusação aos que fazem da vida um jogo de guerra e aos que reduzem a relação com a morte e a dor humana a meros e frios relatos formais como diariamente podemos assistir nos "briefings" diários da Nato sobre a guerra na Jugoslávia.

Uma acusação aos que fazem da banalização do uso das armas e da pesquisa e aperfeiçoamento de armamento cada vez mais inteligente, mortífero e devastador a linha essencial de condução da sua política de investigação.

Uma acusação aos que do alto da sua dimensão humanitária continuam a recusar subscrever as convenções internacionais contra a pena de morte e a fazer da sua aplicação, não apenas momentos mediáticos de aumento de audiências, mas também argumento e trunfo eleitoral na sua política interna.

Uma acusação aos que por detrás do mais hipócrita discurso humanitário continuam a impedir o acordo internacional para a proibição de fabrico e utilização das minas anti-pessoais responsáveis por milhões de mortes e mutilações em populações civis.

Num país onde a política oficial, interna e externa, se baseia na agressão e na violência dificilmente se pode gerar uma outra cultura social que respeite e dê mais valor à vida e à tranquilidade. Pelo que também sobre o povo americano se expressam, ainda que de forma menos dramática, as consequências de uma política externa terrorista e imperial que tem levado a morte, dor e destruição a milhões de seres humanos de outros países e noutros continentes.

■ Jorge Cordeiro

## Via para a direita

Anthony Giddens esteve na semana passada em Portugal a convite do Presidente da República para debater o envelhecimento nas sociedades modernas. E concedeu ao Público uma extensa entrevista que terá permitido aos que ainda não conheciam o teorizador da "terceira via" blairista um primeiro e expressivo contacto com o seu pensamento.

À "pergunta radical" de "qual a razão pela qual precisamos de pensões de reforma", depois de constatar "que a reforma é algo criado pelo Estado-providência", Giddens responde de rajada com outras perguntas (não menos radicais): "Por que é que as pessoas mais velhas não podem trabalhar?" "Por que é que estão condenadas a ficar dependentes do "welfare" (Estado-providência)? "Não deveremos combater a discriminação das pessoas mais velhas tal como combatemos o sexismo?"

Em relação à Jugoslávia, Giddens não esconde o apoio incondicional à agressão da NATO e ao protagonismo bélico de Tony Blair. Começa por afirmar, em estilo circular, "que a intensificação da globalização significa, entre outras coisas, que já não vivemos num mundo bipolar e que os Estados deixaram de estar subordinados à "Realpolitik" como antes tinham de estar" e que "esta não é uma velha guerra entre nações". Mas acaba finalmente por reconhecer que "no Kosovo, a questão fundamental é a Rússia". Para rematar, algo cinicamente, que "se queremos viver num mundo que seja capaz de manter alguma ordem, então temos de

admitir o uso da força, ainda que seja em último recurso", "porque os outros vão usá-la" (sic!), pois "a base do nacionalismo é a força".

Apresentando a "terceira via" como "uma tentativa de descobrir como se adaptam os valores do centro-esquerda a um mundo em profunda mudança" pois "não podemos adaptar-nos a estas novas coisas mantendo-nos fiéis às velhas ideias da esquerda", Giddens assume também que "há cada vez mais questões em que a divisão entre a direita e a esquerda não faz sentido e (que) não há razão para que os partidos de centro-esquerda e centro-direita não cooperem para resolvê-las".

Reconhecer o novo ciclo de desenvolvimento do capitalismo que estamos a atravessar - assente numa economia de mercado capitalista global, liberalizada desregulamentada, privatizada, intensamente tecnocrática e competitiva, e, em "lógicas de guerra e de conquista" - e as suas "novidades" políticas e ideológicas, como a "terceira via" de Giddens; desenvolver a intervenção através do complexo feixe de contradições que emerge deste novo quadro, explorando espaços de resistência, elaborando e lutando por caminhos alternativos e, simultaneamente, agrupando novas forças, não são pois pressionantes desafios com que, à esquerda, o tempo actual nos confronta?

■ Edgar Correia

## O insustentável peso dos EUA

Em Timor-Leste devido à luta heróica do povo maubere e à solidariedade internacional foi possível arrancar à Indonésia os Acordos de Nova Iorque que devem conduzir à consulta sobre o futuro do território no próximo dia 8 de Agosto. Eles foram obtidos sob os auspícios da ONU. O cumprimento dos Acordos passou a ser uma obrigação para todas as partes face ao direito internacional. Em primeiro lugar para a Indonésia que face à ONU e a toda a comunidade internacional ficou com a obrigação de assegurar a segurança do processo. A parte mais relevante destes Acordos está na consulta democrática ao povo timorense acerca do seu futuro, ou seja, se o povo maubere opta pela integração na Indonésia ou se opta pela independência. Para tal consulta os Acordos prevêem uma presença significativa da ONU e a instauração de um clima de serenidade e segurança de modo a que os timorenses possam votar livremente sem quaisquer pressões ou ameaças.

Só que antes e depois de assinar os Acordos, as forças de ocupação indonésia fomentaram o aparecimento de milhares de elementos armados pró-integracionistas que semearam e semeiam o pânico, o terror e a morte em Timor-Leste. Centenas de casas foram incendiadas e centenas de populares ligados aos círculos da Resistência assassinados a sangue frio. Os esquadrões da morte dominam Timor-Leste e actuam impunemente sob os olhares cúmplices da Indonésia. Até hoje a ONU lamenta o sucedido, mas o certo é que, à medida que o tempo passa e a situação se mantém, a consulta deixa de ter sentido, por impedir que o povo timorense possa decidir livremente o seu futuro. Com tais esquadrões não é possível haver consulta, ou se houver consulta, não passará de uma farsa.

O que está em causa é a legalidade internacional, ou seja, a capacidade que a ONU tem para dar resposta aos problemas internacionais que tem em mãos. É necessário ter em conta a correlação de forças à escala internacional e agir em conformidade para poder juntar forças e provocar desequilíbrios favoráveis à resolução do conflito, tendo presente que a Administração norte-americana está disponível não só para violar os princípios da Carta das Nações Unidas mas também para conviver de mãos dadas com os autores das crises internacionais.

A Humanidade vive um momento particularmente delicado e complexo. Por um lado, a ONU está presente em certos conflitos (Angola, Saara Ocidental, Timor-Leste, Palestina) e os resultados são catastróficos. As violações do direito internacional e dos Acordos persistem e lançam sobre a organização o descrédito. Por outro lado, os EUA sabendo que os seus interesses esbarram com os interesses da comunidade internacional, arrogam-se no direito, com os seus aliados mais próximos, de se constituírem em comunidade internacional e impõem as suas "soluções" aos diversos conflitos. Trata-se de um verdadeiro desafio. Ou é possível fazer respeitar a legalidade internacional e obrigar a Indonésia, Marrocos, Israel, Turquia e outros a agir em conformidade, isolando os seus apoiantes, ou o mundo passará a girar em torno dos interesses dos EUA.

É exactamente o que se passa em relação à guerra contra a Jugoslávia. A partir de um problema interno existente na Jugoslávia, e que a ela diz respeito em primeiro lugar, os EUA e a NATO decidiram desencadear uma guerra devastadora e brutal. E o ponto é este: ou se pára a guerra e se derrotam os agressores ou o mundo ficará cada vez mais à mercê dos desígnios da vontade imperial dos EUA. Só juntando energias e forças num grande movimento cívico plural pela paz e contra a guerra se poderá responder a um dos maiores desafios do novo milénio: parar a brutal e sofisticada máquina de guerra dos EUA e NATO e assegurar a paz. E a paz é o melhor clima para os povos poderem escolher o seu futuro, seja em Timor-Leste, no Sahara Ocidental, na Palestina, no Curdistão, no Iraque, onde quer que seja.

A paz serve os interesses dos povos em luta e desde logo os que são vítimas de brutais agressões. A guerra serve os interesses dos EUA e da NATO. Reforçar o peso das forças de paz e isolar o imperialismo é vital para o futuro da Humanidade.

■ Domingos Lopes



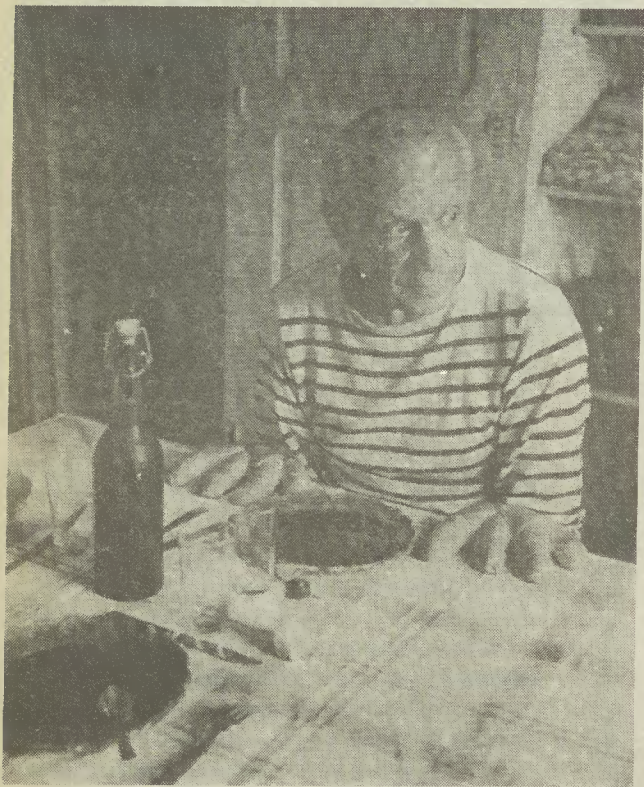
Foto: Sérgio Morais

A guerra - e a gente contra



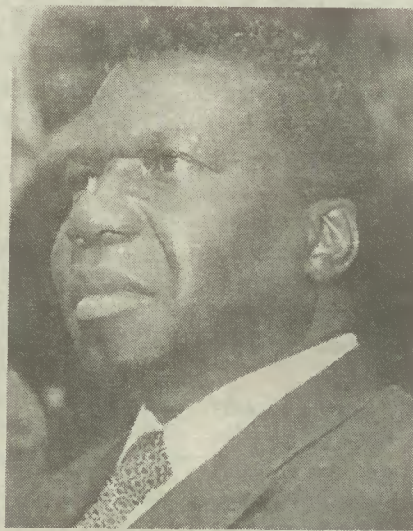
## SEMANA

## Os impasses da Guiné-Bissau



Uma delegação da Junta Militar que tomou o poder na Guiné-Bissau deslocou-se esta semana a Portugal, para conversações com as autoridades do nosso país. Integrando o porta-voz da Junta Militar, capitão-tenente Zamora Induta, o indigitado chefe de estado-maior da Guiné-Bissau, tenente-coronel Veríssimo Seabra, o tenente-coronel Iaia Seidi Cani e o major Melcíades

Gomes Fernandes, a delegação não adiantou pormenores sobre os objectivos da visita, que ocorre com dois problemas em pano-de-fundo: a gravíssima situação socio-económica em que o país se encontra e a situação do ex-presidente Bernardo Vieira, que continua na embaixada portuguesa em Bissau, onde pediu asilo político a Portugal, mas que a Junta Militar quer submeter a julgamento, sob acusação de diversos crimes de Estado. O Governo português já se disponibilizou para ambas as coisas - no primeiro caso, concedendo ajuda económica e militar à Guiné-Bissau em moldes e profundidade ainda a definir, no segundo, concedendo asilo político a Ber-



nardo Vieira, nos termos jurídicos que, internacionalmente, regulamentam estas situações. A pretensão do novo poder na Guiné-Bissau em julgar o ex-presidente guineense, que a própria Junta Militar entregou à guarda da embaixada portuguesa, configura um impasse difícil de resolver, que gera outros impasses ainda mais graves, como o congelamento de outras ajudas

externas além da portuguesa, agora dependentes do reconhecimento internacional do novo poder instalado no país. E esse reconhecimento, sob pressão, nomeadamente, da França, continua «congelado» e à espera que a situação de Bernardo Vieira se defina.

Entretanto, a Junta Militar já ordenou a libertação de 150 «aguentas» - militares guineenses que se mantiveram até ao fim ao lado de Bernardo Vieira, ao mesmo tempo que avisou não tolerar perseguições aos meninos-soldados que «Nino» Vieira arregimentou a troco de promessas.

## Governador chinês eleito para Macau

Uma comissão de selecção composta por 198 personalidades residentes em Macau elegeu o banqueiro Edmund Ho Hau Wah como chefe do próximo Executivo da Região Administrativa de Macau, a ser criada a 20 de Dezembro próximo, numa cerimónia que oficializará a entrega da administração portuguesa deste território à tutela plena da República Popular da China. Na votação esteve presente o vice-primeiro-ministro chinês, Qian Qichen, e outros dirigentes do Governo de Pequim. Edmund Ho Hau Wah nasceu em Macau em 1955, filho do antigo líder da comunidade chinesa de Macau, Ho Yin, que representou durante mais de três décadas os

interesses da China no território, até à sua morte em 1983. O recém-nomeado novo próximo governador de Macau formou-se em gestão na universidade de York de Toronto, no Canadá, dali regressando para, com 29 anos, se tornar presidente do Banco Tai Fung e iniciar a sua carreira de banqueiro e político.

## Escrita antiga descoberta no Paquistão

Foram descobertos no Paquistão símbolos de uma língua escrita em potes de cerâmica datados de há 5500 anos, o que, segundo o arqueólogo responsável, Richard Meadow, da Universidade de Harvard, torna esta escrita humana a mais antiga até agora descoberta. O achado deu-se numa escavação arqueológica em curso no Paquistão e os símbolos encontrados, segundo os especialistas, representam plantas e tridentes em fragmentos de potes de cerâmica. Os artefactos foram encontrados no local onde, por volta do ano 3500 a. C., se formou um pequeno acampamento que, um milénio mais tarde, se tornaria um importante centro urbano. A cidade chamava-se Harappa e ali floresceu a civilização hindu. Segundo o *Diário de Notícias*, a descoberta das inscrições de Harappa, apesar de não serem decifráveis, são mais «uma acha para a fogueira» no debate sobre a origem da palavra escrita que, aparentemente e a partir de agora, tem três origens independentes umas das outras: no Egipto, na Mesopotâmia e em Harappa, entre 3500 e 3100 anos a. C.

## Picasso esfaqueado

O quadro de Picasso *Mulher Nua Diante do Jardim* foi esfaqueado no Museu de Arte Moderna Stedelijk, em Amsterdão, por um doente mental fugido de uma instituição psiquiátrica. O indivíduo, que o ano passado tentara desviar um avião da KLM, abriu um cír-

culo de cerca de 50 centímetros de diâmetro a meio da tela, entregando-se mais tarde à polícia para que reconhecessem o seu «feito». De acordo com os restauradores, a obra poderá ser recuperada sem problemas e o custo da operação está coberto pelo seguro.

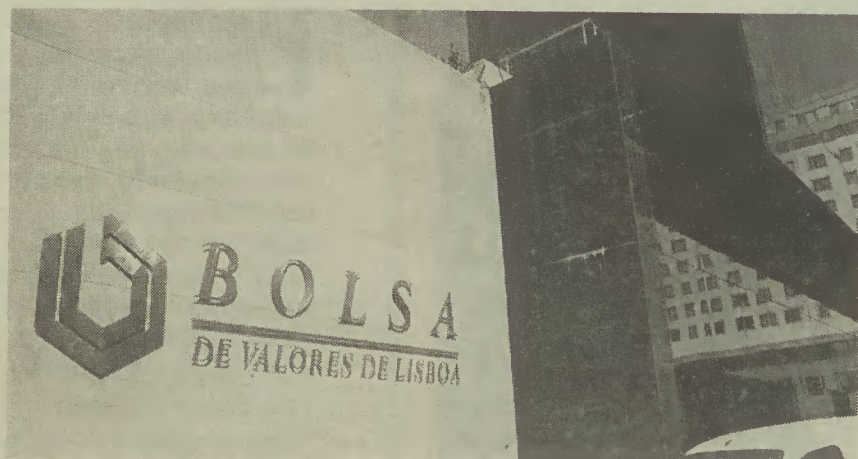
Todavia, este novo atentado a uma obra de arte relançou mais uma vez a polémica sobre os sistemas de protecção nos museus, ouvindo-se de novo os argumentos daqueles que defendem o isolamento das obras e a sua inacessibilidade física ao público.



## Renault compra Nissan

A Comissão Europeia autorizou a Renault a comprar parte da empresa nipónica de construção automóvel Nissan, argumentando que «a operação não criará uma posição dominante no mercado onde já há uma forte concorrência». Nos termos do acordo, a Renault participa no capital da Nissan Motor, Nissan Diesel e nalgumas filiais de financiamento europeias da Nissan, ascendendo o negócio a um total de mil milhões de contos, que a empresa construtora francesa desembolsará para mais esta concentração monopolista. Entretanto, e como se sabe, a Renault fechou a sua fábrica em Portugal - para a qual recebera deze-

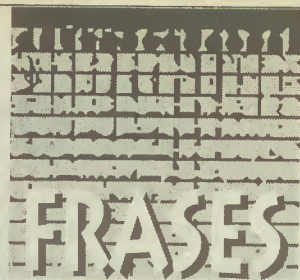
nas de milhões de contos do Governo português como «incentivo» - argumentando, simplesmente, que ia «interromper a produção».



## «Corrida» à Brisa

Na terceira fase de privatização da Brisa, a corrida à fase de pré-registo de compra de acções ascendeu a 358 milhões, ou seja, 54 vezes mais que o número de títulos a alienar na Oferta Pública de Venda (OPV). Trata-se de um novo recorde, que superou em cerca de três vezes mais a procura registada no

final da fase de pré-registo da anterior privatização desta empresa concessionária das auto-estradas portuguesas, estando agendada para o próximo dia 24 a sessão especial da Bolsa de Lisboa para apuramento dos resultados de mais esta operação de privatização da Brisa.



“CNRT está quase desmantelado.”

(Manuel Carrascalão - «Público», 15.05.99)

“Estou (muito pessimista), ainda não vi serem dados passos largos pela ONU para resolver a questão de Timor-Leste.”

(idem)

“(...) ao entregar o território militarmente ocupado pela Indonésia à vigilância de uma escassa delegação de observadores da ONU, da qual Portugal aceitou ser excluído, o acordo arrisca-se a permitir que a violência resulte numa de duas coisas: ou o referendo não se realiza ou dá a vitória aos integracionistas.”

(Manuel Villaverde Cabral - «Diário de Notícias», 14.05.99)

“Portugal vai comprar três submarinos através de “leasing”. Só nós: pedir dinheiro emprestado para ir ao fundo!”

(Ferreira Fernandes - «24 horas», 16.05.99)

“Quando a tropa começa a comprar armas em “leasing”, isso significa que a guerra entrou já num sistema tipo aluguer de longa duração.”

(Carlos Magno - «Diário de Notícias», 15.05.99)

“A desastrada intervenção da NATO conduziu, em vez da meia dúzia de dias prevista, a quase dois meses de bombardeamento e, consequência absolutamente não prevista pelos especialistas em planeamento, a mais de um milhão de deslocados e refugiados.”

(António Barreto - «Público», 16.05.99)

“A transformação da NATO numa espécie de contingente europeu das forças armadas americanas está em curso. A revisão do tratado imposta por Washington e aceite pelos seus parceiros prossegue a demolição do edifício que regia a comunidade internacional desde o final da II Guerra e que proporcionara meio século de paz à Europa e contribuiu para a solução de não poucos problemas no mundo.”

(Ruben de Carvalho - «Diário de Notícias», 14.05.99)

“Como raciocinam a curto prazo, os socialistas não querem abrir o mercado europeu aos países pobres. Ou seja, estão a preparar uma tragédia. Esta parece ser a dimensão social dos socialistas europeus. Uma dimensão moralmente hipócrita e politicamente sem visão estratégica.”

(Francisco Sarsfield Cabral - «Público», 15.05.99)

“Inflação já está igual à da Grécia”

(Manchete «Público», 15.05.99)



## TRABALHADORES



No centro das preocupações da CGTP e dos trabalhadores estão as graves alterações que o Governo, cedendo à vontade do patronato, quer introduzir na legislação laboral (fotos do 1.º de Maio, em Lisboa)

Semana da CGTP culmina dia 26

# Todos juntos e em luta

Continua a greve dos pescadores do arrasto, estão marcadas para amanhã greves dos ferroviários e dos trabalhadores da Administração Pública, na próxima quarta-feira vão ter lugar manifestações em Lisboa, no Porto e em Setúbal.

Está em concretização o apelo, feito pela CGTP no 1.º de Maio, a que os trabalhadores promovam, durante esta semana e até dia 26, a convergência de diversas acções públicas de combate ao pacote laboral, por melhores salários, em defesa do emprego seguro e dos direitos conquistados, pela diminuição do horário de trabalho até às 35 horas semanais.

O falecimento de Manuel Lopes (que noticiamos na página 11) levou a Federação dos Têxteis, Vestuário e Calçado a suspender a vigília inicialmente marcada para segunda e terça-feira, em frente ao Ministério do Trabalho.

A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública convocou para ama-

nhã uma greve nacional, como forma de protesto por o Governo não estar a cumprir as promessas e compromissos que assumiu com os representantes dos trabalhadores, em matérias

como os salários e as carreiras profissionais. Na conferência de imprensa de sexta-feira, em que foi anunciada a paralisação, Paulo Trindade salientou que se tem agravado o fosso entre os valores do salário mínimo nacional e do índice 100 da Administração Pública, ao mesmo tempo que a média salarial portuguesa não evoluiu no sentido da prometida aproximação aos ordenados dos

demais países da União Europeia.

Durante a greve, realiza-se uma concentração em Lisboa, às 15 horas, no Marquês de Pombal. Está também prevista uma deslocação a S. Bento.

A falta de aplicação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco, também referida pela Frente Comum, afecta particularmente os trabalhadores da Administração

Local e foi uma das matérias que, ontem, um plenário sindical do sector ia levar à Secretaria de Estado da tutela. Amanhã, no Pinhal Novo, o STAL promove um encontro distrital pela defesa dos serviços públicos municipais e contra as privatizações.

Para amanhã, igualmente por 24 horas, está marcada uma greve nas empresas do grupo CP, convocada pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses, pelo facto de «as empresas persistirem em propostas que visam a contenção salarial, a retirada de direitos e a alteração de regras de prestação de trabalho, com o aumento desmesurado de funções de muitas das categorias profissionais». A FSTFP/CGTP insurge-se ainda contra as administrações da Refer e EMEF não respeitarem a lei da contratação colectiva, situação que já denunciou ao primeiro-ministro e aos ministros do Trabalho e do Equipamento, «sem que daí tivesse sido tomada qualquer medida».

Na terça-feira, dia 25, professores contratados reúnem em plenário e deslocam-se à Assembleia da República, para entregar uma petição reclamando que aqueles docentes, atravessando no final de cada ano lectivo uma situação de desemprego, possam ter acesso ao respectivo subsídio e assistência social.

Amanhã, uma delegação de pescadores do arrasto costeiro desloca-se ao IDICT para exigir o cumprimento da proposta apresentada há três semanas. A decisão foi tomada terça-feira, em Aveiro, num plenário nacional, informou a Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca. A resolução aprovada exige do Ministério do Trabalho que apresente aquela proposta, prometida como via para solução do duro conflito laboral que se arrasta

desde o início de Abril. No plenário foi também rejeitada a ideia dos armadores e da UGT que vai no sentido de que seja a Segurança Social a pagar os custos da satisfação das reivindicações dos pescadores.

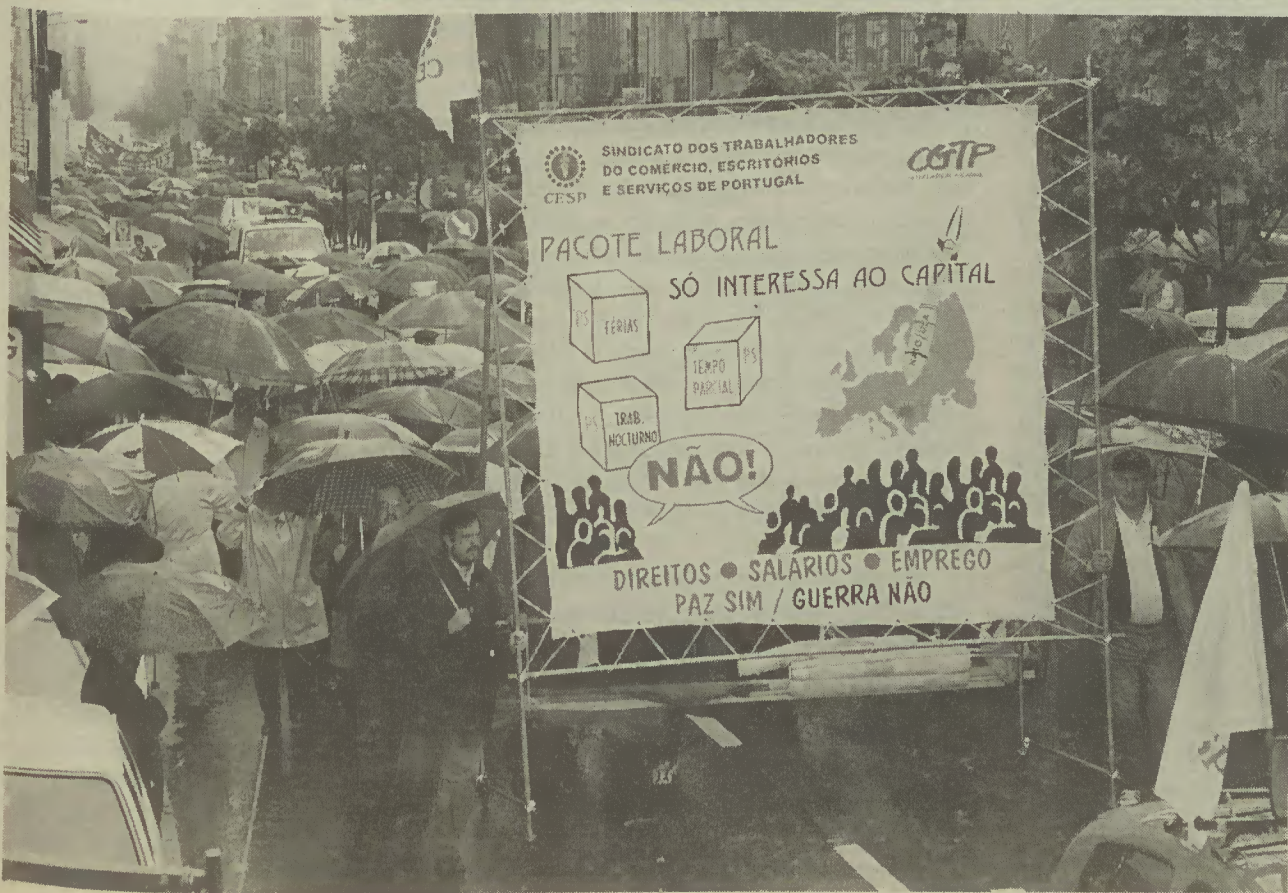
Os problemas da Segurança Social e a luta dos reformados - por melhores pensões, mais cuidados de saúde e assistência social e mais emprego para os seus filhos e netos - vão estar no centro dos trabalhos da assembleia geral da Inter-Reformados de Braga, que se realiza sábado no Parque de Exposições.

## Na rua

Procurando dar maior expressão pública às lutas e aos problemas dos trabalhadores das diferentes empresas e sectores, decorrem neste período iniciativas de rua em algumas localidades.

As uniões de sindicatos de Lisboa, Porto e Setúbal marcaram as suas acções para o dia 26, quarta-feira. Em Lisboa, a «Praça de Protesto» decorre no Largo de Camões, a partir das 14.30 horas; a concentração da USP está convocada para a Rua de Santa Catarina.

Ao apelar à participação na jornada, a USL salienta que a luta desenvolvida foi «determinante para obstaculizar a aprovação das propostas gravosas de alteração da legislação laboral», mas «a discussão na especialidade da proposta sobre trabalho a tempo parcial, que neste momento decorre na AR, assim como a hipótese de o Governo fazer subir ao hemiciclo as propostas de alteração da lei das férias e do conceito de retribuição, exigem do movimento sindical unitário uma atenção particular e uma resposta adequada».





## TRABALHADORES

## Onde pára a portaria?

Tem já quase meio ano de atraso a publicação da portaria que há-de permitir a contagem integral do tempo de serviço dos educadores de infância e dos professores dos ensinos Básico e Secundário, princípio garantido, ao fim de oito anos de luta, no acordo sobre a carreira docente, firmado a 11 de Dezembro. A Federação Nacional dos Professores expressou anteontem o seu protesto por tão grande demora na publicação da legislação, que, segundo o próprio Ministério da Educação, teria lugar em Março. «Seria grave, mas não seria inédito, que os professores portugueses, depois de tão grandes lutas em que garantiram uma preciosa vitória, voltassem a lutar, agora exigindo a publicação urgente dos diplomas que dão corpo às suas conquistas», avisa o Secretariado Nacional da Fenprof. Numa nota divulgada anteontem, adianta que este problema será analisado na reunião de 29 de Maio do Conselho Nacional, o órgão máximo da federação entre congressos. Entretanto, admite, com ironia: «Perderam a portaria?»

## O primeiro já está!

No dia 4 de Maio foi publicado o primeiro diploma legal que concretiza o acordo sobre a carreira docente, o que mereceu da Fenprof o comentário de que «o Governo continua a reagir, e não a agir», uma vez que «foi necessário denunciar os “estranhos atrasos” na publicação destes diplomas, para que o primeiro dos três surgisse no “Diário da República”». O decreto-lei publicado abrange apenas os escalões de ingresso e de topo da carreira e cerca de um milhar de aposentados, enquanto a portaria - cuja publicação até dispensa formalidades como aprovação em Conselho de Ministros e a homologação pelo Presidente da República - abarca um universo «bastante maior».

## Acordo

Foi marcada para 13 de Maio a assinatura do acordo entre a comissão negociadora sindical dos enfermeiros e o Ministério da Saúde, após um processo negocial que decorreu durante dois meses. O acordo, segundo uma nota do SEP (que, com o SERAM, constitui a comissão negociadora sindical), engloba matérias relativas a uma primeira fase de negociações, designadamente, a reposição dos equilíbrios com as carreiras técnica e técnica superior da Administração Pública e a contagem do tempo de serviço aos profissionais com vínculo precário, constituindo «mais uma vitória dos enfermeiros».

# Mais uma multinacional a gerar instabilidade

## Schupa já suprimiu cem postos de trabalho

**A empresa de material eléctrico de Penafiel dispensou uma centena de pessoas que estavam a laborar em regime de aluguer de mão-de-obra, alguns dos quais já tinha trabalhado na Schupa durante mais de três anos. Os restantes 400 deparam-se com uma «angustiante indefinição», denunciou o sindicato do sector.**

No dia 26 de Abril, quando se preparavam para debater questões laborais com o representante da empresa, no Ministério do Trabalho, os dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte foram confrontados com a informação, por parte do director de produção, de que a empresa-mãe, na Alemanha, tinha aberto processo de falência pelo que, parecendo «pouco provável» haver um grupo interessado na compra, as empresas seriam encerradas.

Na semana passada, o STIEN/CGTP denunciou a supressão daqueles cem postos

de trabalho e acusou a Schupa de ocultar informação sobre o património que possui em Portugal, pois disse ao Ministério do Trabalho possuir terrenos e instalações que, afinal, já foram vendidos em Junho do ano passado por 330 mil contos.

A empresa pagou ao pessoal, no dia 6, os salários de Abril, mas ficaram sem receber os contratados através da Gesfor. Apenas parte dos trabalhadores estão ocupados na fábrica, enquanto os outros foram mandados para casa. Mais recentemente, o STIEN obteve informações, emanadas da gerência, sobre a venda do

grupo Schupa a italianos, cuja estratégia quanto à actividade e emprego em Portugal é desconhecida, tanto dos representantes dos trabalhadores, como dos organismos estatais tutelares.

«Para além das preocupações naturais em relação à situação, o sindicato não vê acções concretas por parte do Governo que levem a uma rápida clarificação», conclui a nota de imprensa do STIEN.

Pimenta Dias, deputado do PCP, apresentou já na AR um requerimento aos ministérios do Trabalho e da Economia, procu-

rando saber como o Governo está a acompanhar a situação e que medidas vai tomar para salvaguardar os postos de trabalho e garantir os direitos dos trabalhadores, incluindo os da empresa alugada de mão-de-obra. O deputado comunista recorda que os representantes dos trabalhadores «há já algum tempo» vinham denunciando anomalias na empresa, nomeadamente quanto a contratação a prazo, incorrecta classificação profissional, não pagamento de trabalho extra e falta de higiene na cantina.

## Sindicalistas reintegrados

Dois dirigentes do Sindicato da Hotelaria do Norte foram reintegrados nos seus postos de trabalho após terem ganho acções judiciais contra as respectivas entidades patronais, que lhes têm que pagar todos os salários, desde o despedimento até à retoma do trabalho.

Emília Soares, que havia sido despedida da Eures - concessionária de cantinas e refeitórios de escolas, hospitais e outros institutos públicos e de empresas privadas - por ter recusado a transferência de local de trabalho, viu o Tribunal de Relação do Porto confirmar a sentença da primeira instância do Tribunal de Trabalho de Vila Nova de Gaia.

O Tribunal de Relação do Porto decidiu também a reintegração de Francisco Figueiredo, presidente do SHN/CGTP, no restaurante «O Abrigo» em Santo Tirso, que tinha invocado, como razões para o despedimento, o facto de não ter recebido atempadamente a justificação das faltas relativas à actividade sindical do trabalhador.

## Auchan afinal ataca direitos

O Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal acusa o grupo Auchan de querer retirar direitos aos trabalhadores. Segundo um comunicado do CESP, o grupo francês tinha prometido que «mantinha tudo na mesma» antes de comprar o grupo Pão de Açúcar e agora pretende fazer uma reestruturação dos quadros de pessoal, apresentando listas de «dispensas» para os trabalhadores mais velhos.

O grupo Auchan pretende ainda avançar para uma «normalização» das relações de trabalho da empresa, ignorando a regulamentação imposta pelo Governo, na resolução 228/77 e os Despachos Ministeriais subsequentes, publicados no Diário da República.

Esta «normalização» vem retirar ou diminuir vários direitos dos trabalhadores, em vigor na empresa desde Maio de 1974 e antecipa, segundo o CESP/CGTP, o pacote laboral proposto pelo Governo.

O grupo Auchan pretende reduzir as faltas justificadas (com vencimento) para tratar de assuntos de natureza particular, de 7.59 horas por mês para 4.59 horas por mês, e deixar de pagar, ou incluir nestas 4.59 horas, as faltas para consultas médicas. O grupo francês quer também acabar com o pagamento extra do trabalho em dias feriados e o direito à respectiva compensação em tempo de descanso.

As mães trabalhadoras são especialmente prejudicadas com esta «normalização» do grupo Auchan, que quer exigir um comprovativo médico de amamentação. Até agora todas as trabalhadoras tinham direito a duas horas por dia, para aleitar os filhos, sem necessitarem de qualquer comprovação médica.

O CESP alerta também para o facto de, em algumas secções e hipermercados, não ser cumprido o complemento de subsídio da Segurança Social, pago aos trabalhadores pelo menos durante 60 dias por ano em caso de baixa médica, e a assistência à família, paga até dois dias por mês ou 12 dias por ano.

## Congresso

A União dos Sindicatos de Lisboa realiza, amanhã e sábado, na Voz do Operário, o seu 7.º Congresso, que decorre sob o lema «Dignificar o trabalho, melhorar a qualidade de vida». Dirigentes sindicais do distrito vão analisar o trabalho desenvolvido no último triénio, a situação político-sindical actual, os problemas e as lutas dos trabalhadores e as linhas gerais de intervenção sindical nos próximos três anos. Deverá também ser eleita a nova direcção da USL/CGTP-IN.

## Refugiados

A US de Braga alertou os presidentes do Centro Regional de Segurança Social do Norte e do Instituto do Emprego e Formação Profissional para a necessidade de terem «a máxima atenção e rigor quanto à forma e método como algumas entidades patronais pretendem “dar emprego” a alguns refugiados do Kosovo», alojados na Apúlia. A USB/CGTP afirma que está atenta e quer conhecer os possíveis contratos de trabalho que se venham a celebrar, «para que as vítimas de uma guerra cruel e estúpida não venham também a ser vítimas dóceis e exploradas por quem às vezes promete dar o que nunca foi capaz de concretizar». A União salienta que «tratar com respeito e dignidade os refugiados é um imperativo de todos nós, já que ninguém parece ser mais capaz de o fazer».

## Seguros do Norte

No dia 26, quarta-feira, vão ser eleitos os membros da direcção do Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Norte para o triénio 1999-2002, bem como os delegados ao congresso e os delegados sindicais. A Lista B, com o lema «Pelo reforço e dinamização do sindicato», apresenta Maria José Ribeiro como primeiro nome para a direcção. A Lista A conta com o apoio da Tendência Socialista.

## Campo Grande

Os motoristas da Câmara Municipal de Lisboa, em serviço no edifício do Campo Grande, vão estar em greve na próxima terça-feira, protestando contra a falta de condições de trabalho. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, foram instalados numa subcave, «onde nem sequer existem condições para a sua higiene pessoal» e que, nas inspecções efectuadas, foi indicada pelo IDICT como imprópria para ser um local de trabalho permanente.

## Eleições na Petrogal

Apesar da drástica diminuição do número de trabalhadores, a lista unitária viu reforçada a sua votação nas eleições para a CT da Petrogal. Um comunicado da comissão eleitoral, emitido dia 13, informa que 1393 trabalhadores votaram na Lista A para a Comissão Central de Trabalhadores (1327 votos na eleição das subcomissões), o que representa o apoio expresso de cerca de 55 por cento do pessoal (2546 trabalhadores no activo).

Nas eleições anteriores, em 1997, havia 3233 trabalhadores no activo, 42 por cento dos quais haviam votado na lista unitária. A Lista B, então conotada com o PS, o PSD e o CDS, merecera o voto de 6 por cento dos trabalhadores, mas os seus promotores não se apresentaram agora ao escrutínio.

Os representantes eleitos na semana passada entram em funções no dia 31, numa reunião em que participam os membros da CCT cessante, os agora eleitos e a Comissão Eleitoral.

## Mineiros de Aljustrel hoje em Lisboa

Com destino ao Ministério da Economia e à residência oficial do primeiro-ministro, trabalhadores das Pirites Alentejanas deslocam-se hoje, mais uma vez, a Lisboa, para reclamarem de Pina Moura e António Guterres o início do processo de admissões e a suspensão de «todos os propósitos» de mandar mais pessoas para o desemprego. Na sequência das decisões aprovadas na semana passada, em plenário, vêm reclamar ainda o descongelamento de salários e a assunção de compromissos, por parte do Governo, para a retoma da laboração nas minas de Aljustrel.

Na quarta-feira da semana passada os trabalhadores fizeram greve e concentraram-se frente à Câmara Municipal, onde receberam o apoio de populares e do presidente José Godinho. De seguida dirigiram-se para os escritórios da administração da empresa, onde pretendiam ser recebidos pelo presidente. No entanto, informou a Agência Lusa, Rui Mota Guedes não se encontrava em Aljustrel. Um dos responsáveis do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira lamentou a atitude dos responsáveis das Pirites Alentejanas, considerando-a «uma afronta aos próprios trabalhadores», pois «em acções anteriores, o presidente assegurou que gostaria de ser avisado da próxima manifestação para nos prestar esclarecimentos».



## Combater a abstenção

O grande distanciamento em relação às eleições europeias foi uma das preocupações salientadas do Encontro concelhio da CDU, realizado no passado sábado em Portel. Os participantes concordaram que o combate à abstenção, informando os eleitores com pormenor e rigor sobre a importância do Parlamento Europeu, é um dos grandes objectivos da campanha eleitoral. Em simultâneo, os activistas da CDU pretendem divulgar o grande trabalho dos deputados do PCP no PE e demonstrar que o seu reforço servirá os interesses de Portugal e contribuindo para uma Europa social, solidária e de paz.

## Ferrovias privadas

O voto dos eurodeputados do PCP contra a liberalização dos caminhos-de-ferro na Europa é lembrado num comunicado da Célula dos Ferrovários do PCP de Lisboa, salientando que os comunistas foram os únicos deputados portugueses a oporem-se àquele projecto. A proposta de directiva acabou por passar com o contributo dos deputados do PS, PSD e PP, tendo na altura o eurodeputado comunista Honório Novo alertado para as graves consequências sociais e económicas da privatização, que coloca ainda em risco as condições de segurança na utilização deste meios de transporte.

De facto, a directiva abre a possibilidade de qualquer entidade, pessoas ou grupo poder aceder ao negócio do transporte em caminho-de-ferro, permitindo o uso das infra-estruturas construídas com dinheiros públicos e o acesso às vertentes rentáveis do sector, enquanto a generalidade dos custos com a conservação e gestão dessas infra-estruturas será mantida no sector público.

## Guerra da carne

Os Estados Unidos querem aplicar uma taxa aduaneira de 100 por cento sobre os produtos da União Europeia, num valor global de 202 milhões de dólares, como retaliação à recusa da Europa de abrir os seus mercados à carne com hormonas. Um proposta nesse sentido foi entregue, na passada sexta-feira, na Organização Mundial do Comércio e, caso venha a ser aprovada, os produtos escolhidos poderão começar a ser taxados a partir de meados de Junho. Esta reacção surge depois da União Europeia ter ignorado o pedido dos EUA para pôr termo à proibição de dez anos sobre a carne norte-americana. A OMC estabeleceu o prazo de 13 de Maio para que a UE levantasse a proibição, que considerou ilegal e sem apoio de uma análise apropriada do risco. Entretanto, na semana passada a UE divulgou um relatório científico demonstrando que as hormonas de crescimento, amplamente usadas na pecuária dos Estados Unidos, têm efeitos cancerígenos.

## Abaixo-assinado no Porto

# Mulheres apoiam Ilda Figueiredo

Mais de três mil mulheres subscreveram no Porto um abaixo-assinado de apoio à cabeça de lista da CDU ao Parlamento Europeu, Ilda Figueiredo.



Encontro de apoiantes de Ilda Figueiredo

A iniciativa, que surgiu de forma espontânea, teve o seu momento alto, no passado dia 12, com a apresentação pública

do documento durante um encontro realizado no restaurante do Palácio de Cristal do Porto com a presença da candidata.

O encontro incluiu ainda apontamentos de poesia, com Manuela Dias, e de música, com Roberto Machado. Várias subscretores prestaram o seu depoimento, designadamente a escritora Fina d'Armada, a bancária sindicalista Cristina Pimenta, a dirigente sindical Ana Maria Mesquita, a operária têxtil e sindicalista Maria Emília Reis e as professoras Iracema Pires Claro e Sandra Duarte.

Entre os presentes estavam ainda outras mulheres que integram a lista da Coligação ao Parlamento Europeu, como a advogada Alcina Fernandes, do PCP, e a deputada Manuela Cunha, do Partido Ecologista «Os Verdes».

O texto do abaixo-assinado sublinha que face aos desafios que se colocam neste fim de século é preciso ter coragem para mudar e para que «o mundo conturbado melhore e encontre sentidos fraternos e de justiça».

### «Ela será a nossa voz»

Sobre Ilda Figueiredo, o documento expressa um sentimento de confiança: «Ela é uma mulher que não precisa de prometer isto e aquilo, porque a sua acção autárquica ou como mulher da política mostra obra feita. Na Europa ela saberá ser a nossa voz, falar em nome de quem nos dá voz em Bruxelas, nos entenda, se preocupe» (...).

## Mais CDU em defesa dos emigrantes

No quadro da campanha eleitoral para o Parlamento Europeu, realizou-se em Bruxelas, no passado sábado, uma reunião de coordenação dos activistas da CDU na emigração na Europa, que contou com a participação de Fátima Garcia candidata nas listas da CDU, Henrique Sousa, do Secretariado do Comité Central, e João Armando, da Direcção da Organização na Emigração do PCP.

O Encontro aprovou um manifesto com as propostas da CDU para uma nova política em defesa dos emigrantes, onde se critica a falta de firmeza do Governo PS junto das instituições comunitárias e dos governos dos Estados membros, na defesa dos direitos e dos interesses das nossas comunidades.

A reunião assinalou o facto de que, entre os deputados portugueses no Parlamento Europeu, os eleitos da CDU foram quem mais trabalhou em favor dos emigrantes, assim como salientou que a Coligação é a única lista que apresenta um candidato da Emigração.

Tendo em conta as alterações introduzidas pelos tratados de Maastricht e de Amsterdão, que criaram o conceito de cidadania europeia (atribuindo nos países de residência o direito de voto nas eleições locais e para o Parlamento Europeu) e a passagem para o domínio comunitário das políticas de migração, a CDU propõe a realização de um debate com candidatos das listas promovido pela RTPi e RDPi.

Por outro lado, foi manifestada preocupação pelas declarações públicas feitas por um responsável da COREPE (Comissão Organizadora do Recenseamento Eleitoral dos Portugueses no Estrangeiro) sobre a impossibilidade do emigrante se recensear no consulado da sua área, caso a residência do Bilhete de Identidade não corresponda à residência actual, prática que nalguns consulados já está a ser seguida.

No entanto, este procedimento não responde a um dos objectivos da nova lei, ou seja, o de promover o recenseamento. É sabido que muitos dos emigrantes, até por deficiência dos serviços consulares, adquirem o BI em Portugal, ficando assim impedidos de votar. A CDU considera fundamental a introdução de medidas excepcionais tendo em conta que no final do ano realizar-se-ão eleições para a Assembleia da República.

O encontro exprimiu total repúdio pela guerra desencadeada pela NATO ao arripio do direito internacional, contra o Estado soberano da Jugoslávia. A CDU defende o fim da guerra, que tantos sofrimentos tem causado às populações deste país, quer sejam sérvios ou kosovares de origem albanesa, e apela à solidariedade dos emigrantes portugueses para com todas as vítimas da guerra, assim como à participação nos movimentos contra a guerra e pelo fim da intervenção militar da NATO.

Nesta reunião foi aprovado um conjunto muito vasto de iniciativas nos vários países, com o objectivo de sensibilizar a comunidade portuguesa para importância de uma grande votação na CDU. Um bom resultado da Coligação contribuirá para a necessária viragem à esquerda na política portuguesa e para um novo rumo na construção europeia, assente na cooperação entre povos e países iguais em direitos. A eleição de mais deputados da CDU é uma garantia de que no Parlamento Europeu estarão mais deputados para trabalhar e defender Portugal e os emigrantes.



## Cascais marca tom de campanha

Sob o lema «Mais Esquerda, Melhor Portugal» teve lugar em Cascais, no espaço TEC, um Encontro concelhio sobre as eleições para o Parlamento Europeu, que contou com a participação da deputada Odete Santos, que integra a lista da CDU ao PE.

A iniciativa, realizada no passado dia 9, marcou o arranque das trabalhos no concelho com vista ao próximo acto eleitoral de 13 de Junho. Estiveram presentes cerca de uma centena de activistas que discutiram os impactos e a importância das instituições europeias na vida dos portugueses, a necessidade de reforçar a esquerda no Parlamento Europeu para garantir um novo rumo para a Europa, assente na paz e na cooperação entre países e povos soberanos e não numa visão federalista em que quem comanda é um directório de grandes potências ao serviço dos grandes grupos económicos transnacionais.

Durante o encontro, os participantes manifestaram veementes protestos contra a agressão militar da NATO à Jugoslávia e criticaram a cumplicidade do Governo PS, do PSD e do CDS/PP que apoiam o envolvimento de Portugal nos bombardeamentos contra um país soberano.

Foi ainda manifestada solidariedade com o povo de Timor-Leste e repudiada a violência de que são alvo os timorenses, vítimas de bandos armados integracionistas que contam com o apoio da Indonésia.

No fim, os participantes desfilarão pela baixa de Cascais, erguendo bandeiras e distribuindo folhetos de apresentação dos candidatos da CDU. Pelo caminho foram feitos contactos com a população num ambiente alegre e festivo que já está a marcar o tom da campanha em Cascais.





# 1.ª Assembleia do Litoral Alentejano Ganhar votos para a CDU

«Reforçar o PCP – Desenvolver o Litoral Alentejano» foi o lema da 1.ª Assembleia de Organização do Litoral Alentejano do PCP que, no sábado passado, se realizou em Sines, com a presença do secretário-geral Carlos Carvalhas.

À discussão dos delegados foi colocada uma Resolução Política que, na caracterização que faz à realidade socioeconómica e cultural dos quatro concelhos que abarcam o Sul do distrito de Setúbal – Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines –, considera que ela é «similar à da restante Região Alentejo, dividindo no seu conjunto os mesmos problemas e carências, mas também as potencialidades e perspectivas de desenvolvimento».

Entretanto, nos últimos anos, acentuou-se o desnível social e económico entre estes quatro concelhos e os concelhos da Península de Setúbal, que vivem «problemas de contornos diferenciados» e «carecem de soluções diferentes», razão por que os quadros, organismos e militantes do PCP há muito defendiam uma adequação das estruturas existentes. Esta aspiração foi recentemente concretizada com a criação da Organização do Litoral Alentejano que, para além destes concelhos, integra o concelho de Odemira, do distrito de Beja e com características semelhantes.

O documento equaciona, a seguir, os principais problemas da região, resultantes, no essencial, da «restauração do capitalismo monopolista e latifundista» que tem sido seguida pelos vários governos, e aponta medidas para os ultrapassar, designadamente na agricultura, nas pescas e na indústria, ainda que as acessibilidades, a saúde, o ensino ou o turismo mereçam também a sua atenção. Mas é com a

organização do Partido e com o reforço do trabalho de direcção que a Resolução Política mais se preocupa, na medida em que a intervenção do PCP – a força política «mais organizada e interventiva» e com uma influência e prestígio que «vêm já do tempo da clandestinidade» –, é



Um dos objectivos saídos da Assembleia é o de acompanhar o crescimento das Organizações Regionais de Setúbal e Beja

determinante na sociedade, passando a resolução dos problemas, em grande parte, pelo reforço do Partido e da maior intervenção dos comunistas nos movimentos unitários.

As eleições para o Parlamento Europeu e para a Assembleia da República são outros aspectos da actividade do PCP que mereceram aos comunistas do Litoral Alentejano particular atenção.

«Nas eleições para o Parlamento Europeu é colocado como objectivo central o

aumento da votação da CDU e dar assim o nosso contributo para o reforço das posições do Partido», pode ler-se na Resolução aprovada e que os comunistas estão empenhados em levar por diante.

## Beber na fonte

Para José Catalino, responsável pelo Litoral Alentejano, nesta pré-campanha para o Parlamento Europeu «é necessário o empenhamento de todos os

informação, saber, alento e soluções» à classe operária cuja concentração, ainda que em grau diferente, se encontra em todos os locais, colocando à Direcção eleita a necessidade de «encontrar as melhores soluções para dinamizar onde estão desactivadas e constituir onde não existem células dos trabalhadores comunistas».

Dirigindo-se, depois, aos autarcas das Câmaras e Assembleias Municipais de maioria CDU, José Catalino considera

camaradas e amigos para que a CDU venha a obter um bom resultado eleitoral». O colectivo partidário saberá, contudo, dar a resposta necessária atendendo, ao mesmo tempo, ao crescimento «de duas grandes organizações regionais – Setúbal e Beja –, com culturas diferentes mas ambas com grande capacidade de intervenção e ligação aos problemas da classe operária, dos trabalhadores e das populações».

Para isso, os comunistas da região vão «continuar a beber

que os eleitos comunistas devem continuar a privilegiar o contacto com as populações, «para melhor conhecer os seus anseios e desejos» e apresentar as melhores soluções para os problemas.

No final da Assembleia, cujos trabalhos foram encerrados com uma breve alocução de Carlos Carvalhas sobre a actualidade política e as batalhas eleitorais, seguiu-se um fraternal e animado almoço-convívio com a participação de mais de 300 pessoas.

Em 13 Junho  
no Parlamento  
Europeu

# Mais CDU



## Chamusca Carlos Carvalhas visita Festas de N.ª S.ª da Ascensão

A convite da Comissão Concelhia da Chamusca, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, visitou na quinta-feira passada, as Festas de N.ª S.ª da Ascensão, na Chamusca, tendo sido recebido, na mesma ocasião, pelos membros da Câmara Municipal.

À visita de Carlos Carvalhas - que se encontrava acompanhado pelo Presidente da Câmara da Chamusca, Sérgio Carrinho, pelos vereadores Sérgio Matias e Joaquim Emídio e ainda por membros da Assembleia Municipal, presidentes das Juntas de Freguesia e dirigentes concelhios e regionais do PCP -, associaram-se muitos militantes e outros populares.

Alvo em todo o lado de manifestações de grande simpatia, Carlos Carvalhas recebeu ofertas em vários pavilhões por onde passou e, ainda, uma lembrança do Secretariado e da Comissão Organizadora das Festas da Ascensão.

A visita, que terminou com um jantar numa das «tasquinhas» que aí funcionavam, permitiu ao secretário-geral do PCP estabelecer inúmeros contactos e trocas de opinião - ainda que breves - com a população da Chamusca e outros visitantes.



## Apoiantes da CDU reúnem em Lagos



Cerca de duas centenas de activistas e apoiantes da CDU participaram num jantar realizado em Lagos, que contou com a presença do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

No jantar, integrado na pré-campanha para as eleições europeias e presidido por Luísa Teixeira, vereadora da CDU na Câmara Municipal de Lagos, usou da palavra Mário de Sousa, do Comité Central do PCP e candidato da lista CDU ao PE, que abordou os principais problemas regionais, referindo concretamente um conjunto de obras que, apesar da sua importância vital para a região, não estão concluídas ou mesmo iniciadas, como são a Via do Infante ou a IC4.

A intervenção de encerramento coube a Carlos Carvalhas que definiu os principais traços da política seguida pelo Governo do PS em relação à Europa e salientou o reconhecido património de intervenção dos deputados da CDU no Parlamento Europeu.

## Setúbal

# Espaço CDU/PCP inaugurado

Com a presença de mais de duas centenas de pessoas, foi inaugurado, no domingo passado, em Setúbal, bem no centro da freguesia de S. Sebastião, o Espaço CDU/PCP.

Na ocasião, Augusto Flor, membro do Executivo da Direcção da Organização Regional de Setúbal e responsável pela organização concelhia de Setúbal, salientou a importância política desta iniciativa, dadas as características socioeconómicas da freguesia, maioritariamente composta por operários e empregados.

Jerónimo de Sousa, da Comissão Política, referindo-se à importância da intervenção do PCP, salientou o exemplo dos

três deputados do PCP no Parlamento Europeu - os mais produtivos e empenhados dos 25 deputados portugueses - e as diferenças entre as forças políticas em presença, explicando que os comunistas estão nos cargos institucionais «não para seu benefício pessoal ou de grupo mas sim para lutar pelos direitos dos trabalhadores».

O dirigente comunista, apelando depois ao empenhamento nas batalhas eleitorais que se aproximam, chamou a atenção para a necessidade de reforçar a CDU, pois embora «saibamos que temos um grande apoio social e que somos reconhecidos pelo nosso trabalho em prol dos trabalhadores e das populações», é preciso ir mais longe e traduzir o apoio social em apoio eleitoral para «podermos defender ainda melhor os interesses do povo e obrigar a uma mudança de política».

A inauguração do Espaço CDU/PCP seguiu-se um beberete e um alegre convívio em que participaram todos os presentes. E quem quis, perpetuou o acontecimento com a sua assinatura em livro ali colocado para o efeito.





## Ovar

# População protesta contra encerramento da Maternidade

Uma manifestação contra o encerramento da maternidade do Hospital de Ovar, frente à Câmara Municipal, culminou, no passado dia 8, as acções de protesto que vinham a ser desenvolvidas por um movimento cívico criado para o efeito quando, no ano passado, começaram a circular boatos sobre o encerramento daquela valência hospitalar. Então, um abaixo-assinado em defesa da maternidade recolheu cerca de 3200 assinaturas.

Durante a concentração - a que se seguiu uma marcha simbólica até à Maternidade - foi aprovada uma moção que, demonstrando que o desempenho daquela valência se encontra acima da média nacional, exige a criação de condições para o bom funcionamento daqueles serviços.

A população de Ovar manifestou, assim, um «profundo repúdio» pela anunciada decisão de encerramento da maternidade do Hospital a que, em sua opinião, não será alheio «o desespero do

Governo em justificar o monumental investimento realizado no megalómano Hospital da Feira».

A preocupação da população é tanto maior quanto os argumentos «puramente economicistas» que estão na base da decisão do Governo, «poderão perfeitamente aplicar-se a outras valências», incluindo a da própria ortopedia, pelo que reiterou «a firme determinação» de lutar pela manutenção da Maternidade e pelo seu reforço com todas as condições necessárias ao seu bom funcionamento.

Entretanto, o movimento cívico enviou pedidos de audiência à Assembleia da República, à ministra da Saúde, à Administração Regional de Saúde e ao Governador Civil de Aveiro.

O PCP de Ovar, que desde a primeira hora apoiou esta reivindicação da população, manifesta-se solidário com o movimento cívico que, aliás, integra vários comunistas.



## Encontro de Ferroviários aponta medidas para o sector

Com a presença de meia centena de participantes, realizou-se, no sábado passado, no Hotel Continental, em Lisboa, um Encontro Nacional de Ferroviários do PCP, promovido pela Coordenadora Nacional do Sector.

O encontro debateu em profundidade os grandes problemas e questões que hoje se colocam ao Caminho-de-Ferro, nomeadamente a ofensiva dos diversos governos de direita - hoje continuada e agravada pelo Governo do PS -, no sentido do desmembramento da CP, redução de linhas, estações, serviços, direitos dos trabalhadores e postos de trabalho.

Na base do debate esteve um documento onde se destacam as onze propostas do PCP para uma nova política ferroviária que, pela sua importância, serão em breve dadas a conhecer aos trabalhadores.

O Encontro aprovou, ainda, uma saudação a todos os trabalhadores ferroviários pelas lutas desenvolvidas na defesa do sector, por melhores condições de vida e de trabalho, contra o pacote laboral e pela decisão de continuarem a luta que amanhã prossegue com a realização de uma greve de 24 horas.

A encerrar os trabalhos, Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política do PCP, situou a realização do Encontro no quadro de «um significativo envolvimento da organização do Partido» na pré-campanha eleitoral para o Parlamento Europeu e, posteriormente para a Assembleia da República. O que, em sua opinião, dá tanto mais actualidade ao encontro, quanto este consiga elaborar e propor as linhas de uma política para o sector ferroviário, uma vez que a profunda ofensiva a que o sector tem estado sujeito tem fre-

quentemente levado a priorizar a luta de resistência a essa ofensiva.

Daí que o dirigente comunista considere «histórica» a Plataforma de onze pontos que serviu de base à discussão do Encontro e que, ao mesmo tempo que aponta um novo rumo e uma nova política para os caminhos-de-ferro em Portugal, demonstra as consequências desastrosas da política seguida pelo governo e a falência da tese que o problema estava na redução de postos de trabalho ou no encerramento de linhas e estações.

A validade da contribuição dos comunistas ferroviários será, porém, para Jerónimo de Sousa, tanto maior quanto maior for o reforço do PCP e da CDU nos próximos actos eleitorais, designadamente nas legislativas, onde esse reforço se poderá traduzir pela alteração da correlação de forças. Mas, apesar da importância destas batalhas, é «necessário e imprescindível» reforçar a organização do Partido e a acção do movimento sindical nos locais de trabalho.

## Assembleias reforçam organização

A Assembleia da Organização do Concelho de Cantanhede do PCP, realizada nos primeiros dias de Maio, nas instalações do Centro de Trabalho do Partido, fez o balanço da actividade partidária desde a última Assembleia, definiu as linhas de orientação de trabalho imediatas e elegeu a nova Comissão Concelhia, composta por 12 elementos.

Depois de apreciar a actividade partidária nos últimos anos, os participantes definiram algumas linhas de trabalho visando o reforço do Partido e analisaram a degradação do serviço público prestado pelos transportes rodoviários e ferroviários, a má gestão das estruturas do concelho e a preparação das eleições para o Parlamento Europeu.

No final dos trabalhos, Sérgio Teixeira, membro da Comissão Política, abordou a actualidade política, designadamente a desastrosa política laboral e social do Governo.

### Metro

Também recentemente a organização da célula do Metro do PCP



## Lisboa

# Exposição de Artes Plásticas encerra com debate

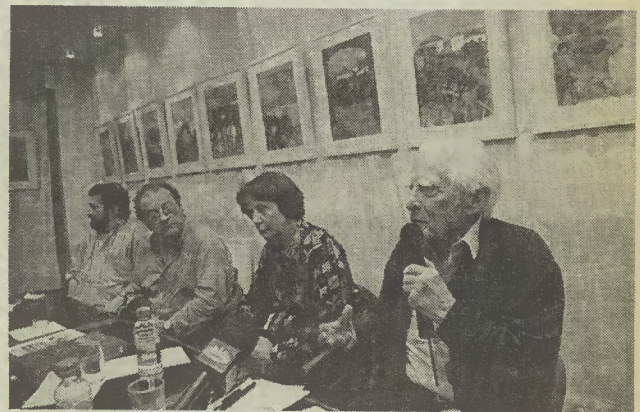
A oferta do pintor Rogério Ribeiro ao PCP das ilustrações feitas para o livro de Manuel Tiago/Álvaro Cunhal, «Até amanhã, camaradas», esteve na origem do debate promovido pelo Sector Intelectual da ORL e que, no passado dia 13, encheu completamente o Espaço Vitória, culminando o ciclo de debates sobre Artes Plásticas, realizado no âmbito das comemorações dos 25 anos do 25 de Abril.

A iniciativa, que encerrou também a exposição que no mesmo âmbito esteve patente ao público no Centro de Trabalho Vitória e contou com a participação de 300 obras de artistas plásticos, acabou, contudo, por se alargar a outras questões ligadas à luta do Partido e à expressão artística.

Depois de uma breve introdução ao debate, feita por Helena Medina, do Comité Central e da Direcção da Organização Regional de Lisboa, Rogério Ribeiro, visivelmente emocionado, falou da forma como o livro de Manuel Tiago o havia ajudado a situar-se, após o 25 de Abril, e a entender a maneira de como poderia ser mais útil aos seus ideais e dar continuidade à sua participação. De como, durante um ano, foi «lendo, riscando e sublinhando as imagens» que o livro lhe suscitava, transportando-o «ao âmago do mundo».

Álvaro Cunhal, por sua vez, lembrou o facto de Rogério Ribeiro ter ilustrado um livro de autor então desconhecido, Manuel Tiago. Um livro que não fala de qualquer homem ou mulher mas sim da luta do PCP - ainda que ficcionada -, sendo essa luta que as ilustrações de Rogério Ribeiro relatam.

Contudo, a arte não é política e a política não é arte, existindo uma autonomia do estético em relação ao social.



A arte, segundo Álvaro Cunhal, expressa os elementos integrantes da cultura em determinada sociedade

A discussão que, a partir daqui se gerou, permitiu à assistência apresentar dúvidas e pontos de vista e aos oradores explicitar os seus conceitos sobre «a arte e a política».

Uma ideia ficou, porém, clara: por vezes, o trabalho de um artista pode não ser imediatamente entendível, pois o gosto não tem capacidade de leitura imediata de uma obra de arte, existindo uma quota de apreciação que não está generalizada.

Ou seja, como sublinharam

Rogério Ribeiro e Álvaro Cunhal, para além da aderência imediata a uma obra, é preciso trabalhar e estudar, conhecer, inclusive, o contexto e a história em torno da obra.

### A arte é elitista?

A cultura abarca as artes, as ciências, as mentalidades, lembrou Álvaro Cunhal. A arte, por sua vez, expressa os elementos integrantes da cultura em determi-

nada sociedade. Mas, na arte existe uma diferença entre o seu significado como valor social e o seu significado com valor estético, dependendo o valor estético de uma apreciação que pode ser variada e contraditória

A arte é elitista? Não, responde Manuel Gusmão, elitista pode ser a utilização que dela se faz. E, no nosso tempo, a produção artística ou os bens culturais, ou seja, a produção, circulação e acesso estão sujeitos às condições sociais em que a arte se gera, movimentando-se através de determinadas redes ou aparelhos institucionais. Sujeita, assim, às leis do mercado, a arte é muitas vezes motivo de selecção de tipo ideológico ou condicionada à óptica do lucro.

A criatividade artística é, porém, uma característica do ser humano, que o distingue dos outros animais, diz Álvaro Cunhal. Os outros animais podem eventualmente ter uma apreciação do belo mas não criam.

É necessário, contudo, que a arte traga valores positivos, estimulantes, sendo muitas vezes desnecessário introduzir na arte especificação política ou elementos declamatórios, já que a afirmação política pode até ser mais convincente se indirecta.



## TRÁS-OS-MONTES

### Faltam acções concretas

Trás-os-Montes e Alto Douro precisam de acções e trabalho concreto que resolvam os seus problemas, afirma a Direcção da Organização Regional do PCP, depois de se debruçar sobre a situação política nacional e constatar as contradições entre a acção política do Governo e a realidade, problemas e dificuldades da região.

Segundo os comunistas, ao mesmo tempo que prossegue uma «descarada» campanha eleitoralista por parte do Governo, agrava-se a situação da agricultura (nomeadamente com a falta de escoamento da amêndoa) e o problema da desertificação e empobrecimento da região, cresce a exploração e o miserabilismo resultante da falta de trabalho, encerram escolas e postos de saúde, aumenta a brucelose.

Assim, a DORTMAD, salientando a grande receptividade da região à intervenção e propostas aos candidatos da CDU Armando Carvalho e Maria do Loreto, garante, por parte da CDU, o desenvolvimento de uma campanha eleitoral «com o máximo de preocupação no esclarecimento».

## COIMBRA

### Caos nos transportes

O Governo, a Administração dos SMTUC e a Câmara Municipal de Coimbra são, pelo «silenciamento e intransigência» face às reivindicações dos motoristas, os grandes responsáveis pela «situação caótica» que se regista nos transportes de Coimbra, resultante do «impasse negocial e prolongamento da greve» em curso.

Para a Direcção da Organização Regional do PCP, é ainda «estranho» que a Câmara e os SMTUC se declarem solidários com uma das reivindicações - a revisão das carreiras com a passagem à carreira de pessoal qualificado - mas não dêem, «um único passo» para resolver outras reivindicações da sua responsabilidade, como são os horários de trabalho ou as escalas de serviço. O que pode ter que ver com o facto de as duas entidades serem presididas pelo dr. Manuel Machado.

Entretanto, os SMTUC perdem aderentes e passageiros a favor das transportadoras privadas, acusa o PCP, defendendo a «urgente retoma de negociações sérias».

## PORTO

### Agricultores preocupados

Na sequência do contacto com agricultores na feira de gado da Lousada e do encontro com a Direcção da Adegua Cooperativa de Felgueiras, constatando a existência de grandes preocupações relativamente às consequências da Reforma da PAC nos sectores pecuário e vinícola, o eurodeputado comunista Honório Novo deslocou-se, no dia 12 de Maio, à Feira de Paredes.

Depois de aí ouvir os agricultores e produtores de gado, Honório Novo visitou o Matadouro Industrial de Penafiel. Por sua vez, o deputado comunista Pimenta Dias requereu ao Governo a tomada de medidas de salvaguarda dos postos de trabalho e dos direitos dos trabalhadores da empresa de material eléctrico «SCHUPA», neste momento a sofrerem pressões de toda a espécie no sentido de abandonarem a empresa «de livre vontade».

A organização dos Sectores Profissionais da ORP do PCP alerta para a situação preocupante destes trabalhadores - sujeitos às habituais faltas de respeito das multinacionais - e exige do Governo que intervenha na SCHUPA.

## ALENTEJO

### Prosseguem «Diálogos»

A Direcção Regional do Alentejo procedeu à avaliação da 1.ª fase da iniciativa «PCP, Diálogos com o Alentejo», considerando como muito positivo o balanço dos mais de 50 encontros que realizou nos últimos dois meses, com instituições e organizações representativas da sociedade alentejana.

Dos contactos havidos, a DRA afirma que existem condições para «uma ampla convergência no sentido de reivindicar para o Alentejo um conjunto de medidas essenciais ao combate da grave crise económica e social que caracteriza a região».

No âmbito da primeira fase dos Diálogos, vai realizar-se hoje uma reunião com a Universidade de Évora, estando a aguardar agendamento outras com a Associação de Municípios do Norte Alentejano, com a Coordenadora das Organizações de Reformados, Pensionistas e Idosos do Alentejo, com delegações da ANAFRE de Beja e Évora e núcleos do MDM do Alentejo.

## Viana do Castelo

# População deve discutir reconversão urbanística

O Plano de Ocupação do Solo não deve ser implementado em Viana do Castelo sem o necessário debate público e sem a discussão e votação nos órgãos autárquicos, nomeadamente na Assembleia Municipal, porque o futuro do concelho «não é pertença de um presidente ou de um Partido», diz a Direcção da Organização Regional do PCP.

Este instrumento de ordenamento, agora tornado público deve consubstanciar as políticas aprovadas e ter um conteúdo técnico que assegure seriedade às propostas que formula, diz o PCP, na sua apreciação.

Assim, a Rotunda do Náutico, desviando o tráfego da zona escolar do Carmo e criando uma dinâmica diferente e mais segura,

merece a sua aprovação, assim como o Jardim Público da Marginal, cujo modelo revaloriza a zona histórica.

Também a Via de Circulação Marginal, localizada em sítio oposto aos estabelecimentos comerciais do Largo João Tomás da Costa, parece do agrado dos comerciantes mas divide o jardim público da margem ribeirinha e

não prevê soluções eficazes para a segurança dos peões.

A Zona Comercial e Acesso ao Mercado, por sua vez, limitando o acesso do trânsito automóvel e privilegiando a circulação pedonal na zona central, reduzirá a poluição, a destruição e aumentará a segurança e a tranquilidade da cidade. No entanto, a sua eficácia dependerá de um «rigoroso controlo do acesso de veículos ligeiros e de mercadorias à zona histórica» e da aprovação de medidas que permitam aos comerciantes aí sediados continuar a desenvolver a sua actividade.

Para o PCP, a Praça da Liberdade e os edifícios e equipamentos da área envolvente trarão uma

nova dimensão à zona marginal e a Biblioteca Municipal e o Pavilhão Multiusos vêm suprir a carência de equipamentos na cidade. Porém, o facto de a estes edifícios se associar o projectado Museu do Mar e dos Descobrimentos e o Gil Eanes, leva à concentração nesta área de uma série de recursos que «poderiam constituir novos pólos de atracção para outras áreas da periferia urbana» (a zona envolvente de Santiago da Barra e da baixa de Monserrate, por exemplo) se fossem melhor distribuídos.

Já as transformações propostas para a Av. dos Combatentes, com a construção do parque de estacionamento subterrâneo (investimento de mais de um milhão e trezentos mil contos para 300 lugares), «determinam um modelo de cidade que não está de acordo com o modelo aprovado no Plano de Urbanização da Cidade e vão atrair trânsito para o centro de cidade, exigindo, por isso, a estruturação de um conjunto de locais de estacionamento estrategicamente localizados e seguros.

Quanto ao Museu do Mar, a tradição marítima de Viana do Castelo justifica-o inteiramente mas é «despropositado» associar ao projecto a epopeia dos Descobrimentos. O PCP está também de acordo com a recuperação e os objectivos propostos para o Gil Eanes mas há que torná-lo «um factor de atracção e de desenvolvimento».

Por fim, a Saída Norte da cidade, a manter-se a estrutura rodoviária e o actual sentido de circulação, vai levar a que o trânsito se faça através de uma via paralela aos edifícios escolares da zona, pondo em risco a segurança de uma população maioritariamente jovem. E o projecto de reconversão urbanística na área correspondente à Baixa de Monserrate, «contempla seguramente outros interesses que não os de transformar esta zona cada vez mais degradada, num «espaço atractivo para residir e trabalhar».



## Álvaro Cunhal em Almada

A Comissão Concelhia de Almada do PCP promoveu, no sábado passado, com a participação de Álvaro Cunhal, uma conferência sobre o 25 de Abril acompanhada atentamente por uma assistência de cerca de 500 militantes e simpatizantes do PCP. A iniciativa, integrada nas comemorações do 25.º aniversário da Revolução, teve lugar no Salão da Sociedade Filarmónica Incrível Almadense.

Depois da intervenção inicial de Álvaro Cunhal sobre os factos e acontecimentos mais relevantes

do 25 de Abril, alguns dos participantes intervieram colocando perguntas que permitiram ao dirigente comunista abordar temas diversos.

O papel do PCP no 25 de Abril, as conquistas então alcançadas, com destaque para a reforma agrária e os direitos dos trabalhadores, a actual situação de agressão da NATO à Jugoslávia e a necessidade do reforço do PCP e da CDU nas batalhas eleitorais que se aproximam foram, assim, algumas das questões sobre as quais o dirigente comunista teve oportunidade de se debruçar.

### CAMARADAS FALECIDOS

#### Antero da Costa

Faleceu recentemente o camarada Antero Costa, membro do Partido desde muito antes do 25 de Abril. Foi um dos tipógrafos que assegurou a continuidade da imprensa clandestina entre 1953 - ano em que entrou para a clandestinidade - e 1966, além de ter integrado, durante o regime fascista e até Abril de 1974, a rede de casas de apoio à actividade do PCP. Dos prelos que lhe foram confiados saíram milhares de exemplares de «O Camponês», «O Corticeiro», «O Têxtil», «Jovens Livres» e «Tribuna Livre» que, durante anos, informaram e mobilizaram para a luta diferentes massas trabalhadoras.

#### António Grilo

Faleceu recentemente, com 92 anos de idade, o camarada António Grilo, operário químico reformado, natural de Grândola. Militava na organização da freguesia de S. Sebastião, Setúbal.

#### Henriqueta Martins de Almeida Santos

Com 66 anos de idade, faleceu, no passado dia 25 de Abril, a camarada Henriqueta Martins de Almeida Santos. Estava organizada na freguesia do Castelo, em Lisboa, local onde residia.

#### Maria Eduarda Marques da Silva

Com 29 anos de idade, faleceu inesperadamente a camarada Maria Eduarda Marques da Silva. Membro do PCP desde 1994, estava organizada no Sector de Serviços da Cidade de Lisboa. Foi dirigente do CESL e activista da Interjovem. No seu funeral incorporaram-se largas dezenas de pessoas, entre as quais muitos militantes da sua organização.

#### Pedro José Gomes Rodrigues

Vítima de acidente de viação, faleceu no dia 16 de Maio, com 20 anos de idade, o camarada Pedro José Gomes Rodrigues, residente em Cortiços/Benfica do Ribatejo, Almeirim. O camarada regressava a sua casa, depois de uma noite de trabalho nas Festas da N.ª Sra. da Ascensão da Chamusca, onde era responsável por um quiosque da Escola Superior Agrária de Santarém. Membro da JCP e do PCP, pertencia à Organização Central do Ensino Superior, à Comissão Regional de Santarém e ao Colectivo Distrital do Ensino Superior da JCP. Muito estimado, no seu funeral participaram delegações da JCP e do PCP, representantes do Conselho Directivo da sua Escola, muitos estudantes e amigos.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

## Campanha de Fundos

No âmbito da Campanha Nacional de Fundos, a Comissão de Freguesia do Seixal realizou, na sexta-feira, no Centro de Trabalho do PCP, uma iniciativa com a participação de cerca de uma centena de camaradas que, pelo bom ambiente criado e pela sua ajuda financeira, contribuíram para o seu êxito.

A sessão teve a participação de José Paleta, responsável pela Organização Concelhia do Seixal que, na sua intervenção, sublinhou a importância do voto na CDU, no próximo dia 13 de Junho - data das eleições para o Parlamento Europeu -, e a necessidade da participação de cada um dos presentes na campanha, com vista ao reforço do destacado papel que os eleitos do PCP e da CDU têm no Parlamento Europeu.



# Novas iniciativas do movimento pela paz

Prosseguem, por todo o país, as iniciativas pela paz, contra a guerra na Jugoslávia e por Timor. Um movimento que envolve, em particular, trabalhadores e juventude.

Uma vigília *Contra a guerra pela paz e por Timor*, teve lugar, sexta-feira passada, dia 14, na Praça da Batalha, no Porto.

Promovida pela União dos Sindicatos do Porto/CGTP-IN, a iniciativa contou com a presença do coordenador da CGTP-In, Carvalho da Silva, e com a adesão de várias personalidades da cidade.

Vários artistas plásticos aderiram ao protesto, sendo a denúncia da guerra feita também através da exposição de trabalhos de vários artistas ligados à Cooperativa Árvore.

Durante a vigília, vários associados da Cooperativa de Artistas de Gaia pintaram um mural colectivo, associando-se, assim, à defesa da paz.

Dia 12 de Maio, na Praça S. João Batista, em Almada, realizou-se uma vigília pela paz.

Uma iniciativa dos jovens comunistas que assim procuram testemunhar a sua solidariedade com as populações dos Balcãs e consciencializar a comunidade para o fim dos bombardeamentos, a retirada das forças militares da Nato do território em guerra, a não participação de qualquer soldado português nesta operação, a retomada das negociações políticas para uma solução pacífica.

Em comunicado recentemente distribuído, a Juventude CDU/Vila Franca de Xira denuncia o novo conceito de estratégia da Nato, que «facilita a intervenção ofensiva, contra países terceiros, fora dos seus limites de actuação», pretendendo-se assim calar os opositores e dirigir-se «os destinos das nações soberanas que

contrariam a paciência dos polícias do mundo».

Uma situação face à qual se impõe, sublinham os jovens da CDU, «unir os esforços para desludir aqueles que forçam a existência de um pensamento único, unificado - entenda-se, conivente com os interesses imperialistas dos EUA e instituições financeiras».

Em assembleia geral de delegados sindicais, o Sindicato dos Trabalhadores da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás do Centro, Sul e Ilhas (SINQUIFA) aprovou uma moção contra a agressão da Nato à Jugoslávia em que se exige o fim da agressão e a realização de medidas sérias e coerentes de apoio humanitário, de negociações para uma solução política, a retirada de Portugal da agressão.

A moção manifesta ainda repúdio pelo novo conceito estratégico da Nato e «as suas pretensões hegemónicas e belicistas».



Jovens em vigília pela paz na Jugoslávia

## Nova PAC igual a velha PAC

Os acordos da Agenda 2000 e a reforma da PAC foram os temas em debate na reunião da Aliança para Defesa do Mundo Rural Português - ARP, realizada este mês em Coimbra.

Do debate resultou, antes do mais, a constatação de que, há hoje ainda mais razões de preocupação quanto ao futuro da nossa agricultura e do mundo rural.

Em causa está uma nova PAC que não passa da continuação

«da velha e ruínosa política saída da reforma da PAC de 1992».

Uma política que vai impor grandes baixas nos preços à produção, não se prevendo limites máximos nem uma real modulação das ajudas, o que levará a novas baixas nos já muito baixos rendimentos dos agricultores.

Mantém-se a extrema injustiça na distribuição das verbas públicas, a marginalização de produtos como o vinho, azeite, frutas e hortícolas, o que terá

como corolário «ainda mais importações sem controlo» e «mais ruína e abandono no mundo rural português».

Considerando embora positivo o facto de o desenvolvimento rural passar a estar incluído num pacote no âmbito das restantes políticas agrícolas, a ARP sublinha a insuficiência das verbas que lhe estão destinadas.

Neste quadro, a ARP propõe e exige ao governo português, a aplicação de limites máximos e escalões nas ajudas ao desenvolvimento rural e a aplicação de apoios prioritariamente para a melhoria dos caminhos rurais, preservação e promoção dos mercados tradicionais, explorações agrícolas familiares «respeitadoras do meio-ambiente e da biodiversidade, produtos agrícolas tradicionais, distribuição de novos direitos a mais plantios de vinha e mais áreas de cereal «com prioridade aos jovens agricultores e às explorações agrícolas familiares» e ainda «a definição e aplicação dos programas de desenvolvimento rural de acordo e em estreita colaboração com as organizações agrícolas e rurais de forma a promoverem o trabalho produtivo agrícola».



Carvalho da Silva destacou o papel do Manuel Lopes no movimento sindical

## Manuel Lopes Uma vida dedicada ao mundo do trabalho

Centenas de pessoas assistiram ao funeral de Manuel Lopes, falecido aos 56 anos de doença incurável, membro da Comissão Executiva da CGTP-IN e um dos sindicalistas fundadores da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional, em 1970.

Perante as quatro centenas de pessoas, entre trabalhadores e sindicalistas, que aguardaram quase duas horas à porta do cemitério a chegada do cortejo fúnebre proveniente da Igreja de S. Paulo, Carvalho da Silva reafirmou o «compromisso de continuar a luta pelos direitos de quem trabalha».

Durante o elogio fúnebre do sindicalista falecido sábado, o coordenador da CGTP-Intersindical sublinhou a dimensão humana daquele que foi, «inquestionavelmente, um dos sindicalistas maiores deste país», que «deu tudo na defesa de direitos, por vezes, difíceis de defender».

«Para além de fundador da CGTP, Manuel Lopes representava a expressão viva de apego a este grande projecto», realçou Carvalho da Silva, para quem a presença, no funeral, de «sindicalistas que estiveram em confronto» com o dirigente falecido ilustra a abertura de espírito que este sempre demonstrou.

«Manuel Lopes dedicou a sua

vida ao mundo do trabalho e aos direitos dos trabalhadores. Foi um lutador nos tempos difíceis de antes do 25 de Abril, em pleno regime fascista, e deu tudo o que podia em defesa dos direitos dos trabalhadores», afirmou ainda o dirigente sindicalista

No enterro de Manuel Lopes, sepultado ao lado do dirigente comunista Octávio Pato, esteve presente uma delegação do PCP, integrando o secretário-geral, Carlos Carvalhas, e os dirigentes comunistas Domingos Abrantes e Jerónimo Sousa.

Em declarações então proferidas, Carlos Carvalhas sublinhou que «faleceu um homem de causas, que dedicou a sua vida à luta sindical e à unidade dos trabalhadores».

Um homem que sempre cooperou com o PCP e a CDU e cujo último acto político foi subscrever o apoio às listas da CDU para as eleições do Parlamento Europeu e da Assembleia da República.

## PCP envia telegrama

O Secretariado do Comité Central do PCP enviou, à Comissão Executiva da CGTP-IN e à família de Manuel Lopes, o telegrama de condolências que aqui reproduzimos:

«Interpretando o sentimento de todo o Partido, a Direcção do PCP quer manifestar o seu profundo pesar pela grande perda que constitui o falecimento de Manuel Lopes. Curvamos a nossa bandeira ao militante sindical, fundador da CGTP-IN, e à sua luta permanente pelas grandes causas dos trabalhadores.»

## Biografia

Manuel Lopes, destacado militante sindical, iniciou a sua actividade em 1964, no então Sindicato dos Lanifícios de Lisboa.

Foi fundador da Intersindical Nacional, em 1970, sendo membro da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN desde 1977 e presidente da Assembleia Geral do Sindicato dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul.

Era também membro do Conselho Económico e Social e da Comissão Permanente de Concertação Social. Representava, desde 1989, a CGTP-IN no Instituto de Emprego e Formação Profissional e fazia parte do Observatório do Emprego e Formação Profissional.

Era membro do Comité Permanente do Emprego da União Europeia e do Comité Consultivo para a Formação Profissional da UE, bem como dos conselhos de opinião da RTP e da RDP.

Integrava o Conselho Geral do INOFOR.

Manuel Lopes teve também uma intensa actividade política e cívica: Pertenceu ao MDP/CDE, antes do 25 de Abril; foi fundador do MES; foi deputado à Assembleia da República entre 1980 e 1985, como independente nas listas do PCP; fez parte da Comissão de Apoio à Eleição de Mário Soares para Presidente da República (2.º mandato); integrou a Comissão de Honra da Candidatura de Jorge Sampaio a Presidente da República; era deputado, pelo terceiro mandato consecutivo, na Assembleia Municipal de Lisboa, em representação da CDU. Era membro da direcção do Conselho Português para a Paz e a Cooperação e foi durante anos presidente da Mesa da Assembleia Geral da Voz do Operário.

Manuel Correia Lopes nasceu em 18 de Novembro de 1943, na freguesia da Sé Nova, em Coimbra. Per-

deu o pai aos três anos de idade, após o que partiu com a mãe para Lisboa. Começou a trabalhar como aprendiz na indústria têxtil, onde passou pelos serviços administrativos, pela produção e mais tarde como responsável do serviço de compras. Entretanto, tirou o curso comercial, em horário pós-laboral.

Aos 15 anos, ingressou na Juventude Operária Católica (JOC), de que foi dirigente entre 1960 e 1966.

Começou a sua actividade no sindicato dos Lanifícios de Lisboa. No mesmo ano foi chamado para o serviço militar, tendo dois anos mais tarde sido mobilizado para a Guiné. Regressado, voltou à actividade sindical e foi eleito presidente do seu sindicato, com 26 anos de idade.

Como dirigente do Sindicato dos Lanifícios de Lisboa, trabalhou intensamente, junto com outros sindicalistas, na criação da Intersindical Nacional, actual CGTP-IN.

Empenhou-se activamente na reorganização do sindicato da indústria têxtil e na fusão das federações dos lanifícios e dos têxteis numa única Federação, de que foi dirigente até 1992.

Depois da revolução portuguesa, foi um dos oradores no primeiro comício comemorativo do 1.º de Maio. Foi também o primeiro sindicalista a falar na televisão portuguesa no direito à greve. Em Junho de 1974, foi escolhido como delegado dos trabalhadores à conferência da OIT.

Presidiu à mesa do 1.º Congresso da Intersindical e passou a integrar todos os seus secretariados, excepto o primeiro. À data do seu falecimento, era responsável do departamento de informação e relações públicas e do departamento de emprego e formação profissional, entre outras importantes funções de organização, de administração e de representação da CGTP-IN.

## Homenagem em Válega

Centena e meia de pessoas participaram, segunda-feira, em Ovar, na homenagem aos mártires do corte das videiras de 15 de Maio de 1939 em Válega. No local foi descerrada uma lápide em sua memória.

Na cerimónia, promovida, pela segunda vez, pela ALDA - Associação da Lavoura do Distrito de Aveiro e pela União dos Agricultores do Concelho de Ovar, foi lida uma saudação pelo dirigente da ALDA e da CNA, Albino Silva, que salientou que o exemplo dos homenageados «será sempre uma referência da luta dos agricultores da região, por melhores dias, até que vejamos a verdadeira compensação pelos frutos da nossa labuta».

Um exemplo muito actual, pois, nas palavras do dirigente camponês, «apesar dos tempos serem outros, e de não existir agora a repressão sangrenta que os vitimou, a nossa agricultura continua ameaçada».





VII Legislatura

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## Deputados comunistas prestam contas

**Resoluções da Assembleia da República com origem em iniciativas do PCP**

### Rever a Política Comum de Pescas

Tendo em vista estabelecer as principais orientações que devem ser asseguradas tanto na futura Política Comum de Pescas como na Política Nacional de Pescas, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou um projecto, que foi aprovado, como Recomendação ao Governo, sob a forma de Resolução, a que foi dado o n.º 17/98, que visa criar as condições e as principais orientações futuras, no sector das pescas.

As matérias propostas e aprovadas são as seguintes:

a) Manter o acesso exclusivo das frotas nacionais às respectivas águas do Mar Territorial na distância de 12 milhas marítimas;

b) Assegurar o acesso preferencial das frotas nacionais à zona contígua (pelo menos até às 24 milhas marítimas) como área de defesa e protecção dos recursos pesqueiros nacionais e de exercício da fiscalização e combate pelo Estado costeiro às infracções da legislação do respectivo território;

c) Manter a zona económica exclusiva (200 milhas marítimas) tal como previsto e definido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar onde o Estado costeiro exerce a sua jurisdição e tem direitos de soberania;

d) Defender os direitos históricos de pesca adquiridos pelas frotas longínquas em águas internacionais e de países terceiros;

e) Assegurar programas e medidas financeiras de apoio social que compensem os trabalhadores da pesca das consequências resultantes da redução do esforço de pesca e que apoiem, quando for caso disso, a reestruturação das zonas e comunidades dependentes da actividade piscatória;

f) Assegurar políticas específicas de apoio à pesca artesanal e à pequena pesca;

g) Assegurar medidas de apoio à indústria conserveira e de transformação do pescado designadamente quanto ao apoio à aquisição de matéria-prima e à promoção do consumo de pescado e em particular das conservas portuguesas nos mercados nacionais e de exportação.

h) Defender que a determinação do volume global do esforço de pesca e as suas incidências em cada País deve ter em conta a evolução previsível dos recursos mas também a situação específica de cada Estado e de cada comunidade de pescadores, e a dimensão de cada frota;

i) Recusar uma política de controlo dos recursos e do esforço de pesca assente na orientação predominante do abate das frotas;

j) Garantir meios financeiros e humanos adequados a uma política de investigação científica que em articulação com pescadores e armadores se constitua como base de sustentação para uma política de gestão das pescas.

### Reforma do Sector das Frutas e Produtos Hortícolas

Resolução que rejeitou a proposta da Comissão Europeia e se pronunciou contra a diminuição do apoio financeiro às organizações de produtores, contra a diminuição da quota do tomate e defende a necessidade de serem preservados os rendimentos dos produtores de frutas e hortícolas bem como o princípio da preferência comunitária.

### Em defesa da olivicultura nacional

Resolução que se pronunciou pela rejeição do modelo de reforma da Organização Comum de Mercado do Azeite e pela manutenção das ajudas à produção e ao consumo, pelo aumento da quantidade máxima garantida e pelo reforço do rendimento dos agricultores e dos mecanismos de fiscalização e de combate à fraude.

### Apoio aos agricultores portugueses

Aprovada a realização de um levantamento dos prejuízos sofridos pelos agricultores face aos prejuízos sofridos nos anos agrícolas de 97/98, do accionamento do Fundo de Calamidades e reforço das respectivas dotações bem como pela necessidade de uma intervenção excepcional do Estado, do apoio da União Europeia, da revisão do Seguro Agrícola e de medidas de apoio dirigidas aos trabalhadores agrícolas e às organizações de produtores.

# Face à intransigência dos armadores PCP desafia Governo a intervir e solidariza-se com os pescadores

O Grupo Parlamentar do PCP acusou o Governo de não assumir as suas responsabilidades e de se alhear no conflito que opõe pescadores e armadores, colocando-se, assim, objectivamente, com esta postura, ao lado daqueles últimos, ou seja, da «parte mais forte».

Para o deputado comunista Rodeia Machado, que levantou o assunto no período antes da ordem do dia de uma das sessões plenárias da semana transacta, importa, pois, que o Executivo não se fique por «palavras bonitas» e intervenha «de forma rápida e precisa» no sentido de levar ao armadores a sentarem-se à mesa das negociações para a revisão do Contrato Colectivo de Trabalho do Arrasto Coteiro.

Esta é, de resto, a questão que está na origem de um conflito que leva os pescadores a estar paralisados há mais de um mês em busca de justiça face a um contrato de trabalho extre-

mamente desactualizado. A testemunhá-lo estão várias questões nele contidas que não são revistas há cerca de trinta anos, como é o caso da percentagem da pesca, avultando ainda o desajustamento que

ocorre no próprio vencimento-base desta profissão de risco e que, por incrível que pareça, se situa nos 25.500\$00.

«É verdade. É este o salário base de um pescador, e é pago percentualmente só nos dias em



Pescadores mantêm-se firmes na luta em defesa dos seus legítimos direitos (na foto, concentração no dia 12, junto ao Rivioli, Porto, onde se deslocou o Primeiro-Ministro)

## Fábrica em Coruche põe em risco saúde pública

Sérios problemas ambientais e, provavelmente, de saúde pública estão a ocorrer na freguesia de Lamarosa, Coruche, em consequência da laboração de uma unidade industrial (ITS Marques, S.A.) exclusivamente vocacionada para o tratamento de materiais de risco susceptíveis de transmitir a doença das «vacas loucas».

Esta questão e sobretudo o facto de não sabermos exactamente quais as suas repercussões para a saúde das populações tem vindo a preocupar seriamente os órgãos autárquicos, manifestada, em várias ocasiões, junto das autoridades sanitárias, bem como dos próprios responsáveis da fábrica. Ainda no passado 30 de Abril a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade solicitar esclarecimentos ao Governo no sentido de saber se há ou não riscos em termos de saúde pública.

Também a deputada comunista Luísa Mesquita, eleita pelo círculo de Santarém, tem vindo a acompanhar de perto os desenvolvimentos deste caso. A sua mais recente iniciativa traduziu-se em requerimentos dirigidos aos ministérios da Agricultura, da Saúde e do Ambiente. Nos textos, depois de relatar a situação, inquiriu aquelas entidades quanto às consequências resultantes das decisões tomadas pelo Governo, interrogando-as ainda sobre as medidas que pensam adoptar para obstar às «agressões de que estão a ser alvo as populações».

Luísa Mesquita recorda no requerimento, citando informações recolhidas junto da administração da empresa, que a «situação anómala» existente é o resultado de medidas tomadas por este Governo na área do Ministério da Agricultura que tive-

ram como objectivo a «erradicação da BSE e do levantamento do embargo das exportações de carne de bovino e de animais vivos para os países comunitários».

A empresa está assim a laborar desde Dezembro de 1998 em regime exclusivo o designado «material de risco específico», que comporta riscos de transmissão da BSE, designadamente vísceras, sangue, bandulhos e intestinos, o que tem provocado, para além de impactos nas ETAR e da poluição dos níveis freáticos, permanentes incómodos às populações, quer pelos cheiros quer pela sujidade das vias por onde passam as viaturas que transportam o material.

que está no mar. Significa isto que, se não pescar, se o tempo não estiver de feição, o salário resume-se a uma miséria», observou o deputado do PCP, retratando a dura realidade dos trabalhadores da pesca.

Responsabilizando os armadores pela actual situação, a quem acusou de intransigência, Rodeia Machado expressou ainda a sua solidariedade para com os pescadores, juntando assim a voz da bancada comunista às de quanto lhes têm manifestado o seu apoio, como é o caso das populações mais directamente ligadas à actividade piscatória, de assembleias municipais e de vastos sectores de opinião nacional.

## Programação Militar Ministério da Defesa à beira da ruptura

A insólita situação ou «peregrina ideia», como lhe chamou o deputado comunista João Amaral, que levou o Governo a recorrer ao sistema de *leasing* para adquirir equipamento militar (no caso, submarinos) vem confirmar o descalabro em que se encontra o Ministério da Defesa. A bancada comunista traça um quadro onde não esconde a sua enorme apreensão pela situação da tutela da Defesa e diz mesmo que esta aproxima-se perigosamente da «ruptura».

Para este panorama concorrem, do ponto de vista de João Amaral, o atraso de mais de cinco meses na apresentação do Relatório respeitante à execução da 3.ª Lei de Programação Militar (LPM) à Assembleia da República, a «incapacidade de decisão» de Veiga Simão, e, por último, os «constrangimentos orçamentais decorrentes de Maastricht que o Governo aceita cegamente como imposições».

Verifica-se assim, segundo o parlamentar comunista, que muitos programas, para além dos submarinos, estão no «ponto zero»,

enquanto outros estão «em estudos», havendo ainda a realçar o facto de não terem sido gasto nem metade «e provavelmente menos de um terço» dos 32 milhões de contos previstos na 3.ª LPM para 1998.

Os reflexos deste quadro não podem deixar de fazer-se sentir, ajudando a compreender, designadamente, o clima de insatisfação reinante entre os militares, «cada vez maior», no entender de João Amaral, que lembrou ainda como a «desmotivação é enorme» e para quem os «atrasos nas reformas estruturantes são irrecuperáveis».

Foi, pois, perante este pano de fundo, que o deputado do PCP considerou que a autorização solicitada pelo Governo para adquirir submarinos em regime de aluguer, em debate faz amanhã oito dias, constitui um «truque contabilístico» que desprestigia as Forças Armadas, exigindo, por isso, que o Governo os adquira «como está obrigado e pelas formas a que hoje está obrigado por força de lei».



## Novo conceito estratégico da NATO

# Brutal retrocesso no direito internacional

O Governo foi chamado ao Parlamento para prestar esclarecimentos sobre o novo conceito estratégico da NATO. Na ausência do Primeiro-Ministro, muito criticada e vista como uma fuga, coube a Jaime Gama e Veiga Simão fazer as despesas do debate.

Aos elogios com que estes saudaram as alterações aprovadas em Washington, contrapuseram-se as críticas cerradas da bancada comunista, para quem o novo posicionamento da NATO constitui um «brutal retrocesso no direito internacional».

Foi, aliás, do Grupo comunista, pela voz de João Amaral, que partiu verdadeiramente o único corpo estruturado de críticas quanto ao novo conceito da aliança político-militar. As restantes bancadas, à excepção do PEV, mostraram-se favoráveis ao novo curso da NATO e não questionaram a participação de Portugal nas suas acções.

Colocando-se sempre numa perspectiva de defesa dos «valores universais da paz e da cooperação», a bancada comunista, pelo contrário, de modo lúcido e coerente, soube explicar as razões pelas quais o novo conceito, distanciando-se da «esperança

dos povos» no sentido da construção da paz, vem, afinal, «reforçar a capacidade agressiva da NATO e o Comando Superior Americano» para se assumir como «dona do mundo» ao serviço dos interesses dos EUA.

Trata-se de um documento, ainda na perspectiva de João Amaral, que corresponde à «substituição dos princípios do respeito da soberania e do recurso à força limitada nos termos da Carta das Nações Unidas, pela arrogante afirmação do poder imperial dos Estados Unidos e da NATO».

Foi este posicionamento consequente em defesa dos princípios da paz e cooperação que levou João Amaral a condenar firmemente a guerra contra a Jugoslávia e a apelar a Jorge

Sampaio «para que use os meios ao seu alcance no sentido do regresso imediato dos militares e aviões portugueses que participam na guerra».

Uma guerra que fica indissolvemente ligada ao novo conceito, com a particularidade, evidenciou-a o deputado do PCP, de «já estar em execução quando foi aprovado». É esse, de resto, do seu ponto de vista, um dos significados da guerra contra a Jugoslávia, declarada «não por causa dos kosovares, mas por causa dos interesses da NATO».

«Serviu – explicou João Amaral – além de tudo o mais, para matar no ovo qualquer pretensão de questionar o novo conceito. Quando foi submetida à aprovação como doutrina, já o novo conceito era a

doutrina que enformava a mais espectacular e brutal operação que a NATO executou ao longo dos seus 50 anos de vida.»

Reiterada por João Amaral foi ainda a ideia de que o novo conceito estratégico da NATO encerra disposições e objectivos «incompatíveis com normas de direito internacional e de pactos internacionais, e com normas internas de natureza constitucional».

Em face disso, concluiu, o novo conceito «não pode vincular legalmente Portugal». Para que tal acontecesse, acrescentou, «não só teria que ser alterado o próprio Tratado constitutivo da NATO e até a Carta das Nações Unidas como teria que ser feita ainda uma radical alteração do artigo 7.º da Constituição Portuguesa».

Trata-se de uma operação que envolve grandes interesses especulativos associados ao Grupo Mello, que tem contado com a cumplicidade do Governo, e que tem merecido a firme oposição da Câmara de Almada por conflitar com os interesses do Município e da sua população. Para a bancada comunista é absolutamente inadmissível que o Governo – que entendeu não ratificar o Plano Director Municipal quanto ao território do estaleiro, já numa medida de sobreprotecção aos interesses do Grupo Mello – venha atropelar a lei geral reguladora das atribuições e competências municipais, derrogando-a por acto casuístico, quando é certo que a gestão urbanística dos solos é uma competência das Câmaras Municipais materializada através da elaboração de várias figuras de planeamento.

## Interesses especulativos na Margueira



Garantir que a Câmara Municipal de Almada exerça a plenitude das suas competências urbanísticas

em todo o território municipal, incluindo a Margueira, onde está situado o estaleiro da Lisnave, tal é o objectivo de um projecto de lei do PCP, entregue faz hoje oito dias no Parlamento. Para o efeito, proposta é a revogação do artigo n.º 4 da Portaria que cria um regime de excepção, não permitido pela Lei, ao abrigo do qual são transferidas as competências legais do Município para uma sociedade gestora que pretende incrementar um projecto urbanístico naquela área ribeirinha. Trata-se de uma operação que envolve grandes interesses especulativos associados ao Grupo Mello, que tem contado com a cumplicidade do Governo, e que tem merecido a firme oposição da Câmara de Almada por conflitar com os interesses do Município e da sua população. Para a bancada comunista é absolutamente inadmissível que o Governo – que entendeu não ratificar o Plano Director Municipal quanto ao território do estaleiro, já numa medida de sobreprotecção aos interesses do Grupo Mello – venha atropelar a lei geral reguladora das atribuições e competências municipais, derrogando-a por acto casuístico, quando é certo que a gestão urbanística dos solos é uma competência das Câmaras Municipais materializada através da elaboração de várias figuras de planeamento.

## Licença especial em caso de gravidez de risco

# Parlamento aprova projecto de lei do PCP

O direito a licença especial nas situações de gravidez de risco, garantido em projecto de lei do PCP, vai ter consagração legal. Apreciado numa das sessões plenárias da semana transacta, o diploma acolheu os votos favoráveis de todas as bancadas, à excepção do CDS/PP que se absteve.

A Assembleia da República vem, assim, finalmente, reparar uma «gritante injustiça», como lhe chamou a deputada comunista Luísa Mesquita, que tem atingido muitas mulheres portuguesas, em resultado de uma interpretação restritiva do Ministério da Educação sobre o quadro legal. Trata-se do Estatuto da Carreira Docente, que, no seu artigo 100.º, estipula que «as juntas médicas das direcções regionais de educação são as únicas entidades competentes para avaliar a verificação da situação de risco para o nacturo que, para a doente grávida, constitui fundamento para dispensa dos seus deveres funcionais».

Foi este texto, como assinalou Luísa Mesquita, que permitiu à tutela «aviltar a lei», através de circular onde afirma, reportando-se a uma norma constante no referido artigo, tratar-se de «uma mera norma de atribuição de competência às juntas médicas, pelo que o direito subjectivo à dispensa dos deveres funcionais» é remetido para a administração educativa.

Partindo desta interpretação, como recordou a parlamentar do PCP, o Ministério da Educação determina que só poderão beneficiar dos direitos previstos na lei as professoras «cujas repercussões sobre a gravidez» estejam associadas à actividade resultante directamente do desempenho profissional.

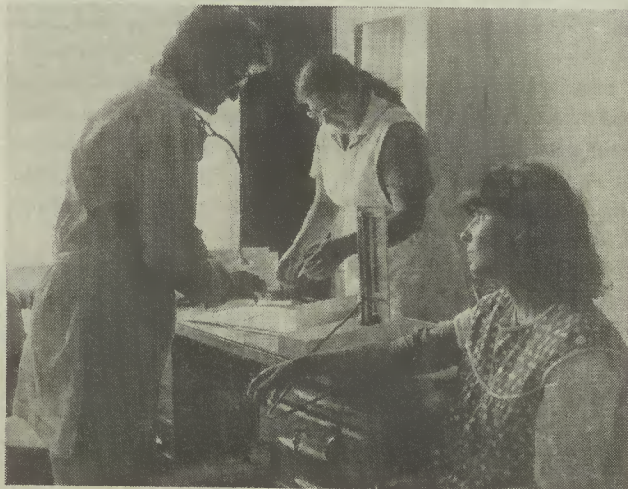
Por outras palavras, «de grávidas, passaram a doentes», carecendo, por isso, de atestado médi-

co e, com esta «leitura intencional», como observou Luísa Mesquita, o Ministério conseguiu «poupar algum dinheiro», reduzindo praticamente a zero o universo de professores que, na perspectiva governamental, poderiam ser abrangidos pela lei.

E porquê? Pela razão simples, concluiu Luísa Mesquita, de que a «grande maioria das situações de gravidez de risco não surgem directamente associadas ao exercício profissional da docência, mas às grandes deslocações a que, diariamente, as docentes se encontram sujeitas, à necessidade de repouso absoluto ou ainda a uma eventual necessidade de intervenção médica de urgência».

## Associações de mulheres

Aprovadas pelo Parlamento foram ainda as propostas de revisão da Lei da Protecção da Maternidade e Paternidade, bem como as que visam reforçar os direitos das associações de mulheres, ambas subscritas pelo Governo. Neste último caso, como sublinhou a deputada comunista Odete Santos, trata-se de um conjunto de alterações que vão num sentido positivo, muito embora haja formulações que carecem de melhoria em sede de especificidade.



É que, lembrou, as associações de mulheres «merecem que se melhore o seu estatuto, por forma a disporem dos meios

necessários no combate às discriminações de classe que se alargam, nalguns dos seus efeitos, a toda a espécie feminina»

## Contra a vontade do Governo Mantém-se suspenso o processo de co-incineração

Mantém-se inalterada a vontade maioritária dos deputados expressa em lei aprovada em Fevereiro último de suspender o processo de co-incineração até à obtenção do relatório e parecer da comissão científica independente que terá de o submeter previamente, antes de qualquer decisão, à Assembleia da República. A conclusão é do Grupo Parlamentar do PCP que entende não ter havido assim derrogação daquela lei em consequência da publicação ulterior de dois decretos-lei do Governo sobre a matéria.

Significa isto, como salientou o presidente da bancada comunista, Octávio Teixeira, que a competência concedida à referida comissão para licenciar e autorizar testes e operações de co-incineração «está indisponível enquanto a própria comissão não se pronunciar sobre a questão mais geral, e prévia, relativa ao tratamento de resíduos industriais e perigosos».

Mais, segundo o líder parlamentar comunista, nenhum passo no caminho da co-incineração, mesmo que sob a forma de testes, pode ser dado pela comissão científica e pelo Governo sem que aquela elabore o relatório e parecer a submeter ao Parlamento.

«Enquanto não houver esse parecer, não há nada, absoluta-

mente nada, para a co-incineração. Em Souselas, em Maceira ou em qualquer outro ponto do País», sustentou Octávio Teixeira.

A questão veio a lume na passada semana em debate de urgência suscitado pelo PSD destinado a confrontar o Governo com a decisão parlamentar que levou à suspensão do processo de co-incineração. Para a bancada laranja, que insistiu na ideia de que o problema é muito mais político do que jurídico, o Governo não terá desistido de atingir o objectivo de instalar a co-incineração em Souselas e Maceira.

Também o Grupo comunista admite que o Executivo não perdeu de vista esse desiderato, que transformou em «obsessão», pelo que, estando o processo de co-incineração suspenso, e para obviar a qualquer interpretação quanto ao «significado simbólico» da presença na comissão de especialistas designados pelas câmaras de Coimbra e Leiria, vai propor em sede de ratificação do diploma que cria a comissão – e esta foi a medida inovadora anunciada por Octávio Teixeira – uma alteração no sentido de que tais elementos não a integrem «enquanto o trabalho desta tiver por objecto a elaboração do relatório e parecer requerido» pela Lei aprovada pelo Parlamento.

## “Vacac loucas”



O Grupo Parlamentar do PCP solicitou a presença no Parlamento do ministro da

Agricultura, ou do secretário de Estado da Modernização Agrícola e Qualidade Alimentar, para analisar os termos em que se desenvolve o combate da doença das «vacac loucas» no nosso país. Em carta enviada ao presidente da Comissão Parlamentar de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, o deputado comunista Lino Carvalho afirma-se preocupado face a «notícias» de que permanecem e até se estarão a multiplicar «casos de BSE em Portugal». Na missiva, Lino de Carvalho alerta para «as condições em que se está a processar a separação, incineração e acondicionamento dos materiais de risco e dos respectivos subprodutos». O deputado do PCP lembra, concretamente, face à «importância desta questão», que só uma «solução credível» poderá «pôr termo ao embargo que os produtores portugueses estão a sofrer».



## Direito de voto às mulheres no Koweit

O emir do Koweit, o xeque Jaber al-Ahmad al-Sabah, decidiu conceder às mulheres o direito de votar e de concorrer a cargos públicos. Num decreto assinado no domingo, o Governo considera a medida «um passo civilizado» no caminho do reconhecimento do «papel importante e efectivo desempenhado pelas mulheres koweitianas». Cabe agora a uma comissão jurídica implementar a lei. «Tudo dependerá da formação do novo Parlamento (que será eleito em Julho), mas esse decreto é passível de objecções, apesar de ser uma ordem do emir, o que lhe dá muito peso e aumenta as possibilidades de aprovação», afirmou um diplomata ocidental. As mulheres constituem metade da população do país e um terço da força produtiva.

## Guatemala rejeita Estado multiétnico

Contando com uma participação de apenas 18 por cento, o referendo realizado no domingo na Guatemala rejeitou o reconhecimento do país como um Estado multiétnico e pluricultural. Com 71 por cento de votos contra e 29 por cento a favor, os eleitores decidiram não conceder aos 24 grupos indígenas que vivem no país o direito à sua forma de vida e organização social. Desde 1838, data da independência da Guatemala, os indígenas estão impedidos de falar os seus idiomas nas escolas e foram obrigados a mudar os seus apelidos de origem maia e a renunciar ao uso dos seus trajes tradicionais. O referendo deveria definir ainda se o exército tem a função exclusiva de defesa nacional e se a Polícia Civil deve ser o único corpo armado responsável pela segurança interna. As emendas constitucionais tinham sido já aprovadas pelo Congresso, mas agora, sem a ratificação popular, serão abandonadas. Acrescente-se que metade dos quatro milhões de eleitores guatemaltecos são analfabetos.

# Israel Vitória de Barak relança processo de paz

Ehud Barak, dirigente do Partido Trabalhista, é o novo primeiro-ministro de Israel. O vencedor das eleições gerais de segunda-feira foi eleito com 56 por cento dos votos, enquanto o chefe de governo cessante, Benjamin Netanyahu, do Likud, não foi além dos 43,9 por cento dos votos. A vitória anunciada do dirigente trabalhista deve-se às suas promessas de relançar o processo de paz com os palestinos, retirar as tropas israelitas do Líbano no prazo de um ano e pôr termo às divisões que dilaceram o país.

As promessas eleitorais de Barak cativaram a maioria do eleitorado israelita, mas a sua concretização vai depender da capacidade dos trabalhistas para formarem uma coligação governamental estável.

Em Israel, o primeiro-ministro é eleito directamente, o mesmo sucedendo com os 120 deputados do Knesset (Parlamento). Sucede que apesar de Barak ter obtido uma vitória esmagadora no escrutínio para a chefia do governo, na votação para a escolha do novo Parlamento o Partido Trabalhista, embora sendo o mais votado, perdeu alguns lugares, passando de 34 para 27. Este resultado vai obrigar os trabalhistas a negociar com outros partidos para criar a necessária base de apoio para a formação do seu governo.

Barak tem 45 dias para formar uma coligação e submeter o novo governo ao Knesset. Se conseguir formar uma coligação estável - o que Netanyahu não conseguiu, acabando por ficar refém dos ultra-ortodoxos - o processo de paz poderá então avançar.

O Partido Likud perdeu igualmente lugares, detendo agora 19 contra os 32 que anteriormente

detinha no Parlamento. Ao reconhecer a derrota, Netanyahu anunciou que abandona a chefia do Partido Likud, pelo que a batalha pela sua sucessão já começou. Entretanto, de acordo com a Constituição israelita, Netanyahu manter-se-á em funções até à formação do novo governo.

## Promessas de paz

«Vim aqui, à praça Rabin, o local onde os nossos corações quebraram (...) para vos prometer, cidadãos de Israel, que isto é, sem dúvida, o amanhecer de um novo dia.» As palavras são de Ehud Barak e foram pronunciadas perante centenas de milhares de israelitas que acorrem ao local onde o primeiro-ministro Yitzhak Rabin foi assassinado em 1995, para ouvirem o novo primeiro-ministro reafirmar o seu empenhamento no processo de paz para o Médio Oriente.

Barak é considerado por muitos como herdeiro da herança política de Rabin, a começar pela própria viúva do malgrado dirigente trabalhista, Leah, que saudou a vitória

de Barak afirmando que «os céus se abrirão de novo», após os «três anos de nevoeiro» da administração de Netanyahu.

Mais cautelosa foi a reacção dos palestinos, embora não escondam a sua expectativa em relação a Barak. A reabertura das negociações será certamente muito difícil, até porque nos últimos anos se degradou a base de confiança mútua criada com os acordos de 1993, indispensável para a resolução de problemas tão sensíveis como a questão da terra ou o estatuto final de Jerusalém.

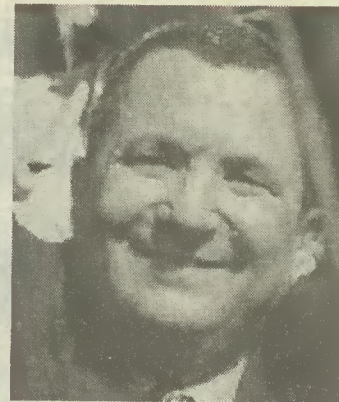
A Síria, por seu lado, apelou de imediato ao primeiro-ministro eleito para que efectue as «mudanças radicais» na via da paz em «directão a uma retirada dos territórios ocupados», numa referência aos Montes Golã ocupados por Israel desde 1967.

Também o Egipto manifestou o seu apoio a Barak, oferecendo-se para ajudá-lo a livrar-se da atmosfera «extremamente venenosa» deixada pelo seu antecessor.

O governo jordano, por seu turno, manifestou a esperança de que os resultados das eleições israelitas traduzam «uma vontade de paz na região do Médio-Oriente», e exprimiu o desejo de que o governo de Barak «dê prioridade ao reatamento do processo de paz em todos os dossiers, incluindo o sírio e o libanês».

Já a Liga Árabe foi mais comedida. Segundo a Lusa, um alto responsável daquele organização, Ahmad Ben Helli, advertiu contra um optimismo exagerado, afirmando que Barak «deverá ser julgado pelos seus actos».

Ehud Barak, de 57 anos, o militar mais condecorado de Israel, tornou-se um defensor da paz



## Resultados eleitorais

- Um Israel (Trabalhistas, Guesher e Meimad) 20,2 por cento - 27 lugares (contra 34)
  - Likud (direita) 14 por cento - 19 lugares (contra 32)
  - Shaas (ortodoxos sefarditas) 13,1 por cento - 17 lugares (contra 10)
  - Meretz (esquerda laica) 7,4 por cento - 9 lugares (9)
  - Israel Be Aliya (judeus russos) 5,2 por cento - 7 lugares (7)
  - Shinui (laicos centristas) 4,9 por cento - 6 lugares (0)
  - Partido do Centro 5 por cento - 6 lugares (0)
  - Partido Nacional Religioso (direita) 4,2 por cento - 5 lugares (9)
  - Judaísmo unificado Torah (ortodoxos) 3,9 por cento - 5 lugares (4)
  - Lista árabe unificada 3,5 por cento - 5 lugares (4)
  - Israel Beiteinu (direita) 2,6 por cento - 4 lugares (0)
  - Unidade Nacional (ultranacionalistas) 2,9 por cento - 3 lugares (0)
  - Hadash (comunistas) 2,6 por cento - 3 lugares (5)
  - Aliança democrática nacional (árabe) - 2 por cento - 2 lugares (0)
  - Um Povo (sindicalistas) 1,9 por cento - 2 lugares (0)
- Os restantes partidos (concorreram às legislativas cerca de meia centena) não conseguiram eleger nenhum deputado.

## Rússia Novo primeiro-ministro

Contra todas as expectativas, a Duma (câmara baixa do Parlamento russo) não aprovou nenhuma das cinco acusações contra o Presidente Boris Ieltsin, que poderiam levar à sua destituição.

Na votação de sábado, apenas 348 dos 442 deputados estiveram presentes na votação e registaram-se 26 votos nulos. Para que o processo de destituição avançasse era necessário que pelo menos uma das acusações recolhesse no mínimo 300 votos, mas tal não aconteceu.

A responsabilidade pela guerra na Tchetchénia recebeu 283 votos, a dissolução pela força do parlamento (1993) 263 votos, a destruição das forças armadas 240 votos, a implicação no colapso da URSS (1991) 239 votos e o genocídio do povo da Rússia 238 votos.

Enquanto a votação decorria, manifestantes concentraram-se em frente ao Parlamento pedindo a demissão de Ieltsin.

Três dias antes, a Duma havia aprovado, por 245 votos a favor e

quatro contra, uma resolução que pedia a Ieltsin que se demitisse, a propósito da exoneração do primeiro-ministro Evgueni Primakov. O documento responsabilizava o Presidente de fazer o país mergulhar numa crise governamental de consequências imprevisíveis.

Primakov foi substituído na quarta-feira por Serguei Stepachine, de 47 anos. Para o líder dos comunistas, Guennadi Ziuganov, esta decisão é uma tentativa de «golpe de Estado» por parte de «determinadas forças» que «pretendem criar o caos no país, durante o qual se iniciará o desmoronamento da Rússia».

Serguei Stepachine é um dos principais assessores de Ieltsin desde 1991, tendo ocupado os cargos de vice-ministro da Segurança, director do Serviço Federal de Contra-Inteligência, ministro da Justiça, ministro do Interior e vice-primeiro-ministro. Foi um dos principais dirigentes do grupo «para o desarmamento dos bandidos da Tchetchénia».

## Itália

### Ciampi eleito Presidente

Carlo Azeglio Ciampi é o novo Presidente da Itália, eleito na quinta-feira com 707 votos dos 1010 votantes que têm poder para eleger o chefe de Estado: senadores, deputados e representantes regionais.

Ciampi foi eleito à primeira volta - resultado raro na Itália, onde já foi necessário realizar até 23 voltas para chegar a consenso em relação ao nome do Presidente -, contando com o apoio dos partidos do Governo (os Democratas de Esquerda, os Verdes e o Partido dos Comunistas Italianos), da direita e da oposição da Refundação Comunista e da Liga Norte.

Não sendo filiado em nenhum partido, Ciampi cumpria desde 1996 as funções de ministro das Finanças. Entre 1993 e 1994 foi primeiro-ministro e ocupou o lugar de Governador do Banco Central de 1979 a 1993.

As obrigações do Presidente passam agora das mãos de Oscar Luigi Scalfaro para as de Carlo Azeglio Ciampi. A Constituição reserva-lhe o papel de árbitro nas crises políticas, o poder de dissolver o Parlamento, de convocar eleições e de indicar os candidatos que formarão o novo Governo.

Outros nomes foram apresentados para o cargo de Presidente, entre eles o da ministra do Interior, Rosa Russo Jervolino, o do

ministro das Reformas Institucionais, Guiliano Amato, o do presidente do Senado, Nicola Mancino, e o da comissária europeia Emma Bonino.

Esta eleição poderá ter sido a última a ocorrer de forma indirecta. Alguns partidos avançaram recentemente com a ideia de a escolha do Presidente passar a ser feita directamente pelos cidadãos, à semelhança do que acontece no resto da União Europeia.

## Colômbia

### Ministro da Justiça demite-se

O Presidente colombiano Andrés Pastrana aceitou o pedido de demissão do ministro da Justiça, Parmenio Cárdenas, na semana passada. A saída de Cárdenas deve-se a incompatibilidades «conceptuais e filosóficas» com o ministro do Interior, Nestor Neira, que defende um projecto de lei que mantém parcialmente o sistema de «justiça sem rosto», que deveria desaparecer definitivamente este ano.

Cárdenas afirmou que o projecto de lei patrocinado pelo ministro do Interior vai contra os seus princípios democráticos, que determinam a transitoriedade e excepção

nalidade da «justiça sem rosto» que viola o direito de defesa dos cidadãos, de acordo com o que foi defendido repetidas vezes por organizações nacionais e internacionais de defesa dos direitos humanos.

Entre as muitas violações que este sistema judicial permite encontra-se a «clonagem» de testemunhos para fabricar farsas judiciais, como o processo montado contra César Carrillo e outros sindicalistas da organização dos trabalhadores petrolíferos «União Sindical Obrera».

Através dos mecanismos da «justiça sem rosto», pessoas

declaradas inocentes pelos juízes são presas. O advogado assassinado Eduardo Umaña Mendoza, defensor dos direitos humanos, documentou extensamente como a «justiça sem rosto» foi utilizada para a criminalização das movimentações sociais, sindicais e populares.

A demissão do ministro da Justiça não é a primeira ruptura no Governo provocada pelas posições do ministro do Interior. A deputada mais votada nas eleições de 1998, Ingrid Betancur, retirou o seu apoio ao Governo por considerar que Martínez Neira atraíu a iniciativa de reforma

política democrática e contra a corrupção com a qual se tinha comprometido Pastrana. Ingrid Betancur afirmou que o ministro do Interior está preso aos seus compromissos com a classe política tradicional.

Outra razão para a demissão do ministro da Justiça terá sido a forma como o Governo tem vindo a reprimir os protestos populares, como sucedeu nomeadamente no 1.º de Maio. Embora Cárdenas não o tenha referido no seu pedido de demissão, tornou público o seu descontentamento em relação à reacção das autoridades face às reivindicações da população.



## Jugoslávia À espera do espólio

Os bombardeamentos da NATO são «o único obstáculo» à obtenção de «um acordo político» e à «normalização acelerada da vida na região e ao regresso dos refugiados em segurança». A afirmação consta de um comunicado divulgado segunda-feira em Belgrado. Entretanto, estatísticas da ONU agora divulgadas comprovam que 70 por cento das fugas do Kosovo se registaram depois de terem começado os bombardeamentos, em 24 de Março.

Numa altura em que se multiplicam as iniciativas políticas para encontrar uma solução que ponha termo à guerra da NATO contra a Jugoslávia, começa a tornar-se claro para a generalidade dos observadores que os reais objectivos desta agressão nada têm a ver com preocupações humanitárias. Nos principais palcos da política internacional desenham-se cenários que apontam sem margem para dúvidas para o retalhar da República Federal da Jugoslávia. Já não é só o Kosovo que está em causa, mas também o Montenegro e a Volvodina.

Ibrahim Rugova, tido como dirigente moderado dos albaneses do Kosovo, anda pela Europa Ocidental numa tentativa de recuperar o protagonismo que a entrada em cena do UCK lhe retirou. Nesse afã, faz afirmações contraditórias a cada passo, ora proclamando-se independentista ora dizendo-se defensor da autonomia.

Milo Djukanovic, presidente do Montenegro, assistiu esta semana, como observador, aos

debates dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Quinze, em Bruxelas, onde foram traçadas as linhas gerais de um «Pacto de Estabilidade» a apresentar a 27 de Maio em Bona. Enquanto vai dizendo condenar os bombardeamentos da NATO, Djukanovic não perde uma oportunidade para pôr em causa a continuação da república na Federação Jugoslava, apesar da maioria da população montenegrina nunca se ter manifestado a esse respeito.

A Hungria, por seu turno, veio a semana passada a público manifestar as suas pretensões sobre a Volvodina, região do Norte da Sérvia com uma forte comunidade húngara.

Quanto à NATO, dividida sobre a hipotética invasão do Kosovo, mandou fazer estudos para apurar qual o número de efectivos para uma intervenção terrestre. No caso de uma invasão, o plano dos militares data de 1998 e aponta para 200.000 homens e custos

importantes em termos de perdas humanas entre a fileiras da NATO. As estimativas para uma intervenção «num ambiente permissivo», são dos últimos dias e apontam para o recurso a cerca de 50.000 homens. Informa a Lusa que o essencial deste trabalho, feito na NATO em Bruxelas, reside numa eventual intervenção terrestre «depois» de um acordo com Belgrado.

Só falta pedir a Belgrado que abençoe a divisão do espólio.

### Alemanha

## Verdes contra bombardeamentos

Num clima de grande confusão e dramatismo decorreu em Bielefeld, na Alemanha, o congresso dos Verdes para analisar a situação e a posição do partido face à guerra da Nato contra a Jugoslávia. O ministro Fischer iniciou a sua intervenção ameaçando que qualquer que fosse a decisão do congresso ele prosseguiria a sua política de defesa dos bombardeamentos. Estranho conceito de democracia de um ministro que afirma conduzir uma guerra contra «uma ditadura».

Como as várias assembleias de preparação do congresso já tinham tornado claro que a questão que se iria discutir era a de se decidir se a suspensão dos bombardeamentos deveria ser temporária ou definitiva, Fischer e os numerosos ministros, secretários de Estado e deputados que enchiam as mesas do congresso, incapazes de impor os seus pontos de vista de guerra total e até ao fim, não tiveram outra solução senão apoiar a moção de compromisso da direcção do partido (que reuniu 440 votos) - que defende a suspensão temporária dos bombardeamentos - para assim evitar a vitória da segunda moção mais votada e que melhor traduzia o

sentir da base ao exigir o fim definitivo e incondicional das operações militares da Nato (318 votos).

Muitos delegados confessavam ter votado pela moção vencedora apenas para evitar a cisão no partido, embora desejassem o fim da guerra.

No dia seguinte ao da decisão do congresso, o ministro da Defesa Scharping esclarecia que «nem eu nem o ministro dos Negócios Estrangeiros iremos defender a suspensão dos bombardeamentos».

No entanto, a situação continua a agravar-se com o abandono do partido por numerosos membros - diariamente noticiado pelos órgãos de informação - e a autodissolução de algumas federações como no Brandenburgo. Na Renânia do Norte-Vestefália foi convocado para 6 de Junho, em Dortmund, um congresso com todos os militantes que saíram ou pretendem abandonar o partido para decidir da estratégia a seguir.

Entretanto, as intenções de voto nos ecologistas para as próximas eleições para o Parlamento Europeu continuam a baixar assustadoramente.

## A NATO, o fascismo e as ditaduras

Para nós, portugueses, que vivemos a mais longa ditadura fascista da Europa num Estado membro da NATO, não resta qualquer dúvida de que esta Aliança militar não combate nem nunca combateu ditaduras e ditadores, mas apenas quem se atreve a resistir-lhe.

Enquanto o fascismo português conduzia uma sangrenta guerra colonial em África nunca ouvimos um porta-voz da NATO protestar que Salazar era fascista ou ditador. Pelo contrário, ao reunir em Lisboa, como em Junho de 1971, a NATO mostrou sentir-se perfeitamente à vontade e encontrar no fascismo a atmosfera ideal para as suas sessões plenárias. Isto é tão verdade que ainda hoje, para sossegar o patrão americano, o Governo socialista colocou à frente do Ministério da Defesa um antigo membro de um governo fascista. Esta é a realidade que nenhuma espécie de diletantismo político e jornalístico nem a cegueira da televisão a cores poderão jamais banir da história e da memória do povo português, quaisquer que sejam os esforços para transformar os opressores em libertadores.

Só por má fé ou angelismo se poderá ver na NATO uma organização militar de carácter filantrópico de defesa dos direitos humanos e não o braço armado da nova ordem neoliberal, açambarcadora do trabalho, dos bens e da riqueza dos povos.

Como recentemente escreveu Jutta Dittfurth, figura destacada do movimento da paz na Alemanha, «as pontes de Novi Sad não foram destruídas para defender os direitos dos kosovares de origem albanesa. A Volvodina rica em cereais e maté-

rias-primas tem de ser separada da Sérvia e colocada sob o domínio da Hungria, fiel membro da NATO. O Montenegro tem vindo a ser submetido através dos dinheiros com que a União Europeia e os EUA se apoderaram da sua indústria turística. A Jugoslávia, cuja capacidade de sobrevivência é uma realidade apesar da crise económica, tem de ser bombardeada até ficar reduzida a um Estado agrário». E porquê? Para acabar com o mau exemplo de um país que, ao contrário de tantos outros, se recusa a mendigar a integração nas actuais estruturas internacionais do domínio neoliberal e imperialista.

Para aqueles cuja memória se encontra um pouco esbatida convém lembrar que enquanto Sadam Hussein conduziu uma guerra sangrenta contra o Irão com o gás mortífero e os mísseis fornecidos pelas indústrias química e armamentista alemãs e americanas, foi sempre designado pelas potências ocidentais como o «presidente» Sadam Hussein. No dia em que o presidente iraquiano passou a representar uma ameaça para os interesses das multinacionais do petróleo no Golfo, em menos de vinte e quatro horas os meios de comunicação social ocidentais descobriram que afinal durante anos e anos tinham apoiado por engano um «ditador». Em nome dos mesmos princípios que hoje pisa aos pés, a NATO apressou-se então a salvar a integridade territorial das grandes «democracias» feudais da Arábia Saudita e do Koweit, secundada pelo regime de «tortura democrática» dos generais turcos. Uma estranha definição de «democracia» acabou assim por se impor. Todo o regime que não ponha em causa o poder

das multinacionais é uma democracia e goza por isso da protecção da NATO. Qualquer Estado que ouse resistir à NATO é uma ditadura.

### Loucura política

Para nós, comunistas - que temos princípios para interpretar a natureza de classe dos conflitos e os malabarismos das classes dominantes para os mascarar ideologicamente -, este novo conceito desenvolvido pela teoria política do neoliberalismo, pró-NATO «democracia» e anti-NATO «ditadura», não nos surpreende. Mas para os sectores da social-democracia incapazes de se libertarem do seu instinto de classe pequeno-burguesa e submissa, a aceitação de tal doutrina só poderá conduzir ao impasse ou à loucura política. E é isso que está a acontecer por exemplo com os círculos governamentais na Alemanha, os quais, à falta de argumentos racionais e objectivos para justificarem esta agressão, procuram identificar o inimigo da NATO, neste caso a Jugoslávia, com a Alemanha hitleriana, o chefe de Estado daquele país com Hitler, e a situação no Kosovo com Auschwitz. Este tipo de afirmações é tão chocante que o próprio líder do grupo parlamentar da democracia-cristã, Wolfgang Schäuble, na discussão do Bundestag, foi obrigado a avisar o ministro da Defesa, Scharping, que tais comparações «acabariam por desacreditar quem as profere». Vários sobreviventes de Auschwitz protestaram num manifesto contra os ministros Fischer e

Scharping esclarecendo que comparar aquilo que é incomparável, a situação no Kosovo com Auschwitz, equivale a minimizar ou a negar a existência do Holocausto, que como se sabe é hoje uma das teses mais propagadas pela extrema-direita e o neonazismo.

Um outro escritor de origem judaica, igualmente sobrevivente de Auschwitz, esclarecia na WDR que «tomáramos nós que quando Hitler começou a bombardear a Ucrânia nos tivessem metido num automóvel, num tractor ou numa carroça e conduzido à fronteira mais próxima em vez de nos enviarem para a câmara de gás».

Em Portugal nenhuma outra força política - considerada pelo fascismo e com razão como o seu principal inimigo por o ter desmascarado na sua verdadeira essência como a ditadura terrorista dos monopólios - sofreu mais prisões, tortura e toda a espécie de violações de direitos humanos do que o PCP.

Por isso mesmo os comunistas portugueses se opõem a toda e qualquer situação de injustiça ou de desrespeito por direitos fundamentais nos Balcãs ou em qualquer outra parte do mundo. Mas ninguém com consciência pode exigir que o PCP sirva de altifalante às potências que instrumentalizam esses mesmos direitos para mais facilmente os destruírem, pagando os dísticos propagandísticos dos agressores ou definindo como seus os alvos e as resistências que o imperialismo, de acordo com a sua conveniência do momento, pretende abater.

■ Rui Paz

## Metalúrgicos brasileiros manifestam-se

O fim do acordo celebrado entre o Governo e a indústria brasileira foi fortemente contestado na semana passada por cerca de 12 mil trabalhadores da fábrica Volkswagen numa manifestação em São Bernardo do Campo, São Paulo. A iniciativa teve o apoio de metalúrgicos de outras fábricas de automóveis da região, nomeadamente da Ford e da Scania. Os protestos visam também a decisão dos fabricantes em aumentar em mais de 10 por cento o preço dos veículos à saída das montadoras e acusam o Governo de falta de vontade política em negociar com as multinacionais. Luís Marinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, afirmou que qualquer despedimento que venha a ser feito na indústria automóvel será seguido de uma greve geral no sector.

## Lula acusa Governo de corrupção

Durante a manifestação dos metalúrgicos, o líder do PT, Luís Inácio Lula da Silva, acusou o Governo brasileiro de corrupção, referindo-se às suspeitas de favorecimento pelo Banco Central de instituições financeiras privadas no processo de desvalorização do real, que ocorreu em Janeiro. Para Lula da Silva, o Governo transformou o Banco Central num saco azul e é responsável por todas as suas operações. Lula afirmou ainda que a recusa do ex-presidente do Banco Central em prestar esclarecimentos na comissão de inquérito parlamentar que investiga o sistema financeiro foi aconselhada pelo Governo e não pelos seus advogados.

## Conservadores vencem na Islândia

O Partido Conservador venceu as eleições legislativas da Islândia, realizadas no dia 10, com 40 por cento dos votos (26 deputados), mantendo no poder a coligação de centro-direita. A Frente Unida de Esquerda foi a segunda formação mais votada com 26 por cento e alcançando 17 lugares no parlamento. Os Centristas Agrários receberam 18 por cento da votação, os Vermelhos-Verdes 9 por cento e os Liberais 4 por cento.



Texto  
Domingos Mealha

Fotos  
Jorge Caria  
e arquivo

Trabalhadores da ex-Mundet indignados com o Estado

# Só não há morosidade para contentar os patrões

**N**a Mundet havia salários em atraso desde 1988. A empresa foi dada como falida em 1993 e, em hasta pública, foi apurado um milhão de contos. Nenhum Governo se preocupou em que fossem pagas as verbas devidas a centenas de homens e mulheres que durante décadas trabalharam na corticeira. Mas todos os governos se empenharam em aprovar leis favoráveis ao grande patronato - como o pacote laboral que António Guterres e Ferro Rodrigues querem oferecer à CIP.

Esta dualidade de critérios foi denunciada por José Ernesto Cartaxo, da Comissão Executiva da CGTP, na conferência de imprensa realizada dia 6, nas instalações da Mundet, onde se reuniram umas largas dezenas de antigos trabalhadores que olhavam com tristeza para os edifícios a que estão ligados por muitos anos de labuta.

O sindicalista expressou «consternação pelo facto de este processo se ter vindo a arrastar sistematicamente, sem que tenha sido feita justiça e sem que tenham sido cumpridos os deveres que a empresa e instituições tinham para com os trabalhadores».

Lembrou que a CGTP «acompanhou desde sempre a luta dos trabalhadores da Mundet, mesmo antes do 25 de Abril», realçando que «a luta dos trabalhadores da Mundet faz parte integrante da vida da CGTP-IN, criada em 1970, em grande medida sob o alento das lutas que se travavam nesta e noutras empresas». Também depois do 25 de Abril «acompanhámos o vosso esforço para defender a empresa e os postos de trabalho, a economia da região e a economia do País».

Desde 1988, os salários deixaram de ser pagos. A empresa faliu, foi realizada uma hasta pública e foram apurados cerca de um milhão de contos. Mas, ao fim destes anos todos, «desgraçadamente», os trabalhadores ainda não viram qualquer pagamento.

José Ernesto Cartaxo referiu que «os sucessivos governos têm-se preocupado muito em atacar direitos dos trabalhadores conquistados como o 25 de Abril, os governos de Cavaco Silva e o Governo de António Guterres têm tido a preocupação de ceder às pretensões patronais e desencadearam ofensivas sucessivas contra os direitos dos trabalhadores, que são conquistas importantes do 25 de Abril». E apontou um exemplo concreto e actual: «O Governo desencadeia um processo que visa atacar o direito a férias, o conceito de retribuição, o direito à segurança e estabilidade do emprego...».

Entretanto, acusou o dirigente da Intersindical Nacional, «a aceleração desta ofensiva contrasta com outra medida que era necessário tomar e à qual, quer os governos do PSD quer o do PS, não deram a mesma prioridade: acabar com a morosidade dos tribunais, que demoram anos e anos para concluir processos onde é reconhecida a razão dos trabalhadores».

Como «um caso gritante», citou os transportes marítimos e as companhias CTM e CNN: «O tribunal levou treze anos a decidir, até final do ano passado, princípio deste. Quando a decisão chegou, mandando pagar indemnizações avultadas aos trabalhadores, uma grande parte destes já tinha falecido.»



Depois de ouvirem uma informação da comissão de luta e a saudação solidária da CGTP, os ex-trabalhadores da Mundet decidiram realizar novas acções com impacto público



Para José Ernesto Cartaxo, «isto é inconcebível e inadmissível. Passados 25 anos sobre o 25 de Abril, é revoltante esta morosidade dos tribunais. Trata-se de dois pesos e duas medidas: **celeridade** no ataque aos direitos dos trabalhadores, **morosidade** na justiça e na aplicação dos direitos dos trabalhadores legalmente reconhecidos».

## Não desistem

Apesar dos anos decorridos, os antigos trabalhadores persistem em fazer o que podem para receber os salários e as indemnizações pela destruição dos empregos. Fernando Morais, do Conselho Nacional da CGTP, informou que a comissão de luta dos corticeiros da Mundet decidiu fazer a denúncia à comunicação social, com o objectivo de «alertar a opinião pública para a situação ilegítima, desonesta, desumana criada pelos atrasos do Governo e das instâncias com responsabilidades» na não resolução deste caso.

«Esperamos que não estejam à espera de que as pessoas morram, para depois darem a sentença final, através do óbito» - desabafou Fernando Morais, salientando que «já foi vendido património, há dinheiro, está nas mãos de alguém que é poder, mesmo que seja o poder judicial», pelo que «o Governo não pode ficar alheio a isto, não precisamos de outro interlocutor, precisamos é que

- O PCP «manifestou toda a solidariedade com os ex-trabalhadores da Mundet e informou-nos de que ia interceder junto do Supremo Tribunal e do ministro da Justiça, procurando que o juiz da comarca do Seixal avançasse o mais rapidamente possível com o pagamento aos trabalhadores. Iria também pedir, num período antes da ordem do dia, em plenário parlamentar, uma informação ao Ministério da Justiça sobre o atraso deste processo».

- No PS «foi-nos dito que estavam solidários com os trabalhadores, mas que este processo não caberia aos deputados, pois já estava nos tribunais, órgãos independentes. No entanto, gostariam de conhecer qual a realidade dos trabalhadores da Mundet - até parece que não sabem. Demos todas as informações. Queriam uma listagem de todas as pessoas que estavam na altura na empresa, ao que respondemos que era completamente impossível, até porque alguns já faleceram. Disse-lhes que iam fazer chegar ao sindicato, na semana a seguir, um pedido de urgência para que o ministro da Justiça levasse em conta a situação dos trabalhadores da Mundet. Mas até ao momento - zero».

- Pelo PSD, «um deputado que nos recebeu disse que até compreendia muito bem o problema, porque é de uma região onde havia uma empresa com este tipo de problemas. E o melhor, dizia ele, era irmos todos para a Assembleia da República. É evidente que dissemos que, na altura em que eles eram Governo, não foi essa a decisão que tomaram. E dissemos que não tínhamos ido ali para nos dizerem o que nós devíamos ou não fazer, mas para pedir que fizessem eles alguma coisa para a resolução do problema. Nenhum dos elementos do PSD presentes se manifestou dizendo que ia fazer qualquer coisa».

Estes contactos ficaram concluídos a 19 de Março. Face à falta de resultados - apenas o PCP enviou uma nota à CGTP informando sobre as diligências que ia desenvolver -, a comissão de luta dos corticeiros da Mundet decidiu fazer a denúncia à comunicação social, com o objectivo de «alertar a opinião pública para a situação ilegítima, desonesta, desumana criada pelos atrasos do Governo e das instâncias com responsabilidades» na não resolução deste caso.

«Esperamos que não estejam à espera de que as pessoas morram, para depois darem a sentença final, através do óbito» - desabafou Fernando Morais, salientando que «já foi vendido património, há dinheiro, está nas mãos de alguém que é poder, mesmo que seja o poder judicial», pelo que «o Governo não pode ficar alheio a isto, não precisamos de outro interlocutor, precisamos é que

tome medidas para resolver o problema dos trabalhadores da Mundet».

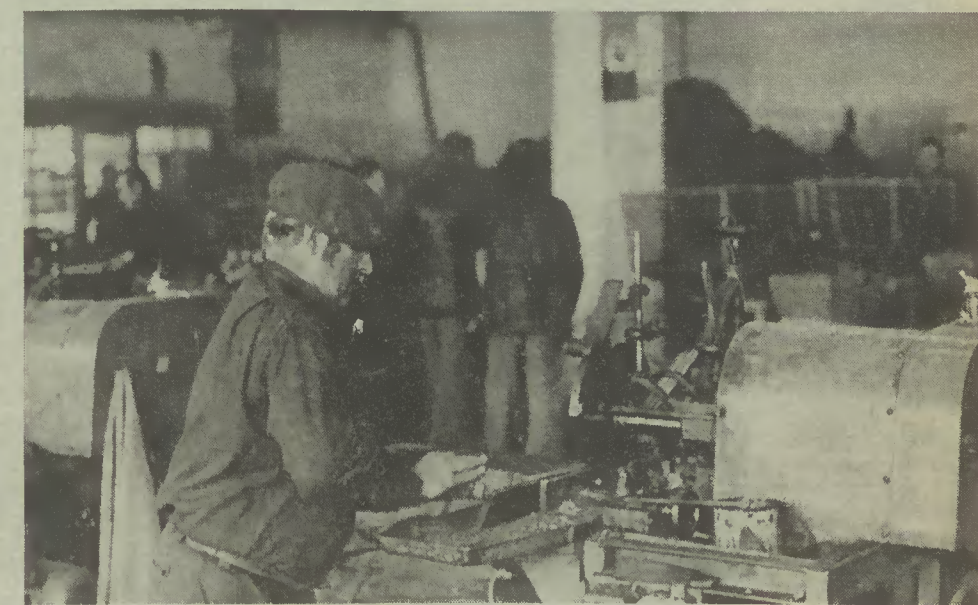
Por unanimidade e aclamação, logo após a conferência de imprensa de dia 6, foram aprovadas duas propostas da comissão de luta:

1 - Solicitar uma audiência ao presidente da CM do Seixal, para que também o órgão autárquico intervenha junto do poder judicial, no sentido da resolução célere do problema dos trabalhadores da Mundet.

2 - Depois desta audiência, «num prazo muito curto», realizar um **plenário aberto junto do tribunal do Seixal**, «a fim de pressionar o juiz para tomar a decisão que lhe compete e que nós merecemos».

Fernando Morais apelou à participação de todos os ex-trabalhadores da Mundet e sublinhou que «não vamos pedir nada, vamos exigir que se cumpra o que está determinado, porque o administrador judicial, ao encaminhar o processo para o tribunal, deu razão ao pagamento aos trabalhadores». «Não há falta de uma decisão judicial, há é falta de concretização dessa decisão», concluiu.

Ao serem colocadas estas propostas à consideração dos trabalhadores, foi admitida a hipótese de, posteriormente, efectuar uma acção junto do primeiro-ministro.



A Mundet tinha uma produção de qualidade e não lhe faltavam encomendas



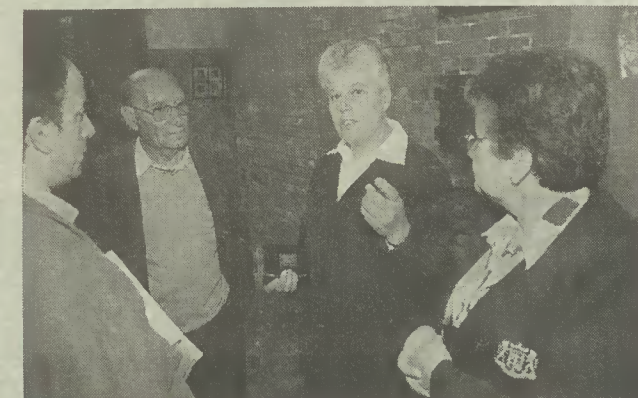
## Uma destruição premeditada

**C**om a profissão de escolhedora de rolhas, Filomena Pereira trabalhou na Mundet 23 anos, e nos últimos 6 fez parte da Comissão de Trabalhadores da empresa. Manuel Pedro é um dos elementos da actual comissão de luta, esteve na Mundet desde os 12 anos e, na altura do encerramento, era encarregado na secção das rolhas para champanhe.

Na conversa que tiveram com a nossa reportagem, a que se juntaram mais algumas trabalhadoras, depois de terminada a conferência de imprensa, recordaram que, logo após o 25 de Abril, a patroa abandonou a empresa, que enfrentava já sérias dificuldades. «Deixou 20 escudos no cofre e foi-se embora», dizem-nos.

Após a intervenção estatal, os trabalhadores empenharam-se na recuperação da empresa. «Passámos aqui muitas noites inteiras, para acabar as encomendas dentro dos prazos, chegámos a juntar

o dinheiro nosso para comprar máquinas», contam, sublinhando que os sacrifícios se faziam «de vontade». Quando o Governo de Mário Soares fez a desintervenção e voltou a entregar a fábrica à antiga patroa, a Mundet «ia bem encaminhada». Mas depois tudo foi feito, pelos responsáveis da empresa e governamentais, para liquidar e destruir. «Tínhamos encomendas até mais não, mas não nos punham a matéria-prima para trabalhar» e até «mandaram moer no Montijo matéria que devia servir para fazer rolhas aqui», recordam os trabalhadores, ressalvando alguma imprecisão nas datas ou nos números.



Filomena Pereira e Manuel Pedro (ao centro) lembram que, quando Mário Soares decidiu entregar a Mundet aos antigos patrões, a fábrica já «ia bem encaminhada»

com os trabalhadores, optando por entregá-la aos antigos patrões; à desintervenção, a que os trabalhadores se opõem com firmeza, seguem-se os «processos de viabilização»;

- em 1983, pela primeira vez, os trabalhadores exigem publicamente, com acções de rua, que seja de uma vez por todas assinado o contrato de viabilização, que garanta o futuro da empresa e dos postos de trabalho;

- em 1985, a empresa começa a faltar ao pagamento regular dos salários e dos subsídios de férias e de Natal; em Outubro, a dívida aos trabalhadores era já de cerca de 45 mil contos;

- em Maio de 1988, o sindicato contabilizou uma dívida de 120 mil contos da Mundet aos seus cerca de 800 trabalhadores, que iniciaram então o recurso aos mecanismos previstos na lei 17/86 (salários em atraso); na altura também o sindicato era credor de 2700 contos de quotização descontada aos trabalhadores e que continuava retida na empresa; estavam por pagar 4 meses de salários, bem como os subsídios de férias e de Natal desde 1985;

- a 14 de Julho de 1993, é declarada a falência; só os 440 processos entregues pelo sindicato somam 882 mil contos de dívidas aos trabalhadores;

- em 1997, a venda do património rendeu cerca de um milhão de contos;

- em 1999, os trabalhadores continuam sem nada receber, quando foram os únicos que realmente se esforçaram, com resultados, para engrandecer a Mundet.

## Algumas datas

Mas, para a precisão, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Corticeira do Sul distribuiu aos jornalistas um memorando que, com alguns recortes de jornais, permite alinhar meia dúzia de dados objectivos essenciais à compreensão deste caso:

- a Mundet foi fundada em 1865 e sempre foi uma empresa rentável e com capacidade de trabalho, mesmo com deficiências administrativas; manteve unidades fabris no Montijo e no Seixal, e terrenos e armazéns em Mora;

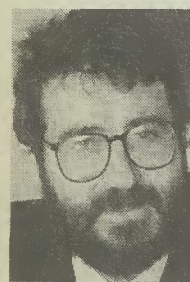
- na altura da revolução de Abril, a empresa vivia graves difi-



EM FOCO

# 25 de Abril – Saudade ou projecto?

EM FOCO



José Barata-Moura\*

## A grande lição de Abril

As revoluções têm data, encontram protagonistas individualizáveis, geram histórias de que se entretecem. Mas os revolucionamentos são um processo, mobilizam massas de agentes, configuram e situam a história no seu passo.

É neste marco, e a esta luz, que o 25 de Abril cobra sentido, faz sentido, lança ao futuro sentidos que continuam a interperlar-nos.

Longa, complexa, atribulada foi a luta de que Abril surgiu, onde desenhou os seus contornos, firmou conquistas, enfrentou retrocessos concertados. Longo, complexo, atribulado é, e será, o combate, que prossegue em condições transformadas, pela procura e edificação de um modo de produzir e de reproduzir o viver,

liberto das peias da exploração, realmente socializados dos benefícios da civilização, promotor de enriquecidos padrões de humanidade para todos os homens e para o homem todo.

Não nos encomendamos à utopia. Falamos de uma dinâmica da história que, como actores e na contraditoriedade de que se tece, é de que se segue tomando a carga - em privilegiados momentos de rutura, na resistência a violentas ofensivas de restauração do revoluto, na firme demanda esclarecida de um efectivamente novo, superior em termos estruturais de qualidade, ao alcance da materialização.

A grande lição de Abril descobre-se na obra realizada de uma sociedade em

movimento, reforçada na sua coesão, capaz na iniciativa, pelo elevado grau de enraizamento do poder num tecido social complexo. Nesta tabuleiro se jogou a revolução e a contra-revolução; nela se continuam a jogar as derivações de uma história colectivamente escrita.

Abril não foi, não é, apenas um «espírito». Mas é decisivamente vital que esse espírito de Abril não se perca, não se archive, não esmoreça. De dentro dele, e por ele, sopra a necessidade (que o quotidiano nos renova e devolve) de uma crítica do existente, apontada com consequência à sua transformação. E esta é uma tarefa que continua a acompanhar-nos, desafiando o nosso engenho e lucidez, a organização

das nossas energias e vontades, a nossa capacidade prática de inscrever no dever do mundo intervenções que promovam, numa escala alargada, desígnios humanos de emancipação à altura das possibilidades reais que o nosso estádio global de desenvolvimento proporciona já.

Não encerro por isso Abril nas recuadas prateleiras da saudade, nem o transiro em compensação para as paragens nubladas de um projecto de esperança apenas sonhado. Testemunho revolucionário marcante da nossa história que se faz, Abril é do mesmo passo penhor e estímulo de um trabalho na história a prosseguir.

\* Professor Catedrático, Reitor da Universidade Clássica de Lisboa.



Os comícios do PCP sucederam-se por todo o País. Para muita gente era o primeiro contacto com as propostas dos comunistas

Arménio Carlos\*

## Ideia de futuro

25 de Abril de 1974 constituiu, para a generalidade dos portugueses que tiveram a oportunidade de o viver, um dos momentos mais belos das suas vidas.

Devolvendo a liberdade e a democracia, mas também a dignidade, nomeadamente na área sociolaboral, a um povo que durante 48 anos esteve amordaçado, a Revolução dos Cravos tomou-se num dos acontecimentos mais significativos da já longa história do nosso país.

A importância de um conjunto de direitos entretanto conquistados na área sociolaboral, como o direito à liberdade sindical; à negociação da contratação colectiva; à greve; ao emprego com direitos; a 21 dias de férias com o pagamento do subsídio correspondente; ao Salário Mínimo Nacional, marcaram decisivamente a linha de rumo de uma sociedade que se pretendia mais justa e solidária.

No momento em que o Governo PS desenvolve uma ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, designadamente através da tentativa de imposição do pacote laboral com o objectivo de desregular e precarizar o mercado do trabalho, mais que recordar com

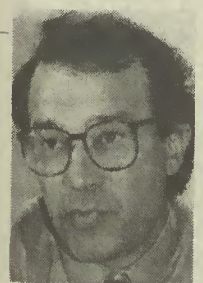
saudade os acontecimentos passados, importa defender e prosseguir, no dia-a-dia, os ideais de Abril, consubstanciados no seu projecto.

Impulsionando a participação cívica dos cidadãos - homens, mulheres e jovens - na vida política, económica, social e cultural deste país.

Denunciando o branqueamento que alguns pretendem fazer do fascismo e do homem que caiu da cadeia, a quem um dos seus acólitos considerou, recentemente, como «antifascista». Exigindo a criação de emprego com direitos e, simultaneamente, a retirada das propostas de alteração da legislação laboral que põem em causa os interesses dos trabalhadores no activo e questionam os direitos das próximas gerações.

Reivindicando uma justa distribuição da riqueza, onde a aproximação dos salários à média europeia tem de deixar de ser uma miragem para passar a ser uma coisa concreta, num contexto em que a realização de uma reforma moralizadora do sistema fiscal se torna inevitável.

Reclamando a defesa e investimento na melhoria da qualidade dos serviços públicos e



a cessação da onda privatizadora das empresas do Sector Empresarial do Estado, que tão chorudos negócios tem proporcionado aos que recuperaram e até reforçaram o poder económico perdido com o 25 de Abril de 1974.

Lutando, em suma, não por favores, mas por aquilo a que legitimamente temos direito enquanto agentes do desenvolvimento económico deste país.

É por isto que, passados 25 anos e quando nos aproximamos de um novo século, o projecto de Abril, pelo carácter progressista que o suporta, continua a constituir uma referência determinante para a valorização do trabalho e a melhoria da qualidade de vida no quadro de uma sociedade que tem de ser necessariamente mais justa, fraterna e solidária.

Trabalhem, pois, no presente, para concretizar Abril, como ideia de futuro.

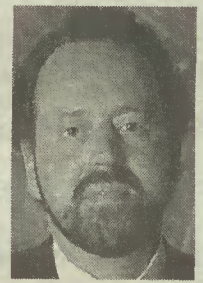
\* Coordenador da União dos Sindicatos de Lisboa

Fernando Travassos\*

## Transformar saudade em projecto

Grândola, Vila Morena, ficou para sempre ligada ao histórico dia 25 de Abril de 1974. E ficou ligada, em primeiro lugar, porque o Zeca Afonso, depois de passar por esta terra e de ter convivido com as suas gentes em 1964, decidiu homenagear um Povo e a sua luta compondo esta canção. Dez anos depois, os jovens militares de Abril, cuja formação política também se fez com as canções do Zeca, decidiram escolher para senha do seu Movimento a «Grândola-Vila Morena».

Hoje, passados 25 anos, é tempo de dizermos que neste País, onde tantas mulheres e tantos homens lutaram uma vida inteira para que este dia acontecesse, ninguém pode esquecer que foi este acto corajoso que pôs fim a meio século de ditadura em Portugal.



Ninguém pode esquecer a capacidade e a ousadia de todos quantos provocaram a rutura com um período negro do nosso passado. Ninguém pode esquecer a generosidade de quem nos restituiu um País livre e democrático.

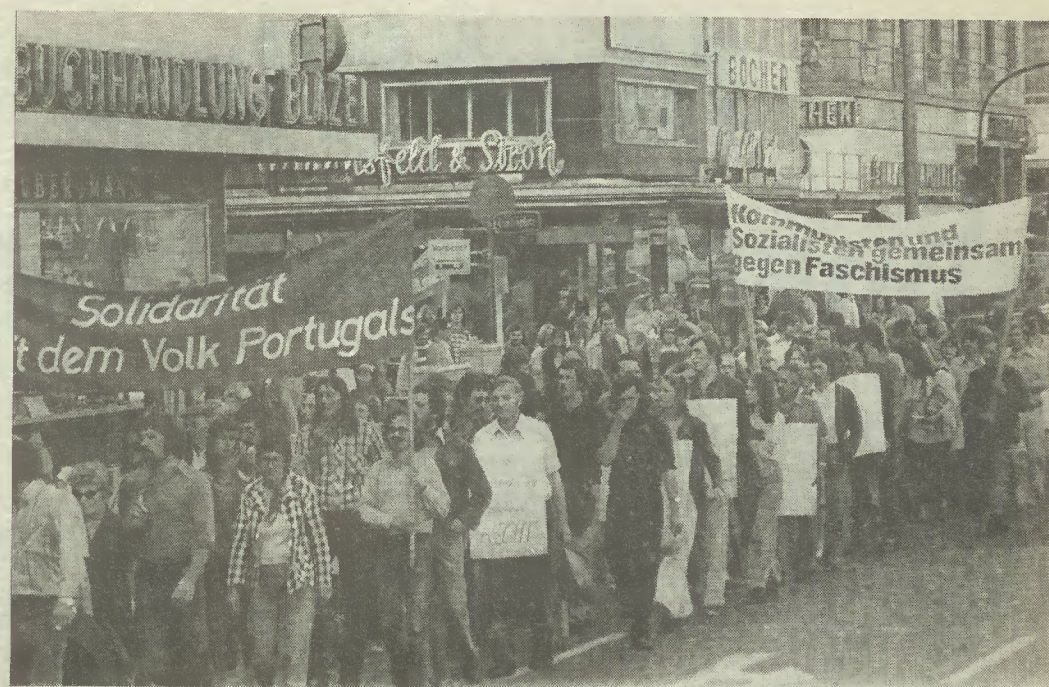
Nunca é de mais lembrá-lo quando alguns de memória curta se querem esquecer do lugar merecido que esta data ocupa na nossa história. E quando alguns de memória elástica nos querem fazer esquecer o que foi o fascismo e a ditadura em Portugal.

Estas tentativas de branqueamento, aliadas a muito desencanto por tantos sonhos e ideais do 25 de Abril terem ficado pelo caminho, levam-nos por vezes a desvalorizar e a banalizar o bem precioso que é a Liberdade.

Por isso, comemorar o 25 de Abril hoje é manter viva a memória, mas também a capacidade de lutar por ideais e de transformar a sociedade. É ter saudades daqueles anos, para muitos de nós os mais belos das nossas vidas, em que um Povo lutava todos os dias acreditando que podia ser mais livre, mais digno e mais feliz.

Comemorar o 25 de Abril hoje é transformar a saudade em projecto, é afirmar os valores acima das conveniências, é continuar aqui em Grândola, Vila Morena, a construir com a população um dia-a-dia melhor, com mais qualidade de vida, com participação, com dignidade, com memória, com cultura, mas também com projectos e ideais para o futuro.

\* Presidente da Câmara Municipal de Grândola.



Por todo o mundo se manifestou a solidariedade para com a Revolução de Abril e as suas conquistas. Na foto, uma manifestação na então Alemanha Federal

António José Avelãs Nunes\*

## Memória que dá força

Abril é saudade. Porque é memória.

A memória de Abril integra a memória dos tempos negros do fascismo, da opressão, da censura e da tortura, a memória dos interesses económicos que foram a base de apoio do fascismo e que o fascismo serviu. Mas também a memória da resistência ao fascismo e daqueles que a fizeram.

A memória de Abril é a memória de um tempo em que o povo estava na rua, «à conquista do pão e da paz», dizendo livremente o que queria e o que não queria, neste País de cravos rubros, uma Grândola de dez milhões de habitantes, onde «o povo é quem mais ordena».

Memória de um tempo em que se fazia política no cumprimento de um dever moral e cívico, um tempo em que os

governantes ouviam o povo e procuravam actuar de acordo com os interesses e os anseios populares, um tempo em que os governantes estavam na política porque amavam o seu povo e a sua Pátria e saíam da política sem com ela enriquecerem.

E é a memória deste tempo de revolução que dá força e alegria ao projecto de Abril, enquanto luta pela transformação do mundo. É que a



Revolução de Abril mostrou, mais uma vez, que o verdadeiro herói da História é o povo anónimo, quando toma consciência da sua capacidade criativa e da sua força colectiva.

Manter abertas «as portas que Abril abriu» é permanecer fiel aos valores que o nosso povo, então

verdadeiramente soberano, inscreveu na Constituição da República de 1976. O projecto de Abril continua a ser um projecto de liberdade, de progresso e bem-estar para todos e para cada um dos portugueses, um projecto que entregue a terra a quem a trabalha, um projecto que coloque ao serviço dos trabalhadores a riqueza por eles criada, um projecto de paz e de cooperação entre os povos.

\* Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

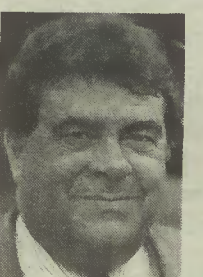
Morais e Castro\*

## A ansiedade cultural das massas

Para mim é Projecto, e já lá vamos, mas também é Saudade. Saudade dos anos de 74 e 75 até ao 25 de Novembro. Saudade da euforia popular, da «facharia» a «cavan», da ansiedade cultural das massas, dos teatros cheios, de eu no Grupo 4 a representar Peter Weiss ao ar livre para milhares de trabalhadores nas unidades colectivas e nas cooperativas da Reforma Agrária, em fábricas e colectividades de recreio e para autarquias.

Das discussões públicas, das Nacionalizações. Mas é sobretudo projecto ainda não concluído, dialecticamente sempre em movimento.

Isto vai meus Amigos isto vai/ Um passo atrás são sempre dois em frente/ um Povo verdadeiro não se trai. Não quer gente mais gente que outra gente, dirá sempre José Carlos Ary dos Santos.



Programa do Movimento das Forças Armadas, interpretado, ajudado e dinamicamente transformado pelas Forças Populares ainda está longe de ser devidamente cumprido. Os seus bons reflexos na nossa Constituição, se bem que atenuados e por vezes esquecidos (veja-se a «parvoíce» da aventura com a NATO na Jugoslávia) mantêm-se vivos e susceptíveis de desenvolvimento. Há que pensar, há que criar, há que lutar.

Como dirá sempre o José Carlos Ary dos Santos, Depois da tempestade há a bonança/ Que é verde como a cor que tem a esperança/ Quando a água de Abril sobre nós cai./ O que é preciso é termos confiança/ Se fizermos de Maio a nossa lança/ Isto vai, meus amigos, isto vai.

\* Actor



Entre as conquistas de Abril avulta o reconhecimento dos partidos políticos. Álvaro Cunhal, acompanhado por outros dirigentes e militantes comunistas, entrega os documentos para a legalização do mais antigo partido português, o PCP, o único que resistiu à repressão fascista



Abril abriu às artes a comunicação com o povo. E galvanizou os artistas. Reunidos na diversidade de tendências, os nomes maiores das artes plásticas constituíram então um movimento - o Movimento Democrático de Artistas Plásticos -, em 8 de Maio de 1974, empenhado numa cultura revolucionária. Uma grande jornada, organizada em 10 de Junho desse ano no Mercado da Primavera, em Belém, Lisboa, teve como significativo resultado a realização de um gigantesco painel colectivo em que participaram 48 artistas



# Mistérios de pré-campanha

VÍTOR DIAS

Membro da Comissão Política

**D**ECIDIDAMENTE, parece andar cheia de mistérios esta pré-campanha para o Parlamento Europeu. No fim, veremos se são mesmo mistérios ou se, afinal, está tudo muito bem explicado.

O maior e mais intrigante mistério que, em geral, povoa esta pré-campanha é como foi possível que uma tão densa cortina de nevoeiro e amnésia tivesse descido sobre factos amplamente conhecidos e reconhecidos e como é possível que, na generalidade dos «media», qualquer «nuance» de discurso, traços de personalidade ou fragmentos de teatro político de Pacheco Pereira e Mário Soares estejam a chegar e sobrar para escamotear esse dado histórico - incontornável e irrefutável - da profundíssima identidade de posições entre PS e PSD nomeadamente em matéria de política europeia.

Parece, pois, já ter entrado em vigor aquele decreto que, em prosa de ficção política que publicámos noutro lado, determinava ironicamente que «por prejudiciais ao interesse mediático da luta eleitoral e designadamente à proeminência do duelo Mário Soares-Pacheco Pereira, devem ser dadas por absolutamente inexistentes todas as convergências, todos os acordos, todas as votações conjuntas que, no passado, associaram fortemente o PS e o PSD em matéria de construção europeia». E em que, para plena eficácia deste democrático preceito, se postulava de seguida que «devem ser queimados todos os arquivos de imprensa escrita ou registos audiovisuais, incluindo números do "Diário da Assembleia da República", que possam ser usados pelos inimigos da modernização das campanhas eleitorais para contestar aquela inexistência».

E é pelo mesmo efeito de uma amnésia administrativa decretada ou voluntariamente assimilada que em muitos «media» também se olham excitadamente as estocadas verbais entre Paulo Portas e Pacheco Pereira e poucos são os que retêm - e sobretudo tiram as devidas ilações - que, se não fossem umas ainda recentes cenas de faca e alguidar televisivas, nenhum dos dois seria cabeça de lista porque ambos, felizes e contentes e debaixo de um programa comum, estariam a ser representados por Leonor Beleza!

E, como se está vendo, a transformação da «nuance», do conflito verbal personalizado e do espalhafato entre PS, PSD e PP em substância central do debate e das escolhas eleitorais precisa, como de pão para a boca, de outra coisa que está sendo feita impiedosamente. Precisa que reais diferenças de propostas e de projecto e a ousadia de romper com a resignação e com o actual estado de coisas, como as que são protagonizadas pela CDU, sejam expeditamente classificadas e exiladas como não tendo «nada a ver com o mundo em que vivemos» (Prado Coelho dixit) embora sejam, de facto, as que melhor escutam os apelos e desafios colocados pelo país, pela Europa e pelo mundo em que realmente vivemos.

Prossegue também o mistério da cegueira de alguns que, sempre que a realidade não bate certo com os seus esquemas preconcebidos, logo empreendem a falsificação da realidade até que ela finalmente se conforme com as conveniências e interesses que querem salvar a todo o custo.

Sem especial gosto o dizemos, mas é precisamente isso que fez Fernando Rosas quando, em artigo no «Público» (12.5.99), escreveu que «os meios de comunicação social públicos e privados se preparam como sempre para entregar o

domínio quase exclusivo do acesso aos eleitores aos partidos do centro e, mais acessoriamente, aos apêndices colaterais». O que, trocado por miúdos, só pode querer dizer que, para aquele dirigente do novo partido formado pelos partidos PSR, Política

XXI e UDP, o PCP seria o «apêndice colateral» do PS.

E, mesmo não dizendo mais nada, porque além do mais a expressão usada por F. Rosas fala como um livro aberto sobre aqueles cuja esperança de brilhar está sempre dependente da prévia deturpação da real orientação e papel de outros, não nos admiraria que Eduardo Prado Coelho visse nesta sóbria referência mais «um esforço intelectual para tentar demolir o Bloco de Esquerda» por parte do PCP, como sentenciou em recente crónica («Público», 20.4.99).

Mas, propiciando alguma entrada dos leitores em certos bastidores, talvez se justifique contarmos hoje que, nesse mesmo dia, escrevemos a E.P.C estranhando que ele «curiosamente nunca tenha visto nenhum esforço de "demolição" do PCP por parte do "Bloco de Esquerda", pelo que «a bem da equidade e da isenção, continuamos pois na magnífica situação em que uns podem dizer o que quiserem sobre outros mas já os atingidos por deturpações e caricaturas nem sequer podem exercer o direito à legítima defesa política».

E como EPC, na mesma crónica, depois de, por causa de uma ou duas iniciativas, valorizar altamente a abertura ao debate pelo «Bloco de Esquerda», logo se lamentava que no PS e no PCP não houvesse semelhante abertura, lembrámo-lhe que «em matéria de disponibilidade e concretização de iniciativas e espaços de diálogo à esquerda, deve ser muito difícil colocar alguém à frente do PCP. Como poderá ver, só para citar o exemplo mais recente, através da lista (em anexo) das iniciativas e respectivos participantes do "Portugal 2000-Debates para uma política de esquerda" promovido pelo PCP».

E, perfidamente, terminávamos a missiva manifestando a nossa certeza de que «a leitura desta lista lhe provocará o irresistível impulso de assumir perante os seus leitores que lamentavelmente não tinha tal informação e de alinhar algumas pertinentes reflexões sobre como foi possível que, pela comunicação social, não tivesse tido acesso a uma tão forte demonstração da capacidade de diálogo do PCP».

Passou um mês sobre a carta, e qual «irresistível impulso» qual carapuça, nem novas nem mandados, apenas silêncio e silêncio de chumbo. Mas não se pense que é por EPC ser um dos que acham que aos comunistas nem por uma vez se pode dar razão ou confiança. É apenas porque, conforme confessou na sua crónica de passada segunda-feira, é vítima de um grande «assédio comunicacional» e não consegue dar despacho a tanta carta e outras incontáveis mensagens.

Prossegue, ainda e sempre, o mistério sempre renovado e apaixonante das sondagens eleitorais e da sua inesquecível contribuição para uma opinião pública esclarecida, apostada em formar a sua opinião na base de factos e propostas, privilegiando os ditames da sua própria consciência em vez do comportamento «Maria vai com as outras».

E, neste campo, permanece sobretudo o sublime mistério de, ostentando quase todas grandes diferenças de resultados, não poderem ser todas verosímeis ou dignas de crédito, mas ao mesmo tempo cada uma ser vista e sentida como verdadeira no dia em que é publicada por milhões de cidadãos inevitavelmente aprisionados nos grandes títulos e nos grandes números.

A somar a tantas outras prevenções que hoje não queremos repetir, desta vez volta a haver coisas verdadeiramente extraordinárias nas sondagens pré-eleitorais. Assim, por exemplo, as sondagens pelo telefone SIC/Visão referenciam uma abstenção da ordem dos 60%. Mas uma sondagem igualmente pelo telefone do «DN» já só apurou uma abstenção de 6% (sim, seis por cento!). Alguns outros órgãos de informação escapam a este problema, porque conseguem esquecer-se de publicar que nível de abstenção é que foi declarado pelos

inquiridos, apesar de não poderem ignorar que, nas eleições para o Parlamento Europeu, esse é um elemento de que depende em grande medida a razoabilidade dos outros resultados apurados.

Tudo visto, é hora de confirmar o que já de princípio se sabia: que não têm mistério nenhum muitos dos «mistérios» que estão compondo a galáxia de futilidade, de truques artificiosos e de gritante hostilidade e ostensivo preconceito contra o PCP e a CDU e de fuga premeditada das realidades e problemas mais cruciais que

deviam estar sob atento exame e vigoroso debate, a que alguns querem reduzir a campanha para o Parlamento Europeu.

Trata-se afinal da confissão velada e indirecta de que incomodamos fortemente os interesses instalados e a política dominante em Portugal e na Europa, de que a nossa voz e as nossas propostas marcam demasiada e insuportável diferença no pântano de quietude e conformismo que a política de direita reclama e anima, de que um bom resultado da CDU em 13 de Junho estragaria a festa da cruzada da «bipolarização» e abriria uma nova e esperançosa dinâmica para as legislativas seguintes.

Sabendo isto, saibamos nós erguer nestes 22 dias que faltam para o voto de 13 de Junho uma grande corrente de verdade e de esclarecimento, de vontade, confiança e mobilização, de diálogo directo com os eleitores que, estilizando sofismas, preconceitos e discriminações, reforce a votação na CDU, para mais esquerda por um melhor Portugal e um novo rumo para a Europa.

**Não têm mistério nenhum muitos dos «mistérios» que estão compondo a galáxia de futilidade, de truques artificiosos e de gritante hostilidade e ostensivo preconceito contra o PCP e a CDU**



**Mais Esquerda, melhor Portugal**





# A pirueta do PS no «caso Champalimaud»

**N**uma pirueta de última hora, o Grupo Parlamentar do PS juntou os seus votos aos do PSD para que o Inquérito Parlamentar ao caso da aquisição do Totta e da Mundial Confiança por António Champalimaud ficasse sem relatório final. Sendo o objecto deste Inquérito averiguar das relações entre os Governos do PSD e do PS e alguns grupos económicos, este desfecho não deixa de ser bastante conclusivo.

O Inquérito Parlamentar à actuação dos governos do PSD e do PS em alguns casos envolvendo grupos económicos foi proposto pelo PCP na sequência de iniciativa idêntica proposta pelo PSD tendo como objecto unicamente os Governos do PS. Entendeu o PCP que tal Inquérito se justificava, não devendo porém restringir-se à averiguação de comportamentos do Governo PS, mas devendo também abranger comportamentos anteriores de governos PSD. Foi assim que

## As conclusões

Culminando um relatório com cerca de duzentas páginas, as conclusões propostas à Comissão apontavam, entre outros aspectos, para a existência de sérios indícios, senão evidências, de que:

- O Governo PSD, prejudicando os interesses patrimoniais do Estado e de terceiros, favoreceu António Champalimaud, pondo à sua disposição os meios necessários para adquirir empresas do Estado em processo de privatização.

- O Estado, através da CIMPOR e do Banco Pinto & Sotto Mayor, entregou a Champalimaud 18,634 milhões de contos, verba esta que resultou de uma negociação política sem ter por base critérios objectivos.

- Houve favorecimento objectivo na reprivatização da Companhia de Seguros Mundial Confiança, tendo o Estado colocado à disposição de António Champalimaud recursos públicos com os quais este liquidou o preço que havia oferecido por 51% do capital dessa empresa.

- O BANESTO, actuando concertadamente com os associados portugueses, adquiriu o controlo do banco Totta e Açores à margem das disposições legais em vigor.

- O Ministério das Finanças, o Banco de Portugal, o Instituto de Seguros de Portugal e a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários tiveram conhecimento das irregularidades indiciadamente praticadas, mas não actuaram, até ao momento, em conformidade.

- Ao actuar como actuou nas reprivatizações da Companhia de Seguros Mundial Confiança e do Banco Totta e Açores, o Governo de então lesou gravemente o interesse público, designadamente o princípio da transparência do funcionamento dos mercados, o princípio da igualdade de tratamento a que têm direito todos os cidadãos, e ainda o dever de transparência da Administração.

Logo que a proposta de conclusões se tornou conhecida, designadamente através da comunicação social, desencadearam-se pressões de toda a ordem sobre a Comissão de Inquérito e sobre os respectivos Deputados para que a não aprovassem. Pressões que passaram por ameaças de processos judiciais do Grupo Champalimaud contra o relator, por diversas cartas e pareceres enviados a todos os Deputados da Comissão pelo ex-ministro Eduardo Catroga pondo em causa a legitimidade do Inquérito Parlamentar, e até por editoriais escritos na

quaisquer procedimentos irregulares e de refutar as evidências sobre as suas responsabilidades, nada fazia prever, designadamente tendo em conta as intervenções da generalidade dos Deputados do PS ao longo do Inquérito, que as conclusões propostas não fossem aprovadas, apesar dos anunciados votos contra do PSD.

## As piruetas

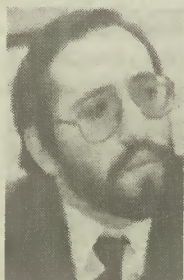
No entanto, o insólito aconteceu pela mão do PS. Primeiro, propondo que antes da discussão e aprovação da proposta do relatório fosse ouvido o Dr. Eduardo Catroga. Proposta a vários títulos insólita. Porque os Deputados do PS sabiam que tal audição não era legalmente admissível, dado que a Comissão havia esgotado o prazo em que a lei lhe permitia efectuar audições; sabiam, para além disso, que o Dr. Eduardo Catroga havia já sido ouvido no Inquérito por mais de uma vez; e sabiam também que uma semana antes eles próprios haviam votado contra uma proposta idêntica feita então pelo PSD.

Gorada essa manobra dilatária e marcado para o dia seguinte o início da discussão do Relatório, foi pedida em nome da bancada do PS uma interrupção dos trabalhos por algumas horas, que foram aproveitadas para uma reunião entre os Deputados do PS que a generalidade da imprensa apelidou de acalorada, a avaliar pelos gritos que se ouviam nos corredores.

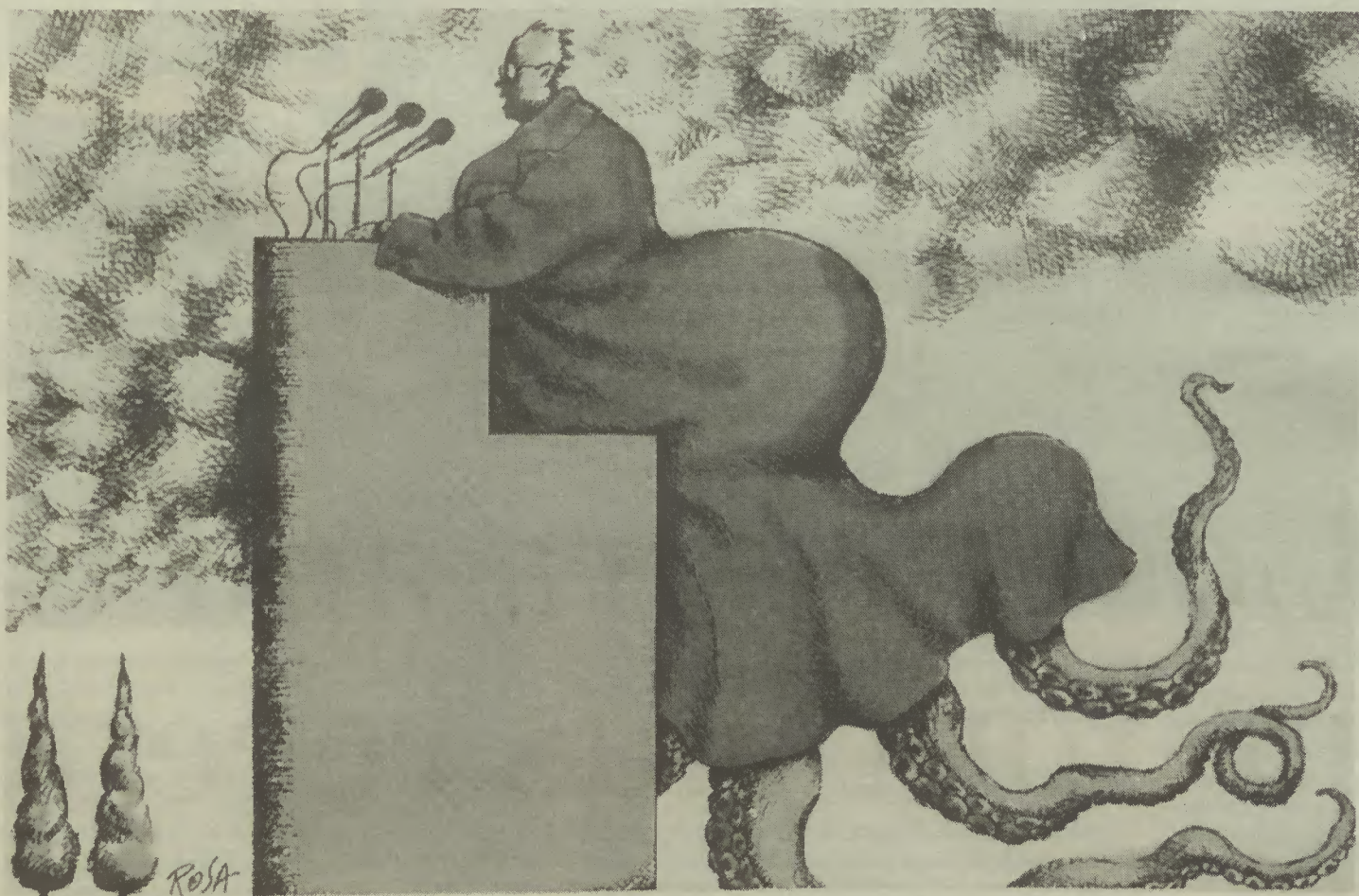
Finalmente, com umas justificações mal amanhadas, a maioria dos Deputados do PS acabou por se abster, inviabilizando o Relatório proposto e afirmando ter entretanto elaborado um Relatório alternativo (que sabiam que a Comissão não estava em condições legais para admitir) feito presumivelmente em tempo *record* e com dispensa da audição do Dr. Catroga.

É uma evidência que os Deputados do PS, ao optarem pela abstenção, sabiam perfeitamente estar a inviabilizar a aprovação de qualquer Relatório. É que se a sua real intenção fosse aprovar um Relatório diferente, teriam feito o que fizeram aquando do Relatório sobre o caso Grão-Pará, em que desvirtuaram completamente o Relatório proposto alterando-o na especialidade. No «caso Champalimaud» preferiram não o fazer, conjugando votos com o PSD para que pura e simplesmente não houvesse conclusões aprovadas.

Este é um caso exemplificativo, a muitos títulos. Exemplificativo de que em matéria de relações com grupos económicos, apesar das acusações mútuas, os governos do PS e PSD têm telhados de vidro muito semelhantes. Exemplificativo de que, tal como o PSD, também o PS não hesitou em arrastar pela lama a credibilidade dos Inquéritos Parlamentares, aprovando ou rejeitando conclusões, não em função de factos apurados, mas tendo a conveniência política como referência determinante. Exemplificativo, ainda, de como esta gente actuará se algum dia obtivesse a maioria absoluta.



■ António Filipe



teve início o Inquérito à actuação do Governo PSD no caso da aquisição por António Champalimaud do Banco Totta e Açores e da Companhia de Seguros Mundial Confiança.

Importa referir em abono da verdade que este Inquérito foi levado a cabo com empenho por parte da respectiva Comissão. A investigação efectuada foi profunda. Foram ouvidas muitas personalidades envolvidas neste caso e foi solicitado um vasto acervo documental. E embora nem todos os documentos solicitados tenham sido recebidos, a Comissão ficou em condições de proceder a um juízo muito fundamentado sobre os factos e as circunstâncias que rodearam os casos inquiridos.

- A autorização de compra de 50% do Banco Totta e Açores por António Champalimaud em 1995, com dispensa de lançamento da OPA exigida pelo Código das Sociedades Comerciais e pelo Código de Mercado de Valores Mobiliários, não só prejudicou gravemente o Estado e os demais accionistas do BTA como favoreceu ilicitamente os presumíveis infractores BANESTO e associados portugueses.

- Relacionados com a aquisição da posição accionista no BTA adquirida ao BANESTO e associados portugueses, as Administrações da Companhia de Seguros Mundial Confiança e do Banco Pinto e Sotto Mayor efectuaram pagamentos indevidos durante o exercício de 1995.

imprensa por quem nem sequer conhece (ou conhece bem de mais) os casos que foram objecto do Inquérito.

Todas estas pressões, numa quantidade e insistência sem precedentes em Inquéritos Parlamentares, assentavam na previsibilidade da aprovação do relatório proposto, a avaliar pelas posições que os diversos Deputados vinham manifestando no decurso do Inquérito. De facto, após muitas audições realizadas e milhares de páginas de documentos recebidos, acumularam-se provas irrefutáveis no sentido da veracidade, e se os Deputados do PSD haviam conduzido a sua intervenção, desde o início, com o objectivo de ilibar os seus governos de



50º aniversário do Conselho da Europa

Lino de Carvalho

# Regressar aos objectivos iniciais

**O** Conselho da Europa é a mais antiga instituição europeia, criada na sequência do Congresso de Haia do Movimento Europeu, realizado logo a seguir à guerra, em 1948. Após a 2.ª Guerra Mundial, vários movimentos europeus lançaram a ideia de uma Europa supranacional corporizada numa instituição onde os inimigos da véspera se pudessem encontrar e reconciliar em paz. Marcada pelos dramas e pelos crimes nazis da 2.ª Guerra, a ideia de diálogo e paz teria, necessariamente, de encontrar eco na opinião pública.

Instituição-espaco intergovernamental e interparlamentar nascida sob o signo da protecção dos direitos do Homem, de defesa da liberdade, da democracia e da paz e de cooperação entre os Estados, onde os países se podem encontrar para «examinar qualquer questão europeia», o Conselho da Europa também foi espaço de exclusão quando se deixou transformar em instrumento da guerra fria e do combate ideológico aos novos modelos socialistas de organização do Estado nascidos a Leste.

Como é sabido, Portugal só aderiu ao Conselho da Europa, em 1976, após a revolução de Abril e a recuperação da liberdade. Conselho da Europa que se alargou dos 10 Estados iniciais, que em 5 de Maio de 1949 assinaram o Tratado de Londres, para os 41 Estados que hoje o constituem. Conselho da Europa que procura hoje o seu caminho na multiplicidade de instituições internacionais que têm vindo a multiplicar-se no espaço europeu.

O Conselho da Europa é basicamente conhecido pela sua obra maior, a Convenção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais e pelos órgãos que têm tido como função assegurar o respeito pela Convenção, o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e a Comissão Europeia dos Direitos do Homem. Mas a seu crédito também se devem contabilizar outros importantes textos como a Carta Social Europeia, a Carta da Autonomia Local bem como as acções a favor dos refugiados e das minorias, em defesa dos trabalhadores migrantes, contra o racismo e a intolerância, no âmbito da cooperação cultural e da defesa do Património ou ainda na produção legislativa relativa aos novos direitos. Como não é desprezível a importância dos textos do Conselho da Europa e os relatórios e resoluções da sua Assembleia como instrumentos de informação, formação e documentação a nível internacional.



## Clarificar o papel e funções

Contudo, cinquenta anos após a sua criação, transformado em fórum político paneuropeu após o seu alargamento, o Conselho da Europa corre, hoje, o risco de se descaracterizar se não souber encontrar o seu próprio espaço no quadro das instituições europeias existentes e de se descredibilizar por dar frequentemente guarida às decisões de política internacional baseadas na concepção dos «dois pesos e duas medidas».

As questões centrais que estiveram na base da sua criação, a protecção internacional dos direitos do homem e a salvaguarda da democracia e da paz, têm vindo a diluir-se na multiplicidade de áreas que o Conselho tem tido a tentação de ir abordando, desde as questões de defesa e segurança às da economia (designadamente, ao nível da Assembleia Parlamentar, como órgão oficioso da OCDE), desde as questões sociais, culturais e ambientais até à construção europeia e à moeda única. A adesão de muitos dos países do Centro e Leste da Europa a partir de finais dos anos 80 reorientou uma grande parte dos esforços e da actividades do Conselho para o enquadramento político e ideológico desses países, o que muitas vezes se confunde com pouco discretas formas de pressão e, até, de ingerência nas suas opções políticas e de organização do Estado. Mas o Conselho constitui também, inegavelmente, um dos dois únicos fóruns europeus onde os Estados do Centro e Leste da Europa têm assento e visibilidade internacional e, por isso mesmo, designadamente ao nível parlamentar, ele é utilizado com o objectivo de afirmação internacional desses países e para o desenvolvimento de formas de cooperação e diálogo entre o Leste e o Oeste, entre o Norte e o Sul. Simultaneamente ponte de passagem para muitos países candidatos à adesão à União Europeia, o

Conselho da Europa está hoje transformado numa pequena «ONU» da Europa mas sem ter, para tal, legitimidade institucional e reconhecimento internacional nem os meios financeiros e orgânicos adequados.

Nesta encruzilhada, o Conselho da Europa está hoje confrontado com a necessidade de clarificar o seu papel e as suas funções e os seus membros confrontados com a necessidade de definirem a relevância que pretendem dar a esta Organização.

Desde logo, o Estado português. O Governo e a Assembleia da República devem promover, com urgência, uma reflexão sobre o

Conselho da Europa e as suas missões bem como sobre o espaço que a instituição deve ocupar na afirmação exterior e na política externa portuguesa. No que à Assembleia da República diz respeito, importa também debater e definir a importância que é atribuída à delegação parlamentar nacional na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa. E, nesse contexto, valorizar essa representação, divulgar a sua actividade e atribuir-lhe os meios financeiros e humanos adequados. «Melhorar a visibilidade do Conselho da Europa», como é sugerido no relatório do Grupo de

sando dar uma oportunidade à paz e, assim, pondo em causa a sua própria razão de ser. Ora, é esta incoerência, é o facto de não colocar «todos os países em pé de igualdade», que obviamente vai correndo e desacreditando o Conselho da Europa.

## Por um espaço de cooperação

O Conselho da Europa deve continuar a ter um papel central na produção legislativa e nas decisões jurisprudenciais relativas à defesa dos direitos humanos e pode ter também um papel privilegiado como lugar de afirmação de uma identidade europeia não menorizada face aos EUA e de construção de uma Europa do diálogo, da paz, da cooperação, do respeito pelos direitos humanos e pelos direitos das minorias, de uma Europa democrática.

A Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa é um espaço tri-bunício, de diálogo e de debate político entre os representantes dos países e das várias famílias políticas do Ocidente e do Leste da Europa. É, porventura, o único espaço institucional europeu onde tal é possível.

Entretanto, as instituições judiciais do Conselho da Europa e os respectivos acórdãos têm tido um crescente prestígio e têm-se revelado um importante instrumento na defesa de direitos ofendidos.

A instituição pode, pois, constituir um espaço importante de

Sábios, passa também, e muito, pela divulgação da intervenção do País na Organização e, no caso, pela divulgação da intervenção da delegação parlamentar portuguesa.

## Duplos critérios

Outro terreno, não menos importante para a existência e a credibilização do Conselho da Europa é a da ambiguidade e dos duplos critérios que utiliza na abordagem dos problemas da paz e dos direitos humanos. É sabido que o Conselho da Europa possui, entre os seus membros, um Estado, a Turquia, que não respeita os princípios que enformam a instituição, que tem presos políticos, que mantém a pena de morte e que não cumpre e despreza os sucessivos acórdãos condenatórios do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. É sabido que a Turquia desenvolve uma política de genocídio e de não reconhecimento dos direitos do povo curdo e de outras minorias nacionais. Neste preciso momento, um dirigente curdo, preso político, Abdullah Öcalan, corre o risco de ser condenado à morte. É sabido que a Turquia ocupa, ilegalmente, uma parte do território de Chipre. Mas os debates sobre o que se passa na Turquia são permanentemente bloqueados e este país continua a manter o seu lugar e a sentar-se imperturbavelmente nas reuniões dos Comitês de Ministros, de embaixadores e da Assembleia Parlamentar.

Em contrapartida, o Conselho da Europa, e em particular a última sessão da Assembleia Parlamentar, reunida na semana passada, juntou a sua voz à voz dos que defendem a guerra dos EUA e da NATO contra a Jugoslávia, juntou a sua voz não à voz da Paz mas à voz dos «va-t-en guerre», recusando a oportunidade de contribuir para uma solução política e pacífica e de terminar com a gigantesca e intolerável catástrofe humanitária que está a ser vivida por centenas de milhares de refugiados, recu-

cooperação entre todos os países democráticos da Europa. E pode ser um importante fórum onde o diálogo para a paz se sobreponha às vozes da guerra e da corrida aos armamentos. Uma instituição mais liberta das questões imediatas e de pendor económico e mais flexível do que a União Europeia; uma instituição que deve definir melhor o seu espaço de intervenção em relação a outras organizações como, por exemplo, a OSCE. A existência de um conjunto de organizações que, por vezes, se sobrepõem nos seus objectivos, criando um aparente fenómeno de «duplo emprego» deve ser clarificado. Definir o quadro de cooperação e de complementaridade entre as várias instituições europeias é urgente e necessário.

Numa Europa em profunda reorganização, inclusivamente das suas fronteiras internas, onde os fenómenos nacionalistas e separatistas emergem com violência mas numa Europa onde, paradoxalmente, tanto se fala de diálogo, de cooperação, de paz e de respeito pelos direitos dos povos - mas onde nem todos, porventura, têm a mesma interpretação desses conceitos - o Conselho da Europa pode e deve assumir um papel de relevo no cruzamento de povos e de culturas, na defesa e consolidação dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, na promoção dos valores da democracia pluralista mas também da democracia económica, social e cultural, na reflexão e elaboração de um pensamento de progresso em relação aos novos direitos deste final de milénio, no respeito pelos direitos das minorias, na valorização de uma cultura de paz e de diálogo.

Para este Conselho da Europa podem contar com o contributo dos comunistas portugueses.

Intervenção na sessão comemorativa do 50.º aniversário do Conselho da Europa



■ Amável Alves

# A longa luta dos camionistas pela dignificação e pelos direitos

**S**ó se pode perceber o que se passa neste sector e em muitos outros se partirmos da realidade actual que se vive no nosso país: uma grande ofensiva do patronato, apoiado pelo Governo, contra direitos sociais dos trabalhadores, tendo em vista obter o máximo lucro no mais curto espaço de tempo.

Esta ofensiva é estimulada pelo Governo, pois ele próprio tem vindo a elaborar um conjunto de projectos legislativos (*pacote laboral*) no sentido de fragilizar a protecção dos trabalhadores, aumentando o poder do patronato.

Com o apoio do Governo do PS, o patronato acha-se em condições de poder impor a subversão do contrato colectivo do sector de transportes rodoviários de mercadorias, cilindrando assim os direitos dos trabalhadores aí consignados, que são fruto de duras lutas ao longo de muitos anos, conduzidas pela FESTRU/CGTP-IN.

Os trabalhadores deste sector, em geral, e os motoristas, em particular (designados normalmente por *camionistas*), são detentores de importantes direitos, entre os quais destacamos: horário de trabalho máximo semanal de 40 horas; descanso, para terem uma vida familiar e social, nos períodos entre dois dias de trabalho (10 horas no mínimo) durante as folgas semanais e nas férias.

No entanto, a realidade é diferente: trabalham 15, 16 e mais horas diárias, dormem dentro dos camiões sem o mínimo de condições de higiene e comodidade, chegam a estar várias semanas sem ver a família, nomeadamente.

Os motoristas TIR são tratados pelos patrões como mais uma peça do camião, que é preciso rentabilizar, obtendo o máximo de lucro; o trabalho precário é prática corrente, em forma de contratos a prazo ou, pior ainda são, remunerados à viagem e/ou ao quilómetro.

Os salários que auferem (tabela salarial e cláusulas pecuniárias) são baixos, obrigando assim os trabalhadores a sujeitarem-se a horários com elevadíssimos índices de trabalho extraordinário, pondo em causa a sua saúde, a sua segurança e também a dos restantes utentes da via pública, pois se adormecerem por cansaço ao volante do camião, as consequências podem ser catastróficas.

## Pôr a selva na lei

O patronato deste sector pretende tornar legal, nas relações laborais, aquilo que hoje pratica ilegalmente. Isto é, pretende

introduzir no contrato colectivo alterações às funções do motorista (tipo «faz-tudo»), ao local de trabalho (que passaria a ser onde o patrão quisesse), ao descanso em condições de higiene e segurança (dormir no camião quando se encontrasse fora do local de residência passaria a ser obrigatório), ao descanso semanal (os domingos passados no estrangeiro deixariam de ser compensados e, quando chegassem a Portugal, era chegar, carregar e andar). Estas são apenas algumas das alterações do vasto rol que o patronato pretende.

Estes trabalhadores desde 1997 que não têm aumento salarial. Porquê? A razão é esta: o patronato impõe como condição a aceitação da subversão do contrato colectivo de trabalho (vertical) pela FESTRU.

É neste contexto que se tem assistido a várias lutas destes tra-

balhadores, com a realização de greves, ano após ano, numa longa e dura luta pela defesa dos seus direitos.

Nas alturas de greve, surge sempre o Governo a dar uma ajuda ao patronato, enviando centenas de elementos da GNR que, no terreno, têm por missão impedir que estes trabalhadores exerçam o direito constitucional à greve, nem que para o efeito seja preciso utilizar a força. É o que se tem passado nos terminais de carga de combustíveis e em muitos outros locais, com destaque particular para a fronteira de Vilar Formoso.

Os trabalhadores deste sector estão a ser vítimas de uma política que é posta ao serviço do grande patronato. Mas lutam, apesar de ameaças de despedimento por parte dos patrões e das agressões que têm sofrido pelas forças policiais, mandadas pelo Governo com o objectivo de impedir que façam greve. Não baixam os braços e enfrentam, com determinação e dignidade, a ofensiva do patronato e do Governo. Este é o caminho.



# Cravinho e os acidentes na construção civil

**O**s sindicatos alertam para os perigos agravados pelo tempo chuvoso e exigem medidas legislativas e fiscalização apertada. Como o ministro João Cravinho recusa recebê-los, os dirigentes sindicais do Norte vão dirigir-se directamente a António Guterres.

O Sindicato dos Trabalhadores da Construção do Norte e Viseu acusou o ministro do Equipamento de ter «pouca consideração pelos outros». Numa nota a propósito de declarações de João Cravinho, dia 13 de Maio, a um órgão de comunicação social - em que o ministro acusava o sindicato de «exploração política da sinistralidade», dizendo que não recebia os sindicalistas porque estes «tinham que falar com muita gente» antes, e declarando que já tinha feito «tudo o que devia quanto à segurança», a estrutura sectorial da CGTP prevê que, «infelizmente, até fins de Maio, o ministro do Equipamento terá mais exemplos claros de como há muito para fazer, pois sendo, estatisticamente, o final do mês de Maio bastante chuvoso, mais acidentes irão ocorrer».

Tratando-se de um problema grave, como a morte de centenas de trabalhadores em acidentes laborais, o sindicato lamenta que o ministro «não demonstre um pouco mais de interesse e de respeito» e, «se já tudo fez para combater o trabalho clandestino e a sinistralidade associada, então deverá rever os seus feitos, pois cinco mortes em três dias são um claro exemplo de que pouco foi feito e de que muito falta realizar para defender a vida dos que trabalham na construção».

Recusando conotações políticas, o sindicato diz ter apenas por ambição, não o poder, mas «que aqueles que se despedem dos filhos de manhã e vão trabalhar para as obras estejam com eles novamente ao fim do dia».

## É crime

«É um crime colocar os trabalhadores a desmoldarem a muralha do prédio ao nível da primeira placa, com uma profundidade de 5 metros e 1,5 metro de largura, sem que antes as terras que circundavam o referido prédio fossem devidamente sustida por meio de entivação adequada», acusou dia 12 o Sindicato dos Trabalhadores da Construção do Sul, comentando o acidente da véspera, na Ramada (Odívelas), que provocou um morto e um ferido grave.

O sindicato, cujos dirigentes estiveram no local do acidente, defende que «a ausência do Plano de Segurança e de uma coordenação eficaz das actividades que os trabalhadores executavam está na origem directa de mais este acidente, perfeitamente evitável, se o responsável da obra cumprisse, como é sua obrigação, todas as normas legais e regulamentares em vigor».

«De forma consecutiva e persistente», o sindicato do Sul tem exigido da Inspeção Geral do Trabalho «uma intervenção mais rigorosa e sancionária contra todas as entidades e empresas que deliberadamente se recusam a cumprir as normas mais elementares sobre prevenção e segurança nos locais de trabalho, através de levantamento de autos onde, de forma clara e concisa, configure o «crime por negligência» e, simultaneamente, o embargo das respectivas obras».

Reclama também «um combate sério ao trabalho precário e semiclandestino, que prolifera no sector, situação que contribui para a desorganização do trabalho e, consequentemente, para o aumento da sinistralidade».

O sindicato do Sul conclui que, «sem que estas medidas seja efectivamente aplicadas pela IGT, os acidentes de trabalho irão continuar a ocorrer e as suas vítimas continuarão a ser os trabalhadores do sector». Mesmo que o ministro continue a dizer que «já fez tudo o que devia»...



Em 9 anos, morreram mais de 1400 trabalhadores em acidentes, referem os sindicatos, citando números oficiais



# DOSSIER Guerra nos Balcãs

## A história escondida <sup>(1)</sup> das «negociações» de paz

As autoridades jugoslavas têm sido sistematicamente acusadas de rejeitarem toda e qualquer tentativa de resolução política do problema do Kosovo, o que não teria deixado à NATO, sob a batuta dos EUA, outro recurso para além do uso da força. Dando de barato a alegada ausência de alternativas e passando em claro que haja quem chame alternativa às barbaridades que se estão a cometer nos Balcãs, vale a pena recuar um pouco no tempo para saber o que se passou em Paris e porque falharam as ditas negociações de paz.

A história destes acontecimentos recentes está mal contada desde o início. Como acontece na generalidade dos romances policiais, a «arma do crime» foi cuidadosamente escondida e forjaram-se deliberadamente falsas pistas para impedir a descoberta do «criminoso». Repetiu-se tantas vezes que os sérvios fizeram fracassar os acordos de Rambouillet ou que a intransigência de Milosevic fechou

as portas ao diálogo que quase não sobrou espaço para a reposição da verdade dos factos. Uma vez iniciados os bombardeamentos contra a Jugoslávia, as atenções centraram-se na catástrofe humanitária protagonizada pelos refugiados e cuja responsabilidade se atribuiu ao regime de Belgrado. Havia que esquecer Rambouillet, e depressa.

Mas eis que paulatinamente começam a vir à luz



do dia o que se pretendia para sempre mergulhado no esquecimento, ou seja, os textos que estiveram em debate nas pretensas negociações de paz. Entre outros, o texto do acordo assinado em Paris a 18 de Março de 1999 - escassos dias antes do início da guerra, portanto - pelos representantes das sete comunidades étnicas existentes no Kosovo e Methohija (sérvios, montenegrinos,

albaneses, muçulmanos, turcos, romenos e ciganos), bem como pelos representantes do Governo da Sérvia e do Governo da República Federal da Jugoslávia. Um acordo ignorado porque as autoridades jugoslavas se recusaram a assinar um famigerado «Anexo B» que definia o estatuto da força militar multinacional a instalar no Kosovo. As razões dessa recusa foram explica-

das por Belgrado mas não mereceram qualquer credibilidade por parte da generalidade dos muito independentes órgãos de informação ocidentais, mais atreitos a reproduzir as «razões» dos EUA e da NATO.

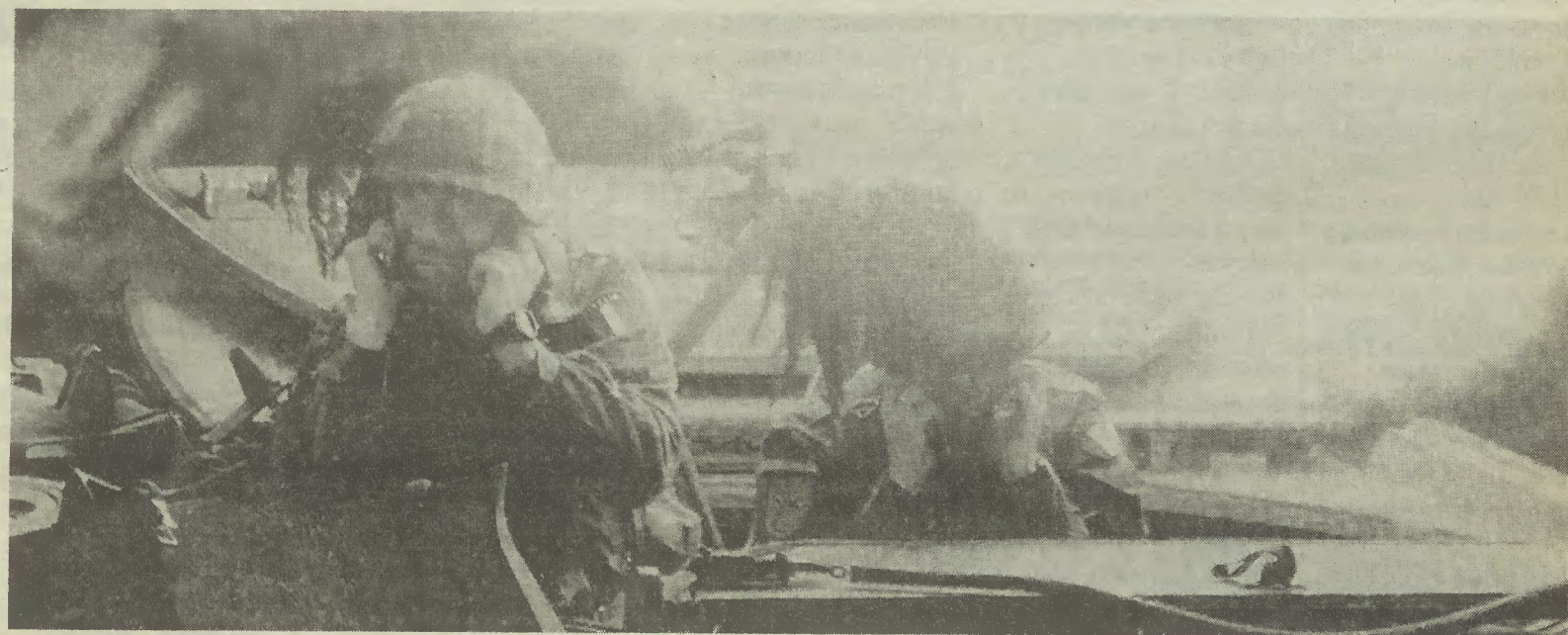
O texto desse Anexo, de que apenas se conhece a versão inglesa, foi finalmente divulgado e o «Avante!» decidiu traduzi-lo na íntegra para apresentação aos seus

leitores. Os objectivos da NATO não podiam ser mais claros e por isso mesmo os comentários tornam-se desnecessários. Nenhum país, em qualquer parte do mundo, poderia aceitar a entrega total de soberania pretendida pela NATO, pelo que não é credível que a NATO esperasse a aceitação das suas imposições.

Quando se pretende ocupar um país em nome da

regulamentação de um conflito, não é uma solução política que se procura mas sim o confronto. Quando se impõe o inaceitável e se rejeita toda a negociação, não é a paz que se pretende mas sim a guerra.

Foi a guerra. E os seus responsáveis, por mais que falem de paz, não mais deixarão de ter as mãos sujas do sangue derramado de sérvios e kosovares.



### Força de Implementação

1. Para os objectivos deste anexo, as seguintes expressões devem ter os sentidos abaixo especificados:

a. «NATO» significa Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), as suas estruturas subsidiárias, os seus dirigentes militares, o comando da NATO Kfor e todos os elementos/unidades que façam parte da Kfor ou de apoio à Kfor, sejam ou não de um país membro da NATO e estejam ou não sob o comando e controlo nacional ou da NATO quando actuarem na aplicação deste Acordo.

b. «Autoridades na RFY (República Federal da Jugoslávia)» significa as autoridades competentes, sejam da Federação, da República, do Kosovo ou outras.

c. «Pessoal da NATO» significa o pessoal militar, civil e contratado ou ligado à NATO, incluindo o militar, civil e o pessoal contratado por Estados não pertencentes à NATO que participem na operação, com excepção do pessoal contratado localmente.

d. «A Operação» significa o apoio, a implementação, a preparação e a participação da NATO e de pessoal da NATO na aplicação deste Capítulo.

e. «Responsáveis militares» significa qualquer entidade, qualquer que seja a sua denominação, que consista ou seja constituído em parte por pessoal militar da NATO que tenha como missão esta Operação.

f. «Autoridades» significa o responsável competente, seja individual, instituição ou organização das Partes.

g. «Contratador de pessoal» significa o técnico especialista ou os especialistas cujos serviços sejam requisitados pela NATO e que estejam no território da RFY exclusivamente para servir a NATO seja na condição de consultores em questões técnicas, seja na instalação, operação ou manutenção de equipamento, a menos que sejam:

- (1) nacionais da RFY; ou
- (2) pessoas habitualmente residentes na RFY.

# Anexo B Estatuto da força militar multinacional

h. «Uso oficial» significa qualquer Uso de bens adquiridos, ou de serviços recebidos tendo em vista o desempenho de qualquer acção requerida pela operação dos Responsáveis.

i. «Instalações» significa todos os edifícios, estruturas, propriedades e terrenos requisitados para levar a cabo as actividades operacionais, de treino e administrativas da NATO para a Operação bem como para acomodação do pessoal da NATO.

2. Sem prejuízo dos seus privilégios e imunidades constantes deste Anexo, todo o pessoal da NATO deverá respeitar as leis aplicáveis na RFY, quer sejam de âmbito Federal, da República, do Kosovo, ou outra, desde que a conformidade com estas leis seja compatível com as tarefas/mandato que lhes estão confiados, e deve abster-se de actividades não compatíveis com a natureza da Operação.

3. As Partes reconhecem a necessidade de formas expeditas para as saídas e entradas do pessoal da NATO. Tal pessoal deve estar isento de passaporte e visa e dos sistemas de registo aplicáveis a estrangeiros. Em todos os pontos de entrada e saída de/para a RFY, ao pessoal da NATO deverá ser permitido entrar/sair da RFY com o bilhete de identidade nacional (ID). A identificação do pessoal da NATO pode ser solicitada pelas autoridades da RFY, mas as operações, treinos e movimentos não poderão ser impedidos ou atrasados por tais solicitações.

4. O pessoal militar da NATO deverá normalmente usar uniforme, e poderá possuir e transportar armas quando autorizado pelos seus superiores. As Partes deverão aceitar como válidas, sem taxas ou pagamentos, cartas de condução, licenças e autorizações fornecidas ao pessoal da NATO pelas respectivas autoridades nacionais.

5. A NATO terá permissão para exibir a bandeira da NATO e/ou as bandeiras nacionais dos elementos/unidades que a constituem em qualquer uniforme da NATO, meios de transporte, ou instalações.

6. a. A NATO terá imunidade em todos os processos legais, sejam eles civil, administrativo ou criminal.

b. O pessoal da NATO, em qualquer circunstância e em qualquer momento, terá imunidade em relação às Partes, no respeitante a crimes de natureza civil, administrativa, criminal ou disciplinar que possa cometer na RFY. As Partes devem assistir os Estados que participam na operação no exercício da sua jurisdição sobre os seus nacionais.

c. Sem prejuízo da alínea anterior, e com o acordo expresso do Comando da NATO em cada caso, as autoridades da RFY podem excepcionalmente exercer a sua jurisdição em tais matérias, mas apenas no respeitante ao pessoal Contratado que não esteja sujeito à jurisdição do seu país de cidadania.

7. O pessoal da NATO terá imunidade para qualquer forma de prisão, investigação ou detenção pelas autoridades na RFY. O pessoal da NATO indevidamente preso ou detido será imediatamente entregue às autoridades da NATO.

8. O pessoal da NATO disporá, juntamente com os seus veículos, navios, aviões e equipamento, livre e ilimitada passagem e acesso sem restrições à RFY incluindo o espaço aéreo e as águas territoriais. Isto inclui, mas não limita a, o direito de acampar ao ar livre, realizar manobras, acantonar e utilizar quaisquer áreas ou instalações requisitadas para apoio, treino e operações.

9. A NATO será isenta de impostos, taxas e outros encargos e inspeções e das habituais regulamentações incluindo a apresentação de inventários ou outra documentação usual, sobre pessoal, veículos, navios, aviões, equipamento, abastecimentos e provisões entradas, saídas, ou em trânsito no território da RFY para apoio da Operação.

10. As autoridades da RFY deverão facilitar, dando prioridade e com todos os meios apropriados, todo o movimento de pes-

soas, veículos, navios, aviões, equipamento, ou abastecimentos, no espaço aéreo, portos, aeroportos ou estradas. Não devem ser cobradas taxas à NATO pela navegação aérea, terrestre, ou descolagem de aviões, sejam propriedade do governo ou fretados. Do mesmo modo, nenhum encargo, taxa, portagens ou impostos pode ser aplicado aos navios da NATO, sejam propriedade do governo ou fretados, na entrada e saída dos portos. Veículos, navios e aviões usados no apoio às operações não serão sujeitos a licenciamento ou registo, nem a seguro comercial.

11. A NATO tem a garantia de usar aeroportos, estradas, caminhos-de-ferro e portos sem pagamento de taxas, encargos, portagens, ou impostos pela sua utilização. A NATO não deve, no entanto, pedir isenção de taxas razoáveis por serviços específicos solicitados e recebidos, mas as operações/movimentos e acesso não devem ser impedidos pelo não pagamento desses serviços.

12. O pessoal da NATO estará isento de taxas pelas Partes no que toca a salários e emolumentos recebidos da NATO e de quaisquer proventos recebidos do estrangeiro.

13. O pessoal da NATO e os seus bens móveis importados para, adquiridos em, ou exportados da RFY estarão isentos de todos os encargos, taxas, e outros impostos e inspeções e das regulamentações habituais.

14. A NATO está autorizada a fazer importações e a exportações, livre de encargos, taxas e outros impostos, tais como equipamentos, provisões, e abastecimentos que a NATO requisitar para as operações, desde que seja para uso oficial da NATO ou para venda ao seu pessoal. Os bens vendidos serão apenas para uso do pessoal da NATO e não transferíveis para pessoas não autorizadas.

15. As Partes reconhecem que o uso dos canais de comunicação é necessário para a Operação. A NATO é autorizada a funcionar com um serviço de correio interno.

As Partes devem, após uma simples requisição, garantir todos os serviços de telecomunicações, incluindo serviços de radiotelevisão, necessários para a Operação, como a NATO determinar. Isto incluirá o direito de utilizar esses meios e serviços como forma de assegurar a capacidade de comunicação, e o direito de usar todo o espectro electromagnético para este fim, isento de custos. Para implementar este direito, a NATO fará um esforço razoável para coordenar com e tendo em conta as necessidades e os pedidos das autoridades competentes da RFY.

16. As Partes providenciarão, isentas de custos, todas as instalações públicas que a NATO requerer para preparar e executar a Operação. As Partes assistirão a NATO na obtenção, ao mais baixo custo, dos serviços necessários, tais como electricidade, água, gás e outros recursos que a NATO requerer para a Operação.

17. A NATO e o pessoal da NATO terão imunidade em relação a reclamações de qualquer espécie que ocorram nas actividades decorrentes da operação; no entanto, a NATO poderá ter em consideração as reclamações quando assim o entender.

18. A NATO terá permissão para contratar directamente a aquisição de bens, serviços, e de construção a qualquer entidade do interior ou do exterior da RFY. Tais contratos, bens, serviços e construções não deverão ser objecto de impostos, taxas ou outros encargos. A NATO pode igualmente fazer construções com o seu próprio pessoal.

19. Operações comerciais na RFY apenas para o serviço da NATO não estarão sujeitas às leis e regulamentações locais no que respeita aos termos e condições dos seus contratos de trabalho e de despedimento e registo de empregados, negócios e empresas.

20. A NATO pode contratar pessoal local numa base individual o qual permanecerá sujeito às leis e regulamentações locais com excepção das leis do trabalho. No entanto, o pessoal local contratado pela NATO deverá:

a. ter imunidade em relação a processos legais no que respeita ao que disser ou escrever e a todos os actos praticados nas suas funções oficiais;

b. ter imunidade em relação aos serviços nacionais e/ou às obrigações do serviço militar nacional;

c. estar apenas sujeito aos termos do contrato de trabalho e às condições estabelecidas pela NATO; e

d. estar isento de taxas nos salários e emolumentos que lhes serão pagos pela NATO.

21. No desempenho das suas competências neste Capítulo, a NATO é autorizada a deter indivíduos e, tão depressa quanto possível, entregá-los aos oficiais competentes.

22. A NATO pode, na condução da Operação, ter necessidade de fazer melhoramentos ou modificações em certas infra-estruturas da RFY, tal como estradas, pontes, túneis, edifícios e sistemas de serviços. Qualquer melhoramento ou modificação de natureza não temporária tornar-se-á parte integrante da infra-estrutura. Melhoramentos ou modificações temporárias podem ser retiradas por ordem do Comando da NATO, e a infra-estrutura devolvida tanto quanto possível em condições semelhantes ao estado original, exceptuando o desgaste provocado pelo uso.

23. Na ausência de disposições prévias, as disputas respeitantes à aplicação deste Apêndice serão resolvidas entre a NATO e as autoridades competentes da RFY.

24. Podem ser concluídos acordos suplementares com qualquer das Partes para facilitar quaisquer pormenores relacionados com a Operação.

25. O previsto neste Anexo permanecerá em vigor até à concretização da Operação ou enquanto as Partes e a NATO o entenderem.



## O nada...

Falando para uma assembleia de correligionários no Centro Cultural de Belém, o ex-primeiro-ministro Cavaco Silva não esteve de modas e acusou o seu sucessor, António Guterres, de ter enganado os portugueses quando, a seguir à cimeira de Berlim, afirmou que o resultado da negociação tinha sido uma importante vitória do Governo português. Segundo Cavaco, os resultados obtidos pelo Executivo de Guterres - fundos para Portugal, no quadro da Agenda 2000, correspondendo a 3% do Produto Interno Bruto (PIB) e a receber entre 2000 e 2006 - estão aquém dos fundos comunitários equivalentes a 4% do PIB obtidos há sete anos pelo Governo do próprio Cavaco, na cimeira de Edimburgo para discussão do Pacote Delors II (fundos para 1993-99). Aqui temos um caso onde, a Cavaco Silva, assenta que nem uma luva o velho aforismo português «Com a verdade me enganas». É verdade que o Governo de António Guterres

# PONTOS CARDEAIS

enganou os portugueses ao vender-lhe este «gato por lebre» do aumento dos fundos, quando as próprias contas da Comunidade (na altura amplamente divulgadas nos jornais portugueses) afirmam que Portugal, nesta recente negociação, perdeu várias dezenas de milhões de contos. Mas é mentira que o Executivo do próprio Cavaco Silva tenha feito um melhor «negócio» e, muito menos, que tenha obtido «tudo», enquanto o Governo do PS obteve «nada»: ambos obtiveram muito menos do que podiam e, sobretudo, deviam, graças à subserviência com que ambos os Executivos aceitaram as imposições dos poderosos da Comunidade. Neste caso, o professor Cavaco escusa de subir à cátedra para dar lições de firmeza, quando foi ele próprio a orgulhar-se de Portugal, sob a sua batuta, ser «um bom aluno» dos patrões da Comunidade Europeia...

## O tudo...

Em contrapartida, um outro «ex» - neste caso o ex-Presidente da República Mário Soares - decidiu dizer exactamente o contrário de Cavaco Silva nesta história dos fundos comunitários, garantindo no auditório do Núcleo Empresarial da Região de Beja (onde dissertava sobre a Europa) que «Guterres conseguiu uma vitória extraordinária», conquistando para o nosso país, em matéria de fundos comunitários, «a maior fatia desde a nossa entrada para a comunidade». Ao «nada» de Cavaco, responde o «tudo» de Mário Soares, como se estivessemos perante as duas faces da mesma moeda - aquela com que a demagogia faz os seus negócios. Só que, quanto a pena perdermos tempo a comentar o que ele disse: o mais certo era desmentir não apenas este seu «tudo», como tudo em geral e a si próprio em

particular, se fosse preciso... Incluindo a afirmação que fez mais adiante de que «é preciso continuar a sacar dinheiro da Europa», tanto mais que «tudo o que tem sido feito em Portugal foi com dinheiro europeu». Não está mal, para um homem a quem a sua corte de admiradores chama «o pai da democracia portuguesa» e «uma referência do século». Então como «programa eleitoral» para ascender a presidente do Parlamento Europeu, não há melhor!

## ... e as gaffes

Interessantes foram, também, as clássicas gaffes que continuaram a acometer estes dois ex-governantes nas referidas intervenções públicas. No caso de Cavaco Silva, às tantas o ex-«homem do leme», com a eterna convicção de quem nunca tem dúvidas e raramente se engana, afirmou que é preciso «recuar muitas décadas» para se encontrar, em Portugal, uma situação como a de hoje, em que os órgãos de Comunicação Social se apresentam tão subordinados ao Governo. Olhe que não, professor! Basta recuar quatro anos - exactamente os necessários para chegar aos seus executivos governamentais, para termos uma manipulação governamental absolutamente igual, e em muitos casos através dos mesmos conscienciosos profissionais da informação... De qualquer modo, assinala-se a gaffe do estrategista de Boliqueime ao dar como adquirido o controlo governamental dos órgãos de comunicação social. O que o incomoda verdadeiramente não é isso, mas que esse controlo esteja nas mãos de outros... Quanto a Mário Soares, quando perorava em Beja para um auditório que o escutava em profundo silêncio, ficou tão inseguro com o mutismo da assistência, que sugeriu passar-se de imediato ao debate, acrescentando para o seu companheiro de mesa que «estes tipos já não estão a perceber nada». Com um pormenor: disse-o sem reparar que os microfones continuavam ligados, pelo que os cerca de 200 «tipos», que tão atentamente o ouviam, ficaram a saber, de viva voz, que o palestrante os considerava tardos de entendimento!

# PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

## Eu enquanto vivo Um simples chá

Em Vila Real pedi um chá de erva cidreira.

Pronto. O chá veio. Olhei para dentro do bule. E o que vi eu? Eu vi lá dentro as ervas mas as ervas elas próprias as ervas «que estão no alpendre» e não os pacotinhos assépticos da Lipton.

De súbito a surpresa de perante mim me estar sentindo verdadeiro!

Realmente é uma estranha sensação.

## Uma explicação

A empresa faliu há dias. Nada o fazia prever. A Comissão dos seus trabalhadores afiançava ser elevado o número de encomendas.

Faço as contas. Trezentos despedidos. São trezentas famílias. São pelo menos mil e duzentos refugiados do Kosovo.

Ó versos mais estúpidos! Confunde tudo. Coitado. Já trespê. Onde é que eles já viu limpezas étnicas no país à beira-mar naufragado?

Bem, só se forem limpezas cirúrgicas

## Televisão

Atenção. As imagens que estás vendo pela televisão não são a realidade. Quando muito, são a realidade que dá matéria à ficção ao modo especial de transmitir a realidade.

Na melhor das hipóteses. Pode ser a mentira que quer parecer real para ser convincente situada nos olhos dos outros.

D. Ivette, a senhora recatada que mora no quarto andar. Trabalha à noite num pavilhão do Parque das Nações. Pelo menos, é isso o que ela diz. Boa tarde, senhora D. Ivette.

## Actualidade

Sobre o poema caiu um míssil disparado de Aviano.

A RTP, a SIC, a CNN vão dizer: foi mais um erro trágico da NATO que julgou, vendo-o, que era um carro de combate. E era. Aliás como qualquer poema. Tosco. Ainda assim capaz de meter medo.

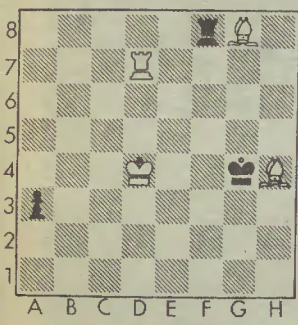
Simplemente o poema vai ressuscitar, ao contrário de todas as crianças.

## XADREZ

DCCVII - 20 DE MAIO DE 1999  
PROPOSIÇÃO N.º 1999X18

Por: D. Petrov  
«Memorial Chigorin» - 1958-59

Pr.: [3]: Pa3 - Tf8 - Rg4  
Br.: [4]: Bs. g8, h4 - Td7 - Rd4



Branças jogam e ganham

\*\*\*

SOLUÇÃO DO N.º 1999X18 [D. P.]

1. Td8!, a2. 2. B:a2, Tf4+, 3. Rf3, Ta4; 4. Bb3, Tb4; 5. Td4+, T:d4; 6. Bf7! e g.

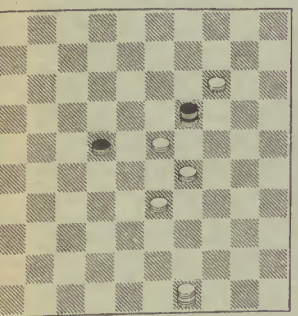
A. de M. M.

## DAMAS

DCCVII - 20 DE MAIO DE 1999  
PROPOSIÇÃO N.º 1999D18

Por: Henri Chiland - [F.] [Pp. 120/N.º 216]  
In CHILAND, H. «Secrets et merveilles du jeu de Dames», Paris, Stock, 1968

Pr.: [2]: (19)-22  
Br.: [5]: 14-23-29-33-(49)



Branças jogam e ganham

\*\*\*

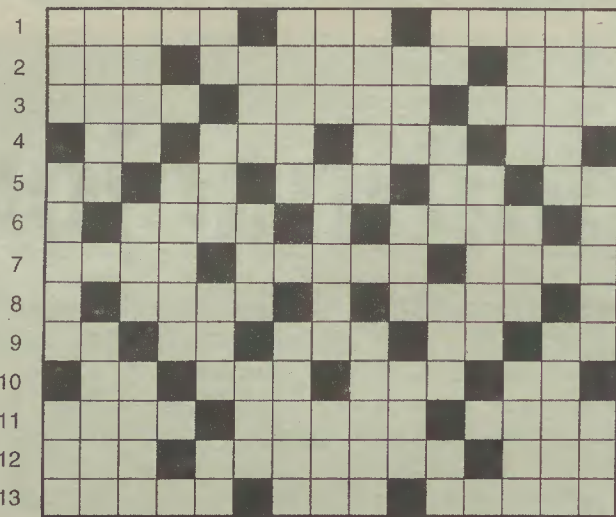
SOLUÇÃO DO N.º 1999D18 [H. Ch.]

1. 33-28!, 22x24! 2. 49-35, (x); 3. 35x19+.  
Se: 1. 23-18 ? (19x10); 2. 18x27, (10-4); 3. 27-21, (4-22) =

A. de M. M.

## PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



**HORIZONTAIS:** 1 - Estar ofegante; letra grega (pl.); adv. em tempo algum. 2 - Via dentro de uma povoação; face interna do costado do navio que vai da popa à proa e onde se fixam as amuras; profere orações. 3 - A parte do teatro onde representam os actores; busca-vida para procurar uma âncora ou qualquer objecto submerso e invisível; fazer concordar. 4 - Nota musical; jogo de cartas em que o ganho é para o parceiro que primeiro reúne um naipe completo; íntima; rio costeiro de França. 5 - Utensílio de cozinha; cânhamo da Índia; transpiro; parte inferior de certos objectos; nome da décima sétima letra do alfabeto grego. 6 - Experiência (fig.); barco de recreio. 7 - Adv. comp. de sup. de mau ou mal; sentimento de pesar pela morte de alguém (pl.); rochedos (bras.). 8 - Abate; vaso pequeno de barro, do feitio de ânfora. 9 - Espécie de escumilha; caminhais. 10 - Pron. pess. reflexo; o m.q. lírio; grande extensão de água salgada; Amerício (s.q.). 11 - Fogueira funerária; a camada inferior da sociedade (pl.); incentivo. 12 - Aniversário (fig.); manhosos; deus dos maometanos. 13 - Rede de emalhar; braço (pop.); lugar onde se desgranam e secam os cereais (pl.).

**VERTICAIS:** 1 - Apelido de herofina francesa; parte de cada actor em peça teatral; parceiro. 2 - Rua pequena e estreita; detesta. 3 - Rouba (gfr.); na companhia de; deus do amor, entre os romanos. 4 - Lebre-das-pampas (pl.). 5 - Divindade solar dos antigos egípcios; óxido ou hidróxido de cálcio; sinal gráfico que serve para nasalizar a vogal a que se sobrepõe; Lantânio (s.q.). 6 - O abismo (fig.); folha de palma ou de coqueiro em que se escrevia; fúria incontida. 7 - Livres de mistura; gasta. 8 - Encoleriza; besuntar; açucena. 9 - Salubre; agradável. 10 - Qualidade natural; igualdade (pref.); azo (ant.). 11 - Sódio (s.q.); bolo chato e circular de farinha de arroz e azeite de coco, usado na Ásia; gracejar; igreja episcopal ou patriarcal. 12 - Ciência da moral. 13 - Recente; nome da sétima letra do alfabeto grego; formar em alas. 14 - Educar; sacrifica matando. 15 - Principal rio suíço; dificuldades (fig.); chefe etíope.

Art. ossos; rts. Dom; iso; asso. 11 - Nar; apa; rty; sé. 12 - Elica. 13 - Nova; eta; alar. 14 - Criar; imola. 15 - Rat; cat; til; La. 6 - Mar; ola; tra. 7 - Puro; usada. 8 - Itg; uniar; his. 9 - Sadio; amena. 10 - Usat; entras. **VERTICAIS:** 1 - Arc; papel; pac. 2 - Ruel; omnia. 3 - Fara; com; Eros. 4 - Maris. 5 - Let; sit; ura; ta; is. 10 - Me; his; mar; Am. 11 - Prr; rakes; olon. 12 - Anoi; ladhinos; Ala. 13 - Rasca. **HORIZONTAIS:** 1 - Artar; pis; nunca. 2 - Rua; amurada; ora. 3 - Cera; arado; avir. 4 -

SOLUÇÃO



## AGENDA

## Quinta-feira, 20

**Grândola** – Sessão debate sobre questões internacionais, com **Albano Nunes**, na biblioteca do concelho, às 18 horas.

**Santiago do Cacém** – Sessão debate sobre questões internacionais, com **Albano Nunes**, na biblioteca do concelho, às 21 horas.

**Vila Franca de Xira** – Acções de contacto com trabalhadores e empresários, com **João Silva**, à entrada da OGMA, Alverca, às 7.30 horas; na Dustrimetal, em Alverca, às 10 horas; na Catedral, em Castanheira do Ribatejo; conferência de imprensa no CT de VF Xira, às 17.30 horas.

**Miranda do Corvo** – **Honório Novo** visita pelas 14 horas o Centro de Biomassa para a Energia e, pelas 21 horas, participa num debate sobre o 25 de Abril e a Europa.

**Cacia** – Debate sobre o emprego, coesão e economia social, com **Sérgio Ribeiro**, na Casa do Povo, às 21.30 horas.

**Loures** – Jantar debate com pequenos e médios comerciantes, com **Joaquim Miranda**, na «Adega do Almirante», em Ponte de Frielas, às 21 horas.

## Sexta-feira, 21

**Ermidas do Sado** – Almoço-convívio com **Álvaro Cunhal**, às 13 horas.

**Grândola** – Convívio no pavilhão da feira de Grândola, com **Álvaro Cunhal**, às 19 horas.

**Braga** – Reunião com delegados das freguesias do concelho, no CT local, às 21.30.

**Barreiro** – Inauguração do Espaço CDU, com **Graciete Cruz**, às 18 horas.

**Matosinhos** – Debate na Câmara Municipal, com **Honório Novo**, às 21.30 horas.

**Amadora** – Jornadas da CDU na freguesia da Venda Nova. Início às 9.30 horas, com um debate com a população às 21 horas.

**Vila Franca de Xira** – Sessão CDU no Clube Recreativo Trancoso (S. Julião dos Montes), com **António Andrez**, às 21 horas.

**Odivelas** – Sessão pública da CDU, na Escola Primária da Arroja, com **António Filipe**, às 21.30 horas.

**Pontinha** – Sessão pública com **João Silva**, na Escola Primária do Bairro Falcão, às 21.30 horas.

**Seixal** – Jantar de apoiantes com **Joaquim Miranda**, no Independente Torrense, na Arrentela.

## Sábado, 22

**Alemanha** – Contactos com a comunidade portuguesa nas diversas associações da região de Frankfurt, com **Fátima Garcia** e **Luciano Rosa**.

**Bélgica** – Distribuição de propaganda.

**França** – Distribuição de propaganda em Bordéus e Mulhouse.

**Stº Adrião de Vizela** – Sessão pública sobre as eleições para o Parlamento Europeu, com **Agostinho Lopes**, às 18 horas na Escola da Boavista 1.

**Famalicão** – Reunião com delegados das freguesias do concelho, no CT local, às 21.30 horas.

**Serdezelo** – Sessão pública sobre as Eleições para o Parlamento Europeu, com **Agostinho Lopes**, na Casa do Povo, às 21.30 horas.

**Feira** – Sessão com **Joaquim Miranda**, na Junta de Freguesia de Fiães, às 21.30 horas.

## Quinta-feira, 20

**Lisboa** – Debate sobre política educativa no ensino secundário, com **Mário Peixoto**, no CT Vitória, às 18 horas.

- Plenário de militantes da Organização de Serviços de Lisboa, no CT da Duque de Loulé, às 19.30 horas.

- Plenário de militantes da Organização dos Seguros de Lisboa, no CT Vitória, às 18 horas.

**Oeiras** – Venda do «Avante!», frente à colectividade de Valejas, às 11.45 horas

**Almada** – Sessão no Laranjeiro sobre o Movimento Associativo, com **Carlos Rabaçal**, às 21 horas.

## Sexta-feira, 21

**Sines** – Inserido na iniciativa «PCP, Diálogos com o Alentejo», realiza-se uma sessão pública sobre «Estratégia de desenvolvimento para o Alentejo na entrada do século XXI». Sala de sessões da Câmara Municipal de Sines, 10.30 horas.

**Guimarães** – Encontro de autarcas da CDU, com **Luis Sá**, no CT de local, às 21.30 horas.

**Lisboa** – Reunião de militantes do Charquinho (Benfica) no CT de Benfica, às 18.30 horas.

- Encontro com dirigentes do Movimento Associativo da Cidade de Lisboa, para discussão dos projectos de lei do PCP sobre o associativismo, com dirigentes do PCP e eleitos na Câmara e Assembleia Municipal de Lisboa e juntas de freguesia, na Casa do Alentejo, às 21 horas.

- Debate sobre «A nova ordem mundial», com **José Casanova**, na Sociedade Musical de Carnide, às 21 horas.

**Torres Vedras** – Plenário de militantes com a participação de **Manuela Bernardino**, às 21.30 horas.

**Palmela** – Plenário de militantes da freguesia, com **Valdemar Santos**, na Casa do Lavrador, às 21.30 horas.

## Sábado, 22

**Évora** – Debate sobre «O que é ser comunista hoje», com **Mário de Carvalho**, **Manuel Carvalho da Silva**, **Rogério Fernandes**, **José Carlos Faria**, no Teatro Garcia de Resende, às 15 horas.

**Sobral de Monte Agraço** – Assembleia da Organização Concelhia, com **António Andrez**, no Auditório Municipal, às 15 horas.

- Exposição de artesanato no CT do Laranjeiro.

Em 13 Junho  
no Parlamento  
Europeu

Mais  
CDU

## Arranque da campanha

## Grandes comícios da CDU

**Lisboa** – Sexta-feira, 28, 19 horas – Festa Popular no Largo do Carmo, com **Carlos Carvalhas**, **Ilda Figueiredo**, **Blasco Hugo Fernandes**. Espectáculo com a «Quadrilha».

**Porto** – Sábado, 29 de Maio, 18 horas – Comício na Praça dos Poveiros, com **Carlos Carvalhas**, **Ilda Figueiredo**, **Manuela Cunha** e **Honório Novo**.

**Guimarães** – Domingo, 30 de Maio, 16 horas – Comício no largo do Toural, com **Carlos Carvalhas** e **Ilda Figueiredo**.

## Quinta-feira, 20

Uma delegação composta por **Carlos Carvalhas**, **Ilda Figueiredo**, **António Filipe** e **António Cordeiro** está hoje no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, reunindo às 10 horas com a Direcção da instituição, a que segue uma visita às instalações e um encontro com a comissão sindical.

## Sexta-feira, 21

Comício com **Ilda Figueiredo**, no Casino Afifense, em Afife (Viana do Castelo), às 21.30 horas.

## Sábado, 22

Encontro Nacional do PCP sobre Reformados, com a presença de **Ilda Figueiredo**, na colectividade «Os Penicheiros», no Barreiro, às 15.30 horas.

Café-concerto pela Igualdade, com **Ilda Figueiredo**, no Palácio Pancas Palha, Junto a Santa Apolónia, em Lisboa, às 20 horas. Divulgação do abaixo-assinado «Para construir a Igualdade, apoiamos a CDU». Música com **Paulo Vilar**, do grupo «Meninos da Avó».

## Domingo, 23

Comício em Baleizão de homenagem a **Catarina Eufémia**, com intervenções de **Ilda Figueiredo** e de **Carlos Carvalhas**, às 16 horas. Desfile de grupos corais femininos a partir das 14 horas.

## Segunda-feira, 24

**Ilda Figueiredo** contacta estudantes em Lisboa, na Cantina da cidade Universitária, pelas 12.30 horas. Às 20 horas, participa num jantar de apoiantes da CDU, no restaurante «O Óscar», na Feira Popular de Lisboa.

## Terça-feira, 25

Em Vila Real, **Ilda Figueiredo** visita a feira e o mercado locais, pelas 9.30; encontra-se pelas 11.30 com a Associação Comercial e Industrial; às 14.30 visita a Polo – empresa de produtos ópticos; pelas 16 horas, encontra-se com a direcção do NERVIR – Associação empresarial; e pelas 17.30 horas, é recebida na reitoria da Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro.

## Quarta-feira, 26

Em Seia, a cabeça de lista da CDU visita o mercado semanal, às 10 horas; às 12 horas contacta trabalhadores das empresas de lanifícios Sotave e Império; às 14.30 horas, está na Beiralá, onde reunirá com a Comissão Sindical; pelas 18 horas participa na sessão de apresentação dos manifestos da CDU, no Hotel Turismo na Guarda; às 19.30 horas, junta-se ao convívio com apoiantes no restaurante «O Júlio», em Gouveia.

## Domingo, 23

**Qª da Atalaia** – Almoço-convívio, com **Jorge Pires**, promovido pela Comissão de Freguesia do Feijó, às 12.30 horas.

## Terça-feira, 25

**Portalegre** – Debate «Alentejo, Regiões de Turismo, que futuro?», no Auditório do Instituto do Emprego e Formação Profissional, às 10.30 horas.

**Lisboa** – Debate sobre as eleições para o Parlamento Europeu, com **António Abreu**, na Academia de Santo Amaro, às 16 horas.

**Qª da Atalaia** – Confraternização do Sector Público da ORL, com **Joaquim Miranda**, às 12.30 horas.

**Odivelas e Pontinha** – Contacto com as populações às 9.30 horas.

**Stº Tirso** – Debate «Europa e os Jovens» com a presença dos candidatos jovens **Ángelo Alves** e **Joana Silva**, na Junta de Freguesia de São Martinho de Bougado.

**Coruche** – Encontro Concelhio da CDU, no CT local, às 15 horas.

**Alcochete** – Sessão com mulheres, com **Rosa Rabiais**, às 16 horas.

**Palmela** – Sessão no Padre Nabeto, com **Odete Santos**, às 21.30 horas.

**Almada** – Sessão no Monte de Caparica, com **Joaquim Matias**, às 16 horas.

- Sessão sobre «O PCP e o novo rumo para a construção europeia», no CT da Cova da Piedade, com **Francisco Lopes**, às 16 horas.

**Palmela** – Sessão no Centro Cultural do Poceirão, com **José Silvério** e **Valdemar Santos**, às 21.30 horas.

## Domingo, 23

**Portalegre** – **Joaquim Miranda** visita a feira do concelho.

**Pontinha** – Contactos com a população com **Sérgio Ribeiro**. Ponto de encontro junto ao edifício da Caixa Geral de Depósitos, às 11 horas.

**Caneças** – Almoço no restaurante Olho do Cuco, com **Sérgio Ribeiro**, às 13 horas.

**Setúbal** – Sessão em Praias de Sado, com **Odete Santos**, às 16 horas.

## Segunda-feira, 24

**Rio Maior** – Debate no Auditório Municipal, com **Sérgio Ribeiro**, às 21.30 horas.

**Baião** – **Honório Novo** visita a feira de agricultores e empresas do concelho a partir das 9 horas; às 15 horas, em Valongo visita a Lipor e reúne-se com a administração.

**Torres Novas** – **Sérgio Ribeiro** visita a Associação de reformados, às 15.30 horas.

**Montemor-o-Novo** – **Joaquim Miranda** tem encontros com associações do concelho entre as 15 e as 17 horas. Encontra-se de seguida com trabalhadores da Câmara; participa às 19 horas num convívio em Estremoz; e numa sessão no Alandroal, às 21.30 horas.

## Terça-feira, 25

**Tomar** – **Sérgio Ribeiro** visita a Sitaves, (14 horas), participa numa conferência de imprensa no CT de Tomar (18 horas); e num debate no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Stª Maria dos Olivais, às 21 horas.

**Barreiro** – Sessão com quadros técnicos e intelectuais, com **Dinis de Almeida**, às 18 horas.

**Porto** – **Honório Novo** visita empresas têxteis de Santo Tirso e numa sessão-debate na Casa de Cultura de Paranhos, às 21.30 horas.

## Quarta-feira, 26

**Santarém** – Debate no Fórum Actor Mário Viegas do Centro Cultural de Santarém, com **Sérgio Ribeiro**, às 21.30 horas.

**Moita** – Sessão nas instalações da Câmara, com **Odete Santos**, às 18 horas.

**Setúbal** – Sessão em S. Lourenço, com **Odete Santos**, às 21 horas.

**Braga** – **Honório Novo** encontra-se com a Associação das Micro, Pequenas e Médias empresas de Portugal.

## Iniciativas pela Paz

**Sexta-feira, 22** – **Amadora**: Debate com **António Filipe**, sobre o tema «O PCP contra a agressão imperialista à Jugoslávia», no Salão da Junta de Freguesia da Falagueira, às 14.30 horas.

**Domingo, 24** – **Porto**: Debate com **João Amaral** sobre o tema «A Guerra dos Balcãs e o novo conceito estratégico da NATO», na Árvore (Rua Azevedo de Albuquerque, 1), às 21.30 horas.

**Terça-feira, 25** – **Oeiras**: Cordão Humano pela Paz em Timor e contra a guerra na Jugoslávia, com a participação de **António Filipe**, na Rotunda de Algés, às 19 horas.

**Quarta-feira, 26** – **Oeiras**: Reunião da Célula dos Infantários, com organismo de direcção do Sector de Empresas, às 18 horas.

**Quinta-feira, 27** – **Oeiras**: Debate sobre «Educação que futuro? – Portugal no contexto europeu», com **Sérgio Ribeiro**, **António Abreu**, **Arnaldo Pereira**, **Arlinda Néné**, no Teatro 1.º Acto (Amélia Rey Colaço), em Algés, às 18 horas.

## Concertos «Por uma Europa de Paz – Não à Guerra»

**Miradouro de S. Pedro de Alcântara**, sexta-feira, 21, às 22 horas.

Com as bandas **Cardomh** e **Pód'escrer**.

**Cais de Gaia** (junto ao pavilhão de Exposições) sexta-feira, 21, às 22 horas.

Com as bandas **Sloppy Joe** e **Zen**.

## Concurso de bandas

Apuramento de uma banda para tocar na Festa do «Avante!»

**Sábado, 22, 17 horas**, no Jardim de Queluz (Parque Conde Almeida Araújo).

Inscrições para os telefones 9142336 ou 9131355.

## Excursão a Cuba

No quadro da Campanha de Fundos, a DORS promove uma excursão a Cuba entre os dias 21 e 29 de Junho. A estadia compreende quatro dias em Havana, com alojamento no Hotel Plaza, em regime de meia pensão, e três dias em Varadero, com o alojamento no Hotel Mar del Sur, em regime de pensão completa. O programa inclui ainda um circuito turístico pelos principais monumentos e locais de interesse em Havana e uma visita à cidade de Vinales, ambos os passeios com almoço incluído.

Pura mais informações e esclarecimentos contactar a camarada Maria Adelaide, no CT da DORS, pelo telefone 065-526123 ou fax 065-234305.

## Excursão a Baleizão

A Comissão Concelhia da Amadora organiza no próximo domingo uma excursão a Baleizão, com partida às 8.30 horas e regresso às 20 horas. Para mais informações, contactar o centro de trabalho concelhio.



TELEVISÃO

Quinta, 20

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.00 Praça da Alegria
- 11.40 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Consultório
- 14.45 Nas Asas do Destino
- 15.40 Malha de Intrigas
- 16.30 O Amigo Público
- 18.15 País País
- 19.00 País Regiões
- 19.15 Os Lobos
- 20.00 Telejornal
- 21.00 As Lições do Tonecas
- 21.40 Grande Entrevista
- 23.10 Miguel Ângelo ao Vivo
- 00.30 24 Horas
- 01.20 Volta a Itália
- 01.35 Lutando pela Filha (de Peter Levin, EUA/1994, com Lindsay Wagner, Piper Laurie, Rence Humphrey. Telefilme / Drama)

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.45 Volta a Itália

Sexta, 21

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.00 Praça da Alegria
- 11.40 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Consultório
- 14.45 Nas Asas do Destino
- 15.40 Malha de Intrigas
- 16.30 O Amigo Público
- 18.15 País País
- 19.00 País Regiões
- 19.15 Os Lobos
- 20.00 Telejornal
- 21.05 Uma Casa em Fancos
- 22.10 Principal Suspeito
- 00.05 Anúncios de Graça
- 00.45 24 Horas
- 01.40 Volta a Itália
- 02.00 NBA

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.45 Volta a Itália
- 16.45 Bonanza
- 17.30 Euronews
- 18.00 Programa Religioso
- 18.30 Hugo

Sábado, 22

RTP 1

- 08.00 Infantil/Juvenil
- 12.20 Companhia dos Animais
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Top+
- 15.00 Amigos
- 15.35 Batman, o Invencível (de Leslie H. Martinson, EUA/1996, com Adam West, Burt Ward, Burgess Meredith. Aventuras)
- 17.35 Amigos
- 18.05 Estrada Viva
- 18.45 Santa Casa
- 20.00 Telejornal
- 21.15 Longa-metragem
- 23.10 Já que Falamos em Sexo
- 23.45 Nash Bridges
- 00.45 24 Horas
- 01.35 A Bíblia de Néon (de Leslie H. Martinson, EUA/1996, com Adam West, Burt Ward, Burgess Meredith. Aventuras)
- 03.35 O Medo (de Vincent Roberts, EUA/1993, com Richard Eddie, Leland Hayward, Erick Weiss, Vince Edwards. Terror)
- 04.00 O Tempo

Domingo, 23

RTP 1

- 08.00 Infantil / Juvenil
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Made in Portugal
- 15.00 Saber e Fazer
- 15.35 As Aventuras de Jack Burton nas Garras do Mandarin (de John Carpenter, EUA/1986, com Kurt Russell, Kim Cattrall, Dennis Dun. Comédia / Aventuras)
- 17.30 Ferro e Fogo
- 18.40 GLx
- 19.30 Domingo Desportivo I
- 20.00 Telejornal
- 20.50 Jet 7
- 21.25 Futebol: Académica-Benfica
- 23.30 Domingo Desportivo II
- 01.00 Perigo Iminente
- 01.55 24 Horas

RTP 2

- 09.00 Programa Religioso
- 10.00 Missa
- 11.30 Infantil/Juvenil
- 14.00 Jornal de África
- 14.30 Desporto
- 18.40 Ladrão que Rouba Ladrão

Segunda, 24

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.00 Praça da Alegria
- 11.40 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Consultório
- 14.45 Nas Asas do Destino
- 15.40 Malha de Intrigas
- 16.30 O Amigo Público
- 18.15 País País
- 19.05 País Regiões
- 19.15 Os Lobos
- 20.00 Telejornal
- 21.10 Nós os Ricos
- 21.45 Canções da Nossa Vida
- 23.15 Guerra Fria
- 00.15 24 Horas
- 01.05 Desporto

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.45 Volta a Itália
- 16.45 O Nosso Charly
- 17.35 Madeira
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Hugo
- 19.00 Um, Dó, Li, Tá

Terça, 25

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.00 Praça da Alegria
- 11.40 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Consultório
- 14.45 Nas Asas do Destino
- 15.40 Malha de Intrigas
- 16.30 O Amigo Público
- 18.15 País País
- 19.05 País Regiões
- 19.15 Os Lobos
- 20.00 Telejornal
- 21.10 Cromos de Portugal
- 22.00 Herman 99
- 00.25 Dharma e Greg
- 00.50 24 Horas
- 01.40 Desporto (Ciclismo e Ténis)
- 02.10 Seaquest, Brigada Submarina

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.45 Volta a Itália
- 17.30 Euronews
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Hugo

Quarta, 26

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.00 Praça da Alegria
- 11.40 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Consultório
- 14.45 Nas Asas do Destino
- 15.40 Malha de Intrigas
- 16.30 O Amigo Público
- 18.15 País País
- 18.35 País Regiões
- 18.55 Os Lobos
- 19.35 Futebol: Manchester-Bayern
- 21.45 Telejornal
- 22.55 Shinning (de Stanley Kubrick, EUA/1980, com Jack Nicholson, Shelley Duvall, Danny Lloyd, Scatman Crothers. Ver Destaque)
- 01.25 24 Horas
- 02.15 Ciclismo: Volta a Itália

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.45 Volta a Itália
- 16.45 O Caminho das Estrelas



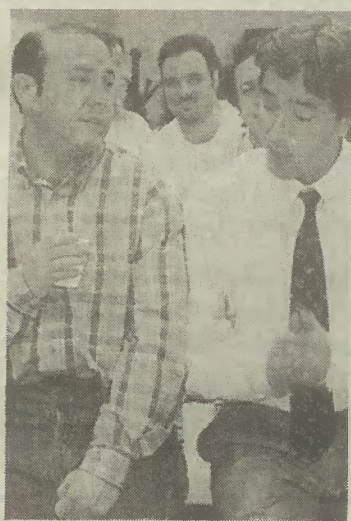
Em directo de Amesterdão, é já no próximo domingo, na SIC, a transmissão da final europeia do programa «Chuva de Estrelas»



«Titch», uma nova série infantil transmitida todas as manhãs, na RTP 1, no espaço «Tic Tac»



Helen Mirren é a intérprete de «Principal Suspeito», série policial com a habitual qualidade britânica, às sextas-feiras, na RTP 1



«Jornalistas» é uma série de produção nacional, em destaque na SIC (quartas-feiras)



«Terror no Espaço» é uma série de ficção científica, esta semana em estreia na RTP 2

- 16.45 Derrick
- 17.40 Euronews
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Hugo
- 19.00 Um, Dó, Li, Tá
- 20.05 Civilizações do Passado
- 21.00 Portugalmente
- 21.30 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.50 Sinais de Fogo (de Luís Filipe Rocha, Port./1995, com Diogo Infante Ruth Gabriel. Drama)
- 00.35 Vietnam: A Vida Depois da Morte

SIC

- 08.00 Buêré
- 10.00 Sic 10 Horas
- 12.00 Zázá
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Juiz Decide
- 15.00 Você Decide
- 16.00 Fátima Lopes
- 18.00 Meu Bem Quer
- 19.00 Pecado Capital
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Suave Veneno
- 22.00 Esta Semana
- 22.50 Ligações Perigosas (de Stephen Frears, EUA/1988, com Glenn Close, John Malkovich, Michelle Pfeiffer, Keanu Reeves, Uma Thurman. Destaque na passada semana, para a qual a SIC já o anunciara)
- 02.00 Duetos Improvistos
- 03.00 Último Jornal

TVI

- 09.00 A Bela e o Monstro
- 09.45 TVI Jornal
- 10.00 Animação
- 12.30 Pérola Negra
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Sangue do Meu Sangue
- 15.00 Samantha
- 16.00 Animação
- 18.45 Gente Nossa
- 20.00 Os Reis da Música Nacional
- 21.00 Directo XXI
- 21.45 Os Reis da Música Nacional
- 23.00 Salvar a Pele (de Clark Peterson, EUA, com Nancy McKeon e Chelsea Field. «Thriller»)
- 01.00 Sombras na Tempestade (EUA, com Ned Beatty e Mia Sara. «Thriller»)
- 03.00 Competente e Descarada

- 19.00 Um, Dó, Li, Tá
- 20.10 História da Terra
- 21.00 Portugalmente
- 21.30 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.50 Carlos Cruz (Entrevista)
- 00.05 Uma Pistola
- 01.00 Música

SIC

- 08.00 Buêré
- 10.00 Sic 10 Horas
- 12.00 Zázá
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Juiz Decide
- 15.00 Você Decide
- 16.00 Fátima Lopes
- 18.00 Meu Bem Quer
- 19.00 Pecado Capital
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Um Sarilho Chamado Marina
- 21.30 Suave Veneno
- 22.30 Ponto de Encontro
- 23.40 Fúria Cega (de Philip Noyce, EUA/1990, com Rutger Hauer, Terrance O'Quinn, Lisa Blount, Brandon Call. Acção)
- 01.40 Último Jornal
- 02.15 Um Homem Chamado Babe (de Arthur Hiller, EUA/1992, com John Goodman, Kelly McGillis, Trini Alvarado. Drama)

TVI

- 09.00 A Bela e o Monstro
- 09.45 TVI Jornal
- 10.00 Animação
- 12.30 Pérola Negra
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Sangue do Meu Sangue
- 15.00 Samantha
- 16.00 Animação
- 18.45 Gente Nossa
- 20.00 Os Reis da Música Nacional
- 21.00 Directo XXI
- 21.45 Os Reis da Música Nacional
- 23.00 Salvar a Pele (de Clark Peterson, EUA, com Nancy McKeon e Chelsea Field. «Thriller»)
- 01.00 Sombras na Tempestade (EUA, com Ned Beatty e Mia Sara. «Thriller»)
- 03.00 Competente e Descarada

RTP 2

- 09.00 Universidade Aberta
- 12.00 Contos Assombrosos
- 13.20 Dinheiro Vivo
- 14.00 Parlamento
- 15.00 Desporto 2
- 19.10 2001
- 19.40 Onda Curta (Charlot nas Trincheiras, Shoulder Arms, de Charlie Chaplin, EUA/1918. Ver Destaque)
- 19.45 Horizonte
- 20.45 Departamento de Homicídios
- 21.40 Ugh
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 O Lugar da História
- 23.35 Allô, Allô!
- 00.05 Big Train
- 00.35 Absolutamente Fabulosas
- 01.05 Jefferson em Paris (de James Ivory, EUA/1995, com Nick Nolte, Greta Scacchi, Simon Callow, Gwyneth Paltrow. Drama / Biográfico)

SIC

- 08.00 Buêré
- 11.55 O Nosso Mundo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 O Clube dos Malandrecos (de Harold Ramis, EUA/1980, com Chevy Chase, Rodney Dangerfield, Ted Knight. Comédia)
- 16.00 Big Show Sic
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Mundo VIP
- 22.00 Pequenos e Terríveis
- 23.10 Mulher
- 00.10 Afrodisia
- 00.45 Alien Nation: Horizonte Negro (de Kenneth Johnson, EUA/1994, com Gray Graham, Eric Pierpoint, Michele Scarabell. Ficção Científica)
- 02.45 Último Jornal

TVI

- 09.00 A Bela e o Monstro
- 09.50 Animação
- 12.40 Top Rock
- 13.40 Contra-Ataque
- 15.00 O Judeu (EUA, com Joe Mantegna e Anne Archer. Drama)
- 16.50 Circuito Fechado (EUA/1995, com Teri Polo, Corbin Bernsen, Eric Lutes. Drama)
- 18.45 Breakout (Longa-metragem)
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Toque de Verdade (Longa-metragem)
- 24.00 Escumalha (Longa-metragem)
- 02.00 As Teias da Mafía

- 19.35 Bom Bordo
- 20.05 Artes e Letras
- 21.00 Histórias do «Muro»
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Horizontes da Memória
- 23.05 Emma (de Douglas McGrath, Gr.Br./1996, com Gwyneth Paltrow, Jeremy Northam, Toni Collette, Greta Scacchi, Alan Cumming. Ver Destaque)

SIC

- 08.00 Buêré
- 11.55 BBC - Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Buffy, Caçadora de Vampiros
- 16.00 Rex, o Cão Policia
- 17.45 A Cor Púrpura (de Steven Spielberg, EUA/1985, com Whoopi Goldberg, Danny Glover, Margaret Avery, Oprah Winfrey. Ver Destaque)
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Fura Vidias
- 21.30 Chuva de Estrelas (Final Europeia)
- 23.30 Hilda Furacão
- 00.30 Harley Davidson e o Cowboy do Asfalto (de Simon Wincer, EUA/1991, com Mickey Rourke, Don Johnson. Acção)
- 02.30 Último Jornal

TVI

- 09.00 Animação
- 11.00 Programa Religioso
- 11.10 Missa
- 13.05 Os Últimos Paraísos na Terra
- 14.00 Amizade Traída (Longa-metragem)
- 16.00 Alta Velocidade (Longa-metragem)
- 17.40 Assaltantes de Segunda (Longa-metragem)
- 19.30 Futebol (Campeonato de Itália)
- 21.15 Directo XXI
- 22.00 Causa Justa
- 23.00 Love in Antibush (Longa-metragem)
- 00.50 2168 - Perigo no Espaço (Longa-metragem)

- 20.15 A Ponte de Brooklin
- 21.00 Portugalmente
- 21.30 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.50 Jogo Falado
- 23.50 Novos Heróis

SIC

- 08.00 Buêré
- 10.00 Sic 10 Horas
- 12.00 Zázá
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Juiz Decide
- 15.00 Você Decide
- 16.00 Fátima Lopes
- 18.00 Meu Bem Quer
- 19.00 Pecado Capital
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.50 Conversas da Treta
- 21.20 Suave Veneno
- 22.20 Roda de Milhões
- 00.40 Toda a Verdade
- 01.35 Último Jornal
- 01.40 O Homem Tranquilo (de John Ford, EUA/1952, com John Wayne, Maureen O'Hara, Ward Bond, Barry Fitzgerald. Ver Destaque)
- 04.00 Último Jornal
- 04.45 Vibrações

TVI

- 09.00 A Bela e o Monstro
- 09.45 TVI Jornal
- 10.00 Animação
- 12.30 Pérola Negra
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Sangue do Meu Sangue
- 15.00 Samantha
- 16.00 Animação
- 18.00 A Patrulha do Tempo
- 19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
- 20.00 Marés Vivas
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Pretender
- 23.00 Amor, Traição e Morte (de Mary Lambert, EUA/1996, com Terry O'Quinn, Joshua Morrow, Rachel Ward. Drama)
- 01.00 Competente e Descarada
- 01.30 As Teias da Mafía

- 19.00 Um, Dó, Li, Tá
- 20.10 O Rinoceronte do Zimbabwe
- 21.00 Portugalmente
- 21.30 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.55 A Coroa e o País
- 23.20 Ler para Crer
- 00.20 A Noite com Jools Holland

SIC

- 08.00 Buêré
- 10.00 Sic 10 Horas
- 12.00 Zázá
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Juiz Decide
- 15.00 Você Decide
- 16.00 Fátima Lopes
- 18.00 Meu Bem Quer
- 19.00 Pecado Capital
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Médico de Família
- 22.10 Suave Veneno
- 23.30 Casos de Polícia
- 00.30 Cidade Escaldante
- 01.00 Balada de Nova Iorque
- 02.00 Último Jornal

TVI

- 09.00 A Bela e o Monstro
- 09.45 TVI Jornal
- 10.00 Animação
- 12.00 Pérola Negra
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Sangue do Meu Sangue
- 15.00 Samantha
- 16.00 Animação
- 18.00 A Patrulha do Tempo
- 19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
- 20.00 Marés Vivas
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Eclipse Total (de Anthony Hickox, EUA/1993, com Mario Van Peebles, Patsy Kensit, John Vera. Acção.)
- 24.00 Sangue e Vinho (de Bob Rafelson, EUA/1997, com Jack Nicholson, Jennifer Lopez, Michael Caine. Drama)
- 02.00 Competente e Descarada
- 02.30 Desporto

- 17.30 Euronews
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Hugo
- 19.00 Um, Dó, Li, Tá
- 20.10 Sakharov
- 21.15 Portugalmente
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.50 Zoom ou Sinais do Tempo
- 23.45 Terror no Espaço

SIC

- 08.00 Buêré
- 10.00 Sic 10 Horas
- 12.00 Zázá
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Juiz Decide
- 15.00 Você Decide
- 16.00 Fátima Lopes
- 18.00 Meu Bem Quer
- 19.00 Pecado Capital
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Jornalistas (Longa-metragem. Nenhuma informação suplementar)
- 01.40 Médicos Sem Fronteiras
- 02.40 Último Jornal
- 03.15 Histórias do Cinema (de Jean-Luc Godard, Fr./1988-1998, com Juliette Binoche, Sabine Azéma, Serge Daney, Julie Delphy. Ver Destaque)

TVI

- 09.00 A Bela e o Monstro
- 09.45 TVI Jornal
- 10.00 Animação
- 12.00 Pérola Negra
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Sangue do Meu Sangue
- 15.00 Samantha
- 16.00 Animação
- 18.30 As Novas Aventuras do Super-Homem
- 20.00 Marés Vivas
- 21.00 Directo XXI
- 21.35 Quero Justiça!
- 22.00 A Jurada (de Brian Gibson, EUA/1996, com Demi Moore, Alec Baldwin, Anne Heche. Drama.)
- 00.10 Os Vigilantes
- 01.10 Competente e Descarada
- 01.40 As Teias da Mafía

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.



## TELEVISÃO

## Por isto e por aquilo...

## Onda Curta: Charlot nas Trincheiras

(Sábado, 19.40, RTP2)

Num campo de treinos militares norte-americano, Charlot é incapaz de fazer de forma correcta um único exercício. Depois, num salto no tempo, hei-lo nas trincheiras da guerra: a chuva, as tarefas de correio, os ataques do inimigo, os encontros com uma francesa, a prisão do Kaiser... mas tudo não passava de um sonho... ou um pesadelo. Realizado «a quente» em 1918, eis um testemunho de **Charlie Chaplin**, longe das epopeias heróicas, sobre o conflito de 1914-1918. Claro que é um enorme gozo que teve à época um enorme sucesso – mas que terá envelhecido um pouco, ao contrário de outras grandes obras do mestre.

## A Cor Púrpura (Domingo, 17.00, SIC)

Diga-se, em primeiro lugar, que crítica se mostrou justamente dividida ao tempo da estreia deste filme. Se, por um lado, foi apontada a **Steven Spielberg**, o seu realizador, a coragem de adaptar um romance de **Alice Walker** (Prémio Pulitzer) considerado como «impossível» de pôr em cinema – constituído que era essencialmente por uma série de cartas escritas ao longo dos anos (1906/1947) por uma das heroínas da história – o facto é



Gwyneth Paltrow, em «Emma», de Jane Austen/Douglas McGrath



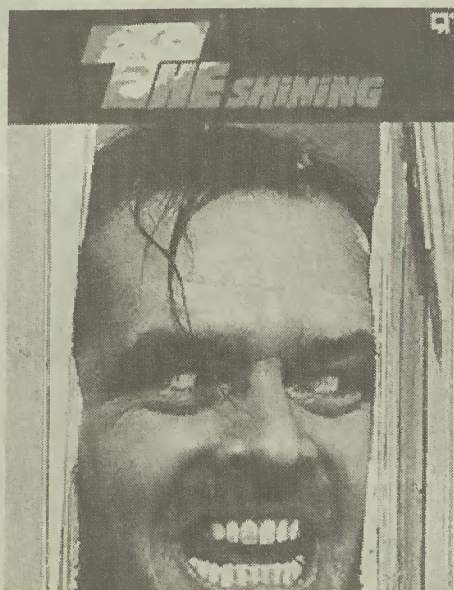
Uma cena de «Um Homem Tranquilo», de John Ford

de vista cinematográfico, uma angústia em tudo semelhante às obras deste autor literário - *Shining* é um dos mais impressionantes filmes de um cineasta maior dos EUA: **Stanley Kubrick**, recentemente desaparecido. A história começa por ser aparentemente simples: a fim de arranjar suficiente paz de espírito para escrever um romance, um escritor aceita o emprego de vigilante de um estabelecimento hoteleiro durante a época baixa, se bem que o director do hotel o tenha advertido de que a casa parecia possuir «poderes» fora do normal já que, em circunstâncias idênticas, um anterior vigilante havia assassinado a mulher e dois filhos antes de se suicidar! E o facto é quem, com o decorrer do tempo, o filho do casal começa a revelar possuir poderes extra-sensoriais, comunicando com um duplo. Aliás, antes de partir, o cozinheiro do hotel previne o miúdo de que, quem está possuído pelo *shining*, terá uma estadia no hotel repleta de

o filme que ocupa a emissão de «*As Noites Longas da SIC*» deste mês de Maio. É o texto de apresentação da própria *SIC* que o afirma: neste filme, estamos perante «uma visão única e irreduzível do cinema, da sua história e das suas histórias, feita por um dos seus modernos protagonistas, Jean-Luc Godard. Um gigantesco «puzzle» de imagens, recortadas e coladas de novo, por este autor. Juntar olhares dispersos, procurar sentidos inéditos e descobrir novas leituras do século do cinema, é o projecto de «*Histoire(s) du Cinéma*».» E, no entanto, apesar de se tratar daquilo que a *SIC* também nos informa ser uma **estreia mundial em televisão**, os seus responsáveis (?) decidem passar este longo filme de mais de quatro horas a partir das 03.15 da manhã de quinta-feira (se começar à hora, claro!) até cerca das 8 da manhã desse dia! Atirando, assim, à rua muito dinheiro e desperdiçando uma rara oportunidade de fazer boa figura, isto é o que se chama disparar... um míssil no pé!



Um cena de «Charlot nas Trincheiras», de Charlie Chaplin



O cartaz do filme «The Shinning», de Stanley Kubrick

que, por outro lado, lhe foi observada a incapacidade de plenamente se identificar (e,

grandes perturbações... Enfim, para não nos anteciparmos ao espectador, diga-se apenas que, a partir daí, começam a passar-se uma série de incidentes muito estranhos (e não menos assustadores). E **Kubrick**, manipulando a banda sonora com inultrapassável mestria (e introduzindo nela excertos de obras de compositores maiores), bem como utilizando a *steadycamera* para multiplicar *travelings* vertiginosos e estonteantes, consegue fazer esta coisa única: por um lado, apenas através do movimento, transforma situações inequivocamente realistas em momentos de alta intensidade parapsicológica, enquanto que privilegia os planos fixos nas sequências verdadeiramente imaginárias e de cariz fantástico. Um achado!

## História(s) do Cinema

(Quarta, 03.15, SIC)

Dividido em quatro partes, cada uma delas dividida em dois episódios – respectivamente «*Todas as Histórias*» e «*Uma Só História*»; «*Apenas o Cinema*» e «*Beleza Fatal*»; «*A Moeda do Absoluto*» e «*Uma Vaga Nova*»; e «*O Controlo do Universo*» e «*Os Signos Entre Nós*» - este é

## CABO &amp; SATELITE

## Bons filmes na TV Cabo

Numa semana em que a programação cinematográfica nas nossas televisões é das mais fracas dos últimos tempos, aqui ficam duas sugestões de bons filmes na **TVCabo**, a primeira das quais, já hoje à noite, no canal **TNT**. Com **Humphrey Bogart** e **Ida Lupino** na interpretação das personagens principais – sem esquecer o inquietante **George Raft** ou, ainda, **Ann Sheridan** – «*Vidas Nocturnas*» (*They Drive By Night*, EUA/1940, versão original sem legendas) é um exemplo clássico do *filme negro* de ressonâncias sociais, dos bons tempos da **Warner**. Realizado por **Raoul Walsh**, o filme acompanha o percurso de dois irmãos (**Joe** e **Paul Fabrin**) motoristas de camiões pesados que trabalham para um tal

**Carlsen** cuja mulher se envolve amorosamente com **Joe**, que a rejeita. Cheia de raiva, ela mata o marido e, depois de novamente ser rejeitada por **Joe**, acusa este do assassinato, embora venha a ser desmascarada durante a investigação.

Um segunda sugestão cinematográfica, programada para domingo próximo no **Arte**, é a de um curiosíssimo filme encenado com assinalável talento pelo realizador e escritor escocês **Bill Forsyth** - «*Local Hero*» (Gr.Br./1983, versão original com legendas em francês). A história conta-se num ápice: uma grande empresa petrolífera norte-americana - dirigida por um homem bizarro (**Burt Lancaster**) o qual,



mais do que o futuro da empresa, se interessa sobretudo por um planetário que possui - envia a uma vila piscatória da Escócia um jovem quadro para tratar da futura instalação de uma refinaria. Mas este executivo acaba por travar conhecimento com alguns membros da população, absolutamente espantosos e imprevisíveis, que o transformam por completo... Uma *comédia* cheia de magia e de humor extremamente sensíveis e com um punhado de interpretações a não perder. E atenção à banda sonora de **Mark Knopfler!**

(TNT, Quinta-feira, das 19 às 21 horas; Arte, Domingo, das 19.50 às 21.40)



logo, dela fazer-nos participar) com a problemática dos dramas da subjugação sexual e da exclusão social das suas principais personagens: mulheres, negras, do Sul dos Estados Unidos, em plena época da Depressão. Mas a principal reserva quanto a **Spielberg** é não ter ele conseguido escapar à tentação de constantemente se rever no embelezamento sensorial das paisagens, das situações, das pessoas e dos laços (bem complexos) que as ligam, pese embora a inegável presença da sua mão de artista, bem ajudada pela fabulosa fotografia de **Allen Daviau**.

## Emma (Domingo, 23.05, RTP2)

Com a maior coquelouche actual – **Gwyneth Paltrow** – no papel principal, eis uma adaptação ao cinema do romance homónimo da escritora britânica de **Jane Austen**. É a *RTP* que assim resume: «Na Inglaterra rural do início do século XIX, a bela e jovem Emma Woodhouse dedica-se com inquebrantável zelo a fazer de casamenteira junto de quantos a rodeiam. Envolve-se com tal intensidade na vida sentimental dos outros que, por vezes, cria situações embaraçosas e, sobretudo, é incapaz, ela própria, de encontrar marido. No meio e tanta azáfama casamenteira, Emma, nem sequer se dá conta que tenta arranjar por todos os meios uma mulher para o homem por quem está apaixonada.» Como se vê, trata-se de uma comédia delicada, encenada com gosto, por **Douglas McGrath**, com um punhado de excelentes interpretações.

## O Homem Tranquilo (Segunda, 01.40, SIC)

Já aqui se fez, por mais de uma vez, referência a esta obra-prima de **John Ford**. Mas o facto de se tratar de um grande clássico do cinema, de uma comédia notável acerca das relações sentimentais e amorosas e da sua complexidade numa sociedade apegada às tradições e de costumes bem arreigados, faz com que pareça indispensável insistir na recomendação desse acto estimulante que é voltar a rever este filme. O invulgar sentido dos grandes espaços e dos mais pequenos pormenores de um grande cineasta com um férreo espírito irlandês, é aqui traduzido em sequências de antologia como é a da célebre e interminável luta entre os dois protagonistas masculinos principais. E atenção à cena final desta sequência em que **Victor McLagen** (com a câmara a esperá-lo cá fora!) voa positivamente através das portas do *pub* na fase final desta luta vindo estatelar-se no chão, após um tremendo e definitivo murro de **John Wayne** de que o espectador está à espera, mas não vê.

## Shining (Quarta, 22.55, RTP1)

Adaptado de um romance de **Stephen King** - e transmitindo, do ponto





# Um maestro fora de horas

Indivíduo pela formação e pela prática adepto da escrita, embora não só, sempre me sinto a roer-me de inveja perante a sorte que a Música tem tido, no mundo audiovisual, em confronto com a Literatura, em matéria de divulgação. Lembro-me de um João de Freitas Branco na Rádio e na TV, de um António Cartaxo só na Rádio, de um José Atalaya, isto para não falar no precedente fascinante de Leonard Bernstein já distante no tempo e desde sempre distante no espaço, e quase não encontro nome nenhum para alinhar do lado dos livros: não esqueço David Mourão-Ferreira, entenda-se, como excepção a este quase total vazio, mas não me lembro de mais ninguém. Mordisca-me uma semi-inquietação: o receio de estar

a ser injusto para com Francisco José Viegas, que prossegue agora no território da TV2, sempre envolto no nevoeiro da subalternização perante o canal principal da RTP, uma espécie de tentativa heróica que o mau feitio e a paupérrima ética da SIC tinham interrompido. Mas não creio que, por agora, Francisco Viegas tenha dado sinal de méritos e características equiparáveis a qualquer dos já citados.

E também, já se vê, aos de António Victorino d'Almeida, cujo regresso à TV com um programa inteiramente seu (autoria e realização) ficou a dever-se desta vez à SIC, pois que a RTP, para cujo prestígio possível o maestro dera por várias vezes substancial contribuição, durante mais de uma década o deixara à espera de novo sinal verde. Só que a SIC não é estação que ponha um programa inteligente em «prime time», audácia que poderia estragar-lhe a audiência fiel, e por isso instalou António Victorino d'Almeida para lá da fronteira da meia-noite ou, em casos excepcionalmente benignos, muito perto dela. Assim, na penúltima segunda-feira, tive de esperar até à uma e meia da madrugada, bravamente, para ver e ouvir o maestro falar-me de Giuseppe Verdi. É claro que valeu a pena, por muitas e variadas razões que vão desde os breves mas sempre sedutores excertos da música de Verdi até ao cuidado que sempre Victorino d'Almeida tem de enquadrar a obra e o homem de quem fala no contexto não apenas do tempo mas também do percurso sociopolítico que o incluiu. No caso de Verdi, foi a luta do povo italiano pela unificação e, mais que isso, pelas liberdades. Isto, como se sabe, de tal modo que o grito de «Viva Verdi» pinchado nas paredes significava de facto, para quem o soubesse ler, «Viva Victor Emanuel Rei De Itália», em função das iniciais V.E.R.D.I. E, se nos transferirmos para este nosso século, encontramos uma utilização mais dramática de Verdi e da sua música: quando o Coro dos Escravos da ópera «Nabucodonozor» foi cantado como cântico de esperança e resistência nos campos de concentração nazis.

## Bárbara e o preconceito

Para lá desta abordagem de enquadramento amplo, que é culturalmente fundamental, António Victorino d'Almeida tem o mérito de uma reconhecidíssima capacidade de empatia e comunicação que não desceram dos céus, miraculosamente, sobre ele, mas antes decorrem da sua convicção de que ser homem de cultura, das artes e do espírito passa antes do mais por saber-se e sentir-se homem entre todos os outros, solidário e fraterno sem prejuízo de ser crítico com o ímpeto bastante sempre que seja caso disso. A ati-

tude casta dos intelectuais que deviam crescer com *k*, e talvez com dois *ll*, a sua intellektualidade suscita-lhe gozo e indignações, de onde o fogo de hostilidades várias que sobre ele costumam ser disparadas. Por seu lado, como se gostasse de ser prestável, Victorino d'Almeida costuma dar aos que o hostilizam, e também aos seus amigos, bons pretextos ou até razões. É o seu destino, como diria a Amália, não há nada a fazer.

Com esta sua nova série de programas, «Duetos Imprevistos», a julgar pelo que oigo e leio, a vulnerabilidade de Victorino d'Almeida estará no facto de se fazer acompanhar por Bárbara Guimarães. Parece que ela não devia estar ali porque, sendo evidente e inegavelmente bonita, não dá indícios

de ser suficientemente inteligente, culta e conhecedora, embora sendo certo que a rubrica já está abastecida quanto basta, em matéria de inteligência, cultura e bagagem musicológica, com a presença hegemónica do próprio maestro. Por mim, suspeito de que, inve-

TVISTO

■ Correia da Fonseca



jas à parte, contra a presença de Bárbara, senhora que aliás não conheço e de quem ignoro o grau de cultura e o q.i. (embora saiba que mantém na RDP uma micro-rubrica que se intitula precisamente «Culto»), milita um preconceito de raiz angelista que presume haver maior mérito em ter-se nascido inteligente do que em ter-se nascido bonito, e de caminho presume uma tendencial incompatibilidade entre os dois predicados. No que respeita a «Duetos Imprevistos», acresce que a função de Bárbara Guimarães é qualquer coisa que poderíamos designar por animação presencial e dação de «deixas» (um pouco como a voz feminina de «O Gosto pela Música» que João de Freitas Branco manteve na Rádio durante mais de trinta anos), o que não colide com o pouco ou muito encanto visual da «parternaire» do maestro. Por mim, portanto, tudo bem.

O que não está nada bem é o horário que condena os interessados no programa a chegarem tarde ao emprego no dia seguinte. É o preço que têm de pagar por preferirem Victorino d'Almeida a João Baião.

## Plano 2000-2006

Vale a pena ler com atenção o documento intitulado «Contributo para o Plano Nacional de Desenvolvimento 2000/2006», elaborado pela Câmara de Comércio e Indústria do Porto (CCIP). Permite-nos uma visão, mesmo que parcelar, do pensamento dominante na área empresarial da segunda cidade do País.

Parte da constatação do desfavor em que tem estado o Porto e o Norte de Portugal no respeitante ao investimento público e apresenta, em anexo estatístico, interessantes dados comparativos entre as regiões-plano do Norte e de Lisboa e Vale do Tejo.

Os números são de facto avassaladores: o Norte, com população superior, mais população activa empregada e uma contribuição de 46% para as exportações, recebeu 16% do PIDDAC (nos últimos sete anos) e Lisboa 22,2%, 22,3% do Fundo de Coesão contra 54,4%, 29,8% do PEDER contra 44,7%.

Outros índices são demonstrativos de baixo investimento, apenas 70% da população servida por redes públicas de água e 44% pelas de saneamento e drenagem de águas residuais.

Há outros índices preocupantes no que respeita à Investigação & Desenvolvimento, à qualificação profissional e aos níveis salariais.

Nada que não se soubesse já, portanto.

## Dispersar o Governo

Mas seria, assim, de admitir que a CCIP, tendo por objectivo manifesto fazer do Porto capital do Noroeste Peninsular, defendesse a Regionalização. Que outra solução seria mais eficaz na correcção gradual da desequilibrada distribuição do investimento público?

Mas não, Regiões Administrativas, não. O que é preciso «é descentralizar e desconcentrar mais».

Que propõe, então, a Câmara empresarial? A transferência para o Porto «dos serviços do Ministério da Agricultura, do Ministério do Ambiente». Nem mais, nem menos...

Conhecem-se países e regiões com distintos órgãos do poder sedeados em diferentes cidades (Holanda, Bolívia, os Açores). Com um governo dividido seria caso inédito. E pergunta-se: com que proveito?

A CCIP reconhece, embora em certo tom de lamento, que a economia portuguesa não pode sustentar-se tendo por base predominante o sector terciário, «motivo pelo qual há que saber manter capacidades industriais e agrícolas de dimensão estratégica».

Mas o documento é, quanto a estes sectores, curiosamente, pouco explícito, centrando as suas propostas em obras de construção civil, com domínio das acessibilidades e do saneamento e despoluição das redes hídricas.

O documento é particularmente detalhado no que respeita à modernização e ampliação do Aeroporto, que pretende vir a posicionar como o principal de todo o Noroeste Peninsular.

Aqui está um tema em que o dr. Fernando Gomes tem estado muito activo – o Aeroporto e a veemente defesa da sua privatização.

# É preciso debater e intervir

O rol das obras necessárias é extenso. Arrastam-se há anos, desde o Metro, às novas pontes sobre o Douro ou à Gare Intermodal de Mercadorias.

É por isso surpreendente que, estando tanta coisa por lançar ou concluir, a CCIP reclame, no curto prazo que vai até 2006, a construção de seis *boulevards* perpendiculares à costa, mais dois paralelos, com cerca de 20 km de comprimento e 80 metros de largo, isto como infra-estrutura-base de reordenamento territorial.

Quando uma obra mais simples, como a extensão do Metro a Gondomar, ainda não está garantida nos próximos anos, parece extemporânea, além de muito discutível, uma construção de tal envergadura.

Onde o documento em apreço é igualmente detalhado é no que respeita ao turismo, tido como «uma das principais indústrias nacionais».

MOTES & VOLTAS

■ Jorge Sarabando

## O turismo como panaceia

O modo como tem sido apresentado o turismo como actividade económica merece reparo. Num colóquio recente, um professor do IS Agronomia defendia que o futuro do Alentejo estava no «turismo cinegético», e apresentava, como engodo, muitos milhões ganhos na vizinha Extremadura, e um conde minhoto dizia que temos de «fazer de cada lavrador um guia turístico»...

Claro que o turismo deve crescer e ser apoiado, não pode é ser encarado como a grande alternativa aos sectores produtivos ou como «galinha dos ovos de ouro». Senão a tendência será os milhões de contos de subsídios irem parar aos bolsos de alguns poucos, em vez de servirem os interesses de todos e o desenvolvimento do País.

Mas o entusiasmo é evidente. E a CCIP, defendendo pelo caminho muitas medidas acertadas, designadamente como suporte do turismo cultural – em que a Espanha nos leva a palma há já muitos anos –, postula que se deve «atrair turistas com poder de compra elevado» e «contrariar o turismo de massas, promovendo mais-valias per capita».

Estamos a ver o espírito que anima este grupo de empresários.

O documento da CCIP aborda outros temas, como a justiça, o sistema fiscal – «deve incentivar em vez de só colectar» ou a educação. Neste ponto não escapa à infeliz regra vigente – conceitos genéricos, simpáticos, longe da prática concreta. Propõe um **Pacto de Regime** e «a aproximação da comunidade científica e das universidades ao mundo das empresas». E aqui está uma formulação que mereceria algum debate – aproximação, sim, sujeição, não...

O documento da CCIP apresenta muitas sugestões com interesse e validade em diferentes áreas, enquanto outras são inspiradas por uma estreita óptica de classe.

Mas quantos cidadãos e instituições e organizações sociais têm participado no debate deste Plano de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006?

E, no entanto, o nosso destino colectivo passa também por aí.



## ESCAPARATE

## TEATRO

## Saramago no Teatro da Trindade

Numa co-produção da Companhia de Teatro de Almada, da Companhia de Teatro de Sintra, do Teatro da Trindade, da Câmara Municipal de Almada e da Câmara Municipal de Sintra, a Companhia de Teatro de Almada vai apresentar, a partir de hoje e até 8 de Junho, no Teatro da Trindade (Lisboa) - e prosseguindo depois uma série de espectáculos no próprio Teatro de Almada - uma adaptação teatral de Miguel Real e Maria Filomena Oliveira da obra «Memorial do Convento» de José Saramago, Prémio Nobel da Literatura 1998. Como se sabe, esta obra relata a saga que se inspira na construção da «passarola», o invento do Padre Bartolomeu de Gusmão no século XVIII, e na

do convento de Mafra, para aludir ao sonho de superação humana e da liberdade. Segundo o texto de apresentação do espectáculo, «mantendo o sabor da prosa singular de Saramago, o espectáculo transporta-nos das lutas contra o obscurantismo da inquisição e da perseguição aos judeus para o plano geral dos valores da dignidade e da ânsia do conhecimento».

Numa encenação de Joaquim Benite, com cenografia de José Manuel Castanheira, figurinos de Filipe Faísca e música ao vivo de Paulo Brandão, a peça será interpretada por Teresa Gafeira, no papel de Blimunda (ver foto), Francisco Costa, Augusto Portela e Jorge Sequerra, entre outros. Terça e Sábado, às 21.30 e Domingos às 16 horas.



## MÚSICA

## Solistas da Orquestra Gulbenkian

É já amanhã, dia 21, que tem lugar no Auditório Municipal do Fórum Cultural do Seixal um recital de canto e guitarra pela cantora Liliana Bizeneche e Dagoberto Linhares. No primeiro caso, trata-se de uma cantora cuja projecção para o plano internacional aconteceu, por coincidência, a partir do momento em que cantou o papel de Charlotte na ópera «Werther» de Massenet no Teatro de S. Carlos ao lado do tenor espanhol Alfredo Kraus. No segundo caso, estamos perante



um instrumentista de grande talento e sensibilidade, técnica perfeita e grande expressividade, laureado em inúmeros festivais internacionais.

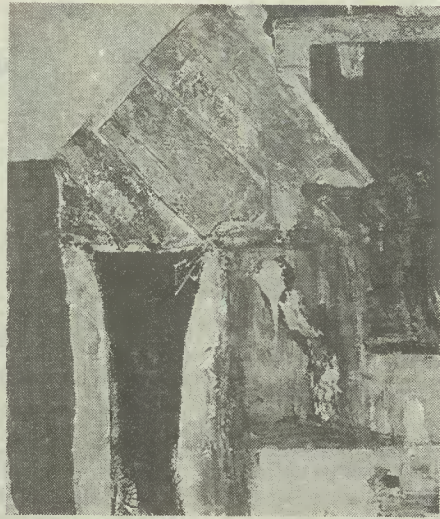
Por outro lado, para quem reside na capital, um outro recital de guitarra (desta vez a solo) estará a cargo de Leonardo de Angelis, o qual, numa colaboração entre o Instituto de Comunicação Social e o Instituto Italiano de Cultura, tocará obras de autores italianos de séc. XVI, de D. Scarlatti, N. Paganini, W. Walton,

L. Brouwer e C. Domeniconi. Será também amanhã, mas às 18.30, no Palácio Foz (Praça dos Restauradores, Lisboa) com entrada livre.

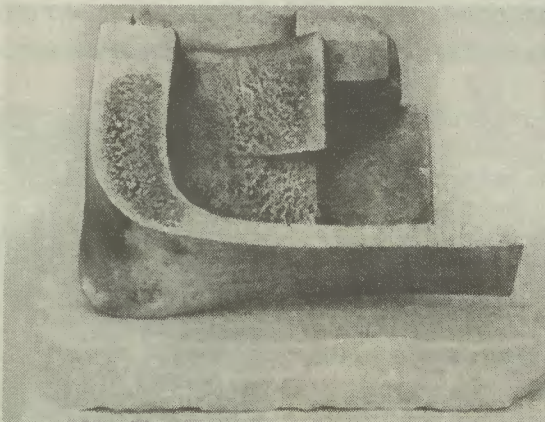
Entretanto, na próxima segunda-feira 24 realizar-se-á às 19 horas no Auditório Dois da Fundação Calouste Gulbenkian um recital pelo Quarteto de Cordas de Lisboa constituído por Vasco Broco (1.º Violino), Jorge Lé (2.º Violino), Alexandra Mendes (viola) e Clélia Vital (violoncelo), todos eles solistas da Orquestra Gulbenkian. No programa figuram obras de Leos Janáček (Quarteto n.º 1, Sonata a Kreutzer), Igor Stravinsky (Três Peças para Quarteto de Cordas) e Richard Strauss (Quarteto em Lá Maior, Op. 2).

## Exposições em Lisboa e arredores

Na Galeria Municipal Gymnásio (Espaço Chiado, R. da Misericórdia, Lisboa), inaugurou-se no passado dia 11 de Maio e continuará patente ao público até 7 de Junho uma exposição de pintura de Carlos Carvalho. Nas palavras do próprio pintor, «nos últimos três anos o meu trabalho seguiu várias direcções com a intenção de explorar o EU como artista. Para melhor com-



Carlos Carvalho



Alberto Gordillo

preender e interagir com o objecto da arte, este eclectismo internacional permite a introdução de importantes elementos de diversidade e fiscalidade no meu trabalho. Assim fazendo, espero alargar os limites estéticos com a contribuição de novas ideias, imagens e símbolos».

Entretanto, até ao próximo dia 30 do corrente, prossegue na Galeria Municipal de Fitaes (Fitaes Shopping, Estrada Marquês de Pombal, Rinchoa, Rio de Mouro) uma importante exposição de pintura e escultura intitulada «O Corpo - O Objecto». Nesta mostra estão expostos trabalhos de artistas como Alberto Gordillo, Carlos Calado, Carmen Pichel, Císelá Björk, Custódia Bota, Eduardo Santos Neves, Ilídio Salteiro, Helena Lousinha, Isabel Teixeira de Sousa, João Duarte, João Silvestre, Maria João Franco, Mena Brito e Teresa Capucho.

Continua também patente ao público na Casa da Cerca, Centro de Arte Contemporânea (Almada), a exposição de desenho intitulado



Dulce Fernandes

«Botelho», comemorativa do centenário do nascimento do pintor Carlos Botelho.

Também no âmbito de uma exposição de obras de 18 artistas franceses pertencentes a colecções privadas - e que se pode visitar a partir do próximo Sábado no Museu de Arte Moderna de Sintra - realizar-se-á já amanhã pelas 18.30 no Instituto Franco-Português (Av. Luís Bivar, Lisboa) um debate intitulado «França-Portugal, Para onde vai a Arte Contemporânea?», com a participação de Jean-Marc Prévost (director de Museu de Rochechouart), Delfim Sardo (crítico de Arte e professor de História da Arte), Rui Sanches (escultor) e Vincent Corpet (pintor).

Finalmente, nos destaques que escolhemos para esta semana, prossegue no foyer do Pequeno Auditório do Centro Cultural de Belém a exposição de fotografias da autoria de dez fotógrafos do jornal «Público».

## CINEMA

## Ciclo Polanski na Cinemateca

Inaugura-se amanhã, pelas 21.30, na Cinemateca de Lisboa (R. Barata Salgueiro) um ciclo de cinema dedicado ao realizador de origem polaca Roman Polanski. Para os próximos dias, e com projecções sempre às 21.30, estão previstos os seguintes filmes: sexta-feira, 21, a comédia

«Por Favor não me Morda no Pescoço» (Gr.Br./1967), com o próprio Polanski e, ainda, Jack Mac Gowran e Sharon Tate; sábado, 22, a primeira longa metragem do realizador (ver foto), intitulada «A Faca na Água» (Pol./1962); terça-feira 25, um filme de sketches realizado conjun-



tamente por Hiroswa, Gregoretti, Chabrol, Godard e Polanski, intitulado «As Mais Belas Vigarices do Mundo» (Fr./It./Jap./1963); e quarta-feira, 26, «Repulsa», (Gr.Br./1965), com Catherine Deneuve, Ian Hendry, John Fraser e Yvonne Furneaux.

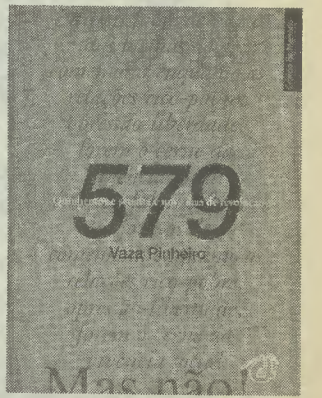
## CANÇÕES

## Fernando Tordo em Almada

Intitulado «Peninsular», é este o espectáculo que Fernando Tordo vai apresentar, sexta-feira e sábado, 21 e 22, no Auditório do Fórum Romeu Correia (em Almada) às 21.30. Constituído por canções que preenchem 30 anos de uma carreira repleta de êxitos e da criação de standards definitivos na canção popular portuguesa, com 26 discos gravados (três dos quais sob a direcção orquestral de Francisco Rauber, orquestrador de Jacques Brel), um Prémio Carreira atribuído em 97 pela Casa da Imprensa, para além de uma trajectória essencialmente marcada pela constante busca de qualidade neste campo da música, este espectáculo privilegiará, sobretudo, o último trabalho deste destacado cantautor português, precisamente intitulado «Peninsular».

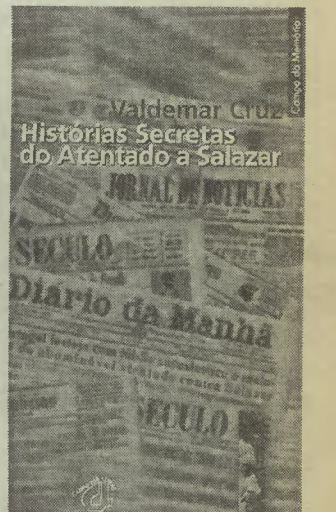


## LIVROS



## 579 Dias de Revolução

Muito ainda se há-de escrever sobre a Revolução de Abril, sobre os dias vividos e os factos, as personagens, as conquistas, vitórias e derrotas, caminhos cruzados, contradições, alegrias e dores, sobre a esperança que afinal não morre. Muito já se escreveu, saído da mão de protagonistas mais ou menos conhecidos e então no centro dos acontecimentos. E que venham mais depoimentos, são de saudar todos os que vierem por bem, isto é, todas as palavras empenhadas em manter a verdade ao de cima. Desta vez, aqui está um livro, da autoria de um sargento da Armada que desde os primeiros dias - e mesmo antes, na luta contra o fascismo - participou activamente no Movimento das Forças Armadas, tendo integrado a sua Assembleia e diversas estruturas ligadas à Armada. Hoje reformado, Vaza Pinheiro, que já escrevera o livro *Os Sargentos na História de Portugal*, dá-nos mais este - *579 Dias de Revolução*, que a *Campo das Letras* publica. Organizado como se de um diário se tratasse, conta a história dos factos, sem fugir aos comentários que eles suscitam, até 31 de Dezembro de 1975. Poderia Ter escolhido outra data. Numa revolução que foi todo um processo, quem poderá dizer onde ela acaba?



## Histórias Secretas do Atentado a Salazar

E mais história, neste livro de Valdemar Cruz. Não na primeira pessoa, que o tempo passa depressa e os factos que o autor traz à luz ocorreram há mais de sessenta anos. Jornalista com interesses literários variados - é autor de peças de teatro e de outras literaturas - Valdemar Cruz desenterra aqui, a partir de documentos durante longo tempo mantidos secretos, os factos ocorridos em torno do atentado a Salazar, que teve lugar em 4 de Julho de 1937, do qual o ditador escapou ileso, à espera que uma cadeira o afastasse, quarenta anos mais tarde, do poder. Uma história tenebrosa que também contribui para manter viva a memória do que foi o fascismo português nos seus primeiros tempos.



## A TALHE DE FOICE Descuidos

O acordo histórico sobre Timor-Leste, assinado por Portugal e pela Indonésia sob os auspícios da ONU, ficará para a posteridade indissociavelmente ligado ao estranho lapso que fez com que, nos documentos oficiais, Ali Alatas figurasse como ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal e Jaime Gama com idêntico cargo em representação da Indonésia. O caso foi comentado abundantemente cá pela urbe, com muitas explicações dos especialistas sobre a validade dos textos apesar da inadmissível troca de identidades. Assentada a poeira, ficou-se sem se saber se o engano é para esquecer ou se, um destes dias, longe do barulho das luzes, algum funcionário mais expedito aproveitará uma passagem dos ministros por Nova Iorque para discretamente os fazer assinar a versão corrigida do acordo.

Pelo que é dado conhecer da Indonésia de Ali Alatas torna-se legítimo duvidar que o caso valha o esforço de uma nova assinatura. Verdadeiro dinossauro da política indonésia, Alatas, com o seu eterno sorriso de raposa velha da diplomacia, terá arrumado a questão na secção dos "descuidos" do dossier Timor, sem lhe dar mais importância do que aquela que se atribui às curiosidades. De facto, a quem lembrará prender-se com minudências destas quando a essência do acordo começou a ser letra morta logo à nascença, se é que não foi mesmo um nado-morto?

E depois, há que ter em conta que os "descuidos" são o pão nosso de cada dia no que a Timor diz respeito. Ainda não há muitos dias um responsável das milícias pró-integracionistas afirmava perante as câmaras de uma estação televisiva portuguesa que o assassinato de mais de uma dezena de timorenses tinha sido um "descuido" da rapaziada às ordens de Jacarta, mais habituada ao argumento da força do que à força dos argumentos, na sua ânsia de mostrar serviço. Casos destes têm-se repetido diariamente, provocando um número de mortos que ascende já a muitas centenas, mas a avaliar pelas reacções, quer na Indonésia quer no exterior, ninguém parece particularmente preocupado com o assunto. De quando em quando lá aparece alguém pedindo delicadamente aos indonésios para fazerem o favor de dizer às milícias para terem mais cuidado, mas a coisa não passa disso.

As autoridades indonésias, por seu lado, vão gerindo a situação como bem entendem e melhor lhes convém. Ainda esta semana um relatório da comissão antiviolença contra as mulheres da Indonésia dava conta da existência de 35 mil timorenses a viverem em campos de refugiados por terem sido obrigados a fugir de suas casas pela acção das milícias integracionistas. Vivendo em condições degradantes, sem as mínimas condições sanitárias, sem assistência médica e com escassez de alimentos, os timorenses, na sua maioria mulheres e crianças, estão confinados em campos fortemente vigiados por tropas indonésias e milícias integracionistas.

Não se pense que há ali qualquer desrespeito de direitos humanos. Demonstrando o empenho em disciplinar as massas e em evitar "descuidos", os guardas dos campos convidam diariamente os seus hóspedes a acordar cedo para terem o prazer de assistir ao izar da bandeira indonésia, e a participarem em exercícios de tipo militar. Mente são em corpo são, que a consulta popular tem data marcada e a democracia na Indonésia é uma esperança promissora. Descuidos à parte, naturalmente. Por falar nisso, quem se descuidou agora foi Suharto, o grande amigo dos EUA, da NATO e da União Europeia, deixando de fora o rabo da sua imensa fortuna escondida. A revista "Time" investigou e encontrou qualquer coisa como propriedades que no total representam uma área superior à da Bélgica, para além de outros bens que somados ascendem a 15 mil milhões de dólares. Nada mau para quem afirmava ter um ordenado de 300 contos. Uma nova versão da multiplicação dos pães... ou dos dólares, para ser mais actual.

■ Anabela Fino

## Contra a guerra Manifestações em Lisboa e Gaia

**Dia 24 de Maio, em Lisboa, o Conselho Português para a Paz e Cooperação promove o Dia Nacional contra a guerra. Uma manifestação que parte do Largo Camões, pelas 18.30 horas. Sexta-feira, em Gaia, a JCP/Porto organiza um concerto pela paz, contra a guerra na Jugoslávia. Mais duas iniciativas que se inserem num movimento de protesto que visa não deixar esquecer que a guerra está instalada aqui mesmo, no coração da Europa.**

Partindo da concentração no Largo de Camões, a manifestação prevista para segunda-feira, em Lisboa, deverá dirigir-se para a residência oficial do primeiro-ministro para, uma vez mais, colocar ao governo português algumas exigências fundamentais - pelo fim da guerra da guerra na Jugoslávia, pela retirada das tropas portuguesas, por uma solução política do conflito.

Em Gaia, o concerto pela paz, promovido pelos jovens comunistas, tem lugar no Cais de Gaia, pelas 22.00, com a participação das bandas Zen e Sloppy Joe.

Em conferência de Imprensa, os responsáveis da JCP/Porto apelaram ao Governo para que faça «todos os esforços para que se chegue a uma solução negociada» na guerra da Jugoslávia.

A JCP/Porto considera que a ofensiva militar da NATO «mais não tem feito do que agravar as condições de vida do povo jugoslavo, destruindo a sua capacidade de subsistência económica e provocando gravíssimas catástrofes humanas e ecológicas».

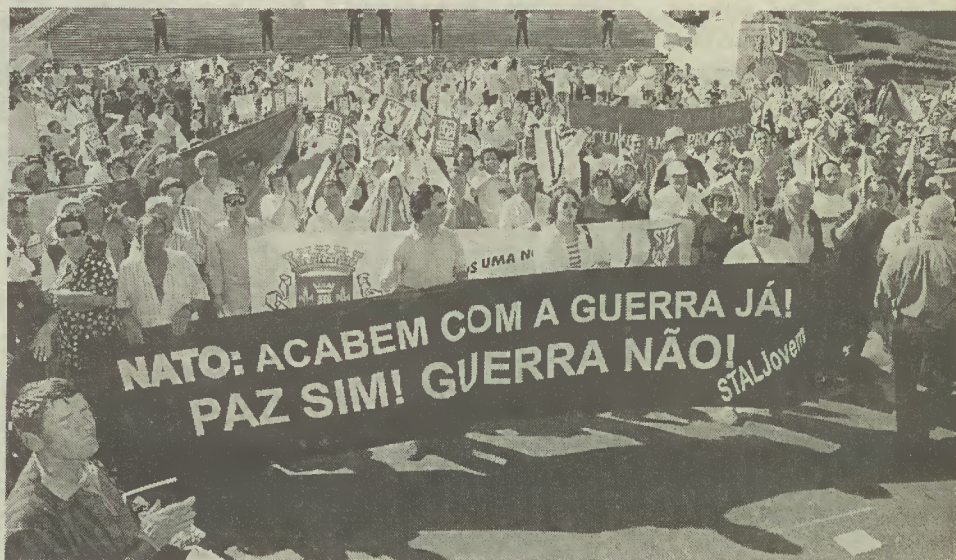
A actuação da NATO visa sobretudo, «sob a capa da defesa dos direitos humanos», proteger os «inconfessáveis interesses dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha naquela área do globo», sublinham os jovens comunistas.

O que está em causa, na verdade, é «a ânsia de domínio da Europa e do mundo, por parte dos Estados Unidos da América», que leva a que «se destruam não só as condições de vida, mas também as vidas, de um povo que apenas tem o azar de viver numa zona de grande importância geoestratégica para a consolidação daqueles interesses imperialistas».

A JCP/Porto lembra que, «após um mês de bombardeamentos,

há um êxodo dramático da população de várias etnias do Kosovo, morrem milhares de civis, atacam-se zonas residenciais, infra-estruturas energéticas e produtivas, fábricas, pontes, estradas, embaixadas e tudo o que parece suspeito aos olhos da CIA». Um quadro em que se torna particularmente vergonho-

so ver «Portugal subscrever esta intervenção de carácter agressivo contra um país soberano, com o qual supostamente estabelece relações diplomáticas normais, adoptando uma política de subserviência em vez de adoptar uma política própria de cooperação com todos os povos e de paz».



O fim da guerra é uma exigência presente em todas as manifestações

## É tempo de parar a barbárie

«A agressão da NATO contra a Jugoslávia completará, no próximo dia 24 de Maio, dois meses» - lembram os promotores do Dia Nacional contra a guerra, no apelo, que aqui reproduzimos, à participação na manifestação a realizar, dia 24, em Lisboa.

«Para além das mortes provocadas directamente pelos bombardeamentos, a infra-estrutura económica e produtiva de um país está a ser meticulosa e deliberadamente destruída. As consequências sociais, económicas, ambientais e políticas desta acção lançam, sobre o futuro de toda a região balcânica, e da Europa em geral, um enorme manto de incerteza e preocupação. O drama dos refugiados - de todas as etnias e credos - atinge proporções alarmantes.

«É amplamente reconhecido que a acção da NATO violou, de forma

clara, o Direito Internacional, a Carta das Nações Unidas e o próprio Tratado do Atlântico Norte.

«Recolhe hoje um largo consenso a ideia que a guerra só agravou todos os problemas da região. Desencadeou o drama das populações vítimas dos bombardeamentos. Agudizou o drama das populações que sofrem os efeitos dos ódios interétnicos, da xenofobia e de diversas formas de repressão massiva, levadas a cabo por Governos e forças existentes na região.

«Sem prejuízo de opiniões naturalmente diferenciadas que cada um dos signatários tem sobre a natureza dos regimes da região balcânica e, em particular, o da Jugoslávia, é hoje evidente que a guerra constitui o principal obstáculo à busca de uma solução justa e duradoura para o problema do Kosovo.

«De igual modo, é generalizado o protesto contra a forma seguidista como os governos da União Europeia se envolveram na estratégia hegemónica dos EUA. É motivo de particular indignação que o governo Português tenha optado por alinhar ao lado dos que empreenderam a guerra, ao invés de ter-se empenhado, de forma activa e consistente, na busca de uma solução pacífica para o conflito.

«É preciso continuar a dizer basta. É tempo de parar a barbárie.

«É cada vez mais necessário procurar a convergência e acção comum de todos os que, independentemente das suas opções políticas, filosóficas ou religiosas, advogam a necessidade de uma solução política fundada no Direito Internacional.

«Os signatários apelam a todas as organizações sociais, movimentos cívicos e cidadãos em geral para que se associem à declaração do

próximo dia 24 de Maio como Dia Nacional contra a Guerra na Jugoslávia e, no seu âmbito de intervenção, promovam iniciativas no sentido de intensificar e alargar o movimento de opinião:

« - pelo fim imediato dos ataques da NATO contra a Jugoslávia e a retirada de todo o aparato militar mobilizado para esta acção bélica;

« - pela retirada imediata de Portugal da guerra e o empenhamento do país e das suas instituições na busca de uma solução política para o conflito;

« - pelo empenhamento sério na busca de uma solução política para a questão do Kosovo fundada na carta das Nações Unidas o que respeite a soberania dos estados e os direitos dos povos à preservação da sua identidade étnica, cultural e religiosa, num quadro político-institucional livremente acordado;

« - pelo regresso ao Kosovo, em condições de paz e de segurança, de todos os refugiados, o que poderá implicar a constituição de uma força de interposição aceite por todas as partes;

« - a reunião de recursos técnicos e financeiros que permitam, no imediato, a mobilização do apoio humanitário aos refugiados e, no futuro, a criação de condições para a recuperação e o desenvolvimento económico de uma região balcânica que se deseja desmilitarizada e democratizada, espaço de convivência pacífica entre todos os povos e estados.»

## Correr com o racismo

A 5.ª corrida pela tolerância Correr com o racismo, vai realizar-se em Lisboa no dia 29 de Maio.

A apresentação pública desta iniciativa teve lugar terça-feira, na Casa do Fado e da Guitarra Portuguesa, na Alfama, em Lisboa, com a participação da vereadora Rita Magrinho da Câmara Municipal de Lisboa, entre outras individualidades das mais variadas áreas, nomeadamente da música, teatro, cinema, desporto, pintura, escultura e literatura.

Promovida pela Interjovem Lisboa - CGTP-IN, Frente Anti-

Racista, Federação Portuguesa das Colectividades, Torcida Verde, entre muitos outros, esta iniciativa visa dizer não ao racismo.

Na sua primeira nota à comunicação social, os promotores da corrida da tolerância lembram que «o racismo começa quando rouba às pessoas aquilo que faz delas pessoas: a sua identidade individual. E quando atribui à cor da pele aquilo que não tem a ver com a cor da pele». E convidam: «Vamos correr entre amigos. Vamos, com alegria, correr com o racismo.»

